

GESTÃO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E DE PESSOAS



COLETÂNEA 3

GESTÃO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E DE PESSOAS

Ciência, Conhecimento, Gestão e Tecnologia

Livro 3 Faculdades ISEIB (FIBH e FISBE)

LIVRO 3

Organizadores

Profa. Dra Antonia Soares Silveira e Oliveira

Prof. Dr João Carlos Dias

Profa. Doutoranda Ledna Bettcher

Prof. Me Victor Santiago Rodrigues de Moraes Resende

Capa

Cleiton Pereira Costa

Projeto Gráfico

Kleber de Andrade

Diagramação

Daniel William da Silva Vieira

Impressão

kma Soluções Gráficas

Gestão do Conhecimento Tecnológico e de Pessoas: Coletânea 3 /

Organizadores: Profa. Dra. Antonia Soares Silveira e Oliveira, Prof. Dr. João Carlos Dias, Profa. Doutoranda Ledna Better e Prof. Me. Victor Santiago Rodrigues de Moraes Resende.
Belo Horizonte: Faculdades ISEIB, 2020.

160p.; (Coleção Ciência, Conhecimento, Gestão e Tecnologia, v.3)

ISBN: 978-65-990403-4-4

1. Ensino Superior - Efeito das inovações tecnológicas 2. Gestão do conhecimento 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação 4. Educação médica 5. Saúde 6. Economia I. Oliveira, Antonia Soares Silveira e II. Dias, João Carlos III. Better, Ledna IV. Resende, Victor Santiago Rodrigues de Moraes Resende V. Título VI. Série

CDD: 370

CDU: 37

SUMÁRIO

Apresentação	9
---------------------------	----------

CAPÍTULO I

A tecnologia se aproxima:

Carro híbrido ou elétrico?	11
Uma introdução sobre os veículos elétricos	11
Revisão bibliográfica	14
Funcionamento dos carros híbridos	21
Do híbrido ao elétrico	23
Considerações finais	25
Referências	26

CAPÍTULO II

A aplicação de testes morfossintáticos no ensino do

português a partir das expressões idiomáticas	28
Introdução	28
A fraseologia e as expressões idiomáticas	31
Critérios de identificação e características das expressões idiomáticas	33
O contexto de realização da pesquisa	35
Níveis de lexicalização e critérios de variação	37
Aplicação dos testes morfossintáticos	45
Considerações finais	52
Referências	53

CAPÍTULO III

E-social: impactos para a gestão de recursos humanos,

previdenciários e fiscal	57
Introdução	57

A novidade do eSocial.....	58
Obrigações acessórias a serem substituídas futuramente	59
Benefícios para o empregador e para o trabalhador.....	60
Identificador: empregador/contribuinte/órgão público.....	61
Identificador - trabalhador	62
Consulta de qualificação cadastral dos empregados – CQC	62
Quem está obrigado ao eSocial?.....	63
O faseamento do eSocial	64
Lógica do eSocial - eventos e tabelas.....	67
Prazo de envio dos eventos.....	67
Multas administrativas.....	67
Transmissão dos arquivos - Sequência lógica.....	68
Envio dos dados	69
Comprovante de entrega dos eventos	70
Relação dos eventos e requisitos	70
Situação “sem movimento”	73
Assinatura digital.....	73
Alterações, retificação e exclusão de informações enviadas.....	75
Guias de recolhimento	76
DCTFWeb - Constituição de créditos e geração de guias de recolhimento.....	76
GRFGTS – Guia de Recolhimento do FGTS	78
Consulta das informações transmitidas – eSOCIALBX.....	78
Informações gerais sobre os eventos de saúde e segurança no trabalho – SST.....	79
Considerações finais	82
Referências.....	83

CAPÍTULO IV

Cyberbullying, valentia impiedosa no ambiente escolar	86
--	-----------

Introdução	86
Covid-19 o vírus do isolamento social físico	88
Covid-19 impactando a indústria 4.0	90
Redes sociais e planejamento escolar virtual	92
Bullying e cyberbullying no ambiente escolar.....	94
Ciberespaço, cibercultura, redes sociais, cyberbullying	97
Cyberbullying e consequências	100
Proposta metodológica para aplicação prática	101
Análise dos dados	103
Considerações finais	105
Referências.....	107

CAPÍTULO V

Mudanças e perspectivas da educação médica evolução histórica da educação médica e aumento do mercado educacional.....	109
Educação a distância	115
Método tradicional de ensino.....	120
Aprendizagem baseada em problema (ABP).....	123
Perspectivas futuras.....	127
Referências.....	128

CAPÍTULO VI

A participação do disclosure, minimizando o custo das empresas na formação do capital.....	132
Apresentação	132
Conceitos disclosure.....	133
Governança corporativa	136
Notas explicativas	148
Considerações finais	154
Referências.....	155

APRESENTAÇÃO

Os dias atuais têm apresentado uma necessidade cada vez maior de adaptação às tecnologias digitais do mundo moderno, todavia esse processo não pode ser lento e moroso, pois todos os recursos aos quais temos acesso, hoje, nos permitem e nos impelem a sermos ágeis e assertivos.

As mudanças vividas nos últimos meses, em virtude da pandemia provocada pelo novo coronavírus, proporcionaram um avanço tecnológico previsto no prazo de cinco anos, mas que necessitou ocorrer em cinco meses.

Considerando essas novas ocorrências, as instituições de ensino se viram frente a enormes desafios, seja o de ofertar uma formação de qualidade para os docentes; a fim de que utilizassem os meios digitais disponíveis como ferramentas para a sala de aula virtual ou para fazer com que os discentes entendessem e se adaptassem a essa nova metodologia de ensino remota.

As Faculdades ISEIB proporcionam à comunidade acadêmica a oportunidade de vivenciarem as mudanças e adaptações que os novos tempos exigem, por meio de capítulos que abordam as informações atuais de forma ímpar e dinâmica, trazendo, assim, a chance de os leitores compreenderem as diversas inovações, que são frutos deste enorme aparato de conhecimento gerado nos últimos tempos.

Desta forma, empreendemos, nesta coletânea, novas informações de maneira interessante, inovadora e com temas cada vez mais discutidos pela sociedade, cuja abordagem apresenta os mais diversos segmentos tecnológicos que são frutos do ambiente de experimentação e oferta de conhecimento da atualidade.

Constituído de seis capítulos, o livro III “Gestão do conhecimento tecnológico e de pessoas” discute, de maneira direta e elucidativa, diversas vertentes do tema em questão. O capítulo I apresenta a inovação tecnológica no seguimento automotivo, abordando a diferenciação entre o carro híbrido e elétrico; o capítulo II disserta sobre os testes morfossintáticos possíveis no ensino do léxico do português, contribuindo para a competência lexical dos alunos da Escola

básica; o capítulo III aborda o ambiente digital, relacionado à Gestão dos recursos humanos, previdenciários e fiscais, gerados pela implementação e uso do e-social; o capítulo IV analisa o cyberbullying, trazendo à tona a impiedosa valentia no ambiente escolar, vivenciada atualmente; o capítulo V analisa de forma muito dinâmica e interessante as mudanças e perspectivas da educação médica, geradas pelo aumento do mercado educacional, traçando um paralelo entre a evolução histórica deste seguimento; o capítulo VI proporciona uma visão da participação do disclosure na minimização dos custos das empresas na formação de capital.

Sendo assim, os capítulos apresentados colaboram com os mais diversos segmentos de um tema tão presente e atual como a gestão do conhecimento tecnológico e de pessoas.

Por fim, convidamos a todos a lerem e participarem das visões dos autores que contribuíram de forma significativa para a ampliação e disseminação do conhecimento nas suas respectivas áreas de especialidade e correlatas.

Prof. Mestre Victor Santiago Rodrigues de Moraes Resende
Professor Titular da Faculdade ISEIB de Belo Horizonte

A TECNOLOGIA SE APROXIMA: CARRO HÍBRIDO OU ELÉTRICO?

Helena Cristina P. Reis

Mestre em Administração
Professora ISEIB
helenacrisreis11@gmail.com

Lucas Beraldo Soares

Mestre em Administração
Professor ISEIB
lucasberaldo@gmail.com.br

Luiz Osvaldo Vilar Almeida

Doutorando em Ciência da Informação
Professor PUC-MG
lovalmeida50@yahoo.com.br

Marcos Vinícius Soares

MBA em Gerenciamento de Projetos (PUC-MG)
marcosviniciusufmg@yahoo.com.br

Raymundo Wesley de Freitas

Mestre em Educação
Professor ISEIB e CEFET
freitasrw@yahoo.com.br

Sheila Elisabete Regiane de Souza

Especialista em Controladoria, Finanças e Perícia Contábil (UFLA)
Professora ISEIB
scheilaelisabethe@bol.com.br

UMA INTRODUÇÃO SOBRE OS VEÍCULOS ELÉTRICOS

De acordo com alguns autores a história dos veículos elétricos é longa. O primeiro carro elétrico nos EUA foi construído por William Morrison, em 1891. Em 1900, os carros elétricos ganharam ampla popularidade, somando 38% de todos os veículos nas ruas dos EUA, comparados com 22% movidos a gasolina. Thomas Edison e Henry

Ford trabalharam juntos para construir um veículo elétrico comprável. Em 1912, o estoque global de veículos elétricos alcançou o pico histórico de 30.000 unidades, conforme o site especializado (UMA BREVE..., 2018.)

Os norte-americanos construíram novas rodovias que se estendiam da região Norte à região Sul, e o automóvel tornou-se um grande aliado nesta etapa. Despertou-se neste público um grande apreço pelos automóveis. Foi propiciado a ligação das grandes metrópoles e grandes centros ao interior, facilitando o traslado de mercadorias, objetos e pessoas. Ainda nesta época os carros elétricos tinham uma pequena aceitação por fatores como: a expansão dos postos de gasolina em todo lugar, destaque especial para o interior e o advento da energia elétrica ainda era realidade para poucas famílias. Diante deste cenário o automóvel elétrico foi praticamente extinto do mercado.

Algumas pesquisas e desenvolvimentos sobre os carros elétricos continuaram como um meio para reduzir a poluição do ar na década de 1960 e diminuir a dependência do petróleo no rastro da crise de 1973. Iniciando na década de 1990, as exigências dos Veículos Emissão Zero da Califórnia (VEZ) incentivaram os fabricantes automotivos a se comprometerem com um limite anual de vendas de carros elétricos através da distribuição de créditos VEZ, conforme relata o site especializado. (UMA BREVE..., 2018.)

A Toyota mostrou-se hodierna, avançada e inovadora ao apresentar o modelo Prius, como o primeiro elétrico híbrido produzido em escala comercial efetuando seu lançamento em 1997. Embora a marca Japonesa se apresente com um histórico de benesses, inovações e confiabilidade o design ainda é tratado como uma quebra de paradigma, ou é amado ou odiado, é difícil encontrar um meio termo.

A Tesla Motors também se apresenta há algum tempo como um novo player do seguimento elétrico, embora ainda uma novata, um dos modelos produzidos, Tesla Roadster, lançado em 2006 é mister de carro esportivo de luxo aliado a um motor elétrico de alta performance. Localizada no Vale do Silício a empresa já desperta novos desejos e novas percepções no público deste segmento.

Já a Nissan apresentou seu modelo Leaf no mercado e já o comercializa como carro ecológico, de preço competitivo e atraente. Existem ainda outras montadoras como a BMW, GM (General Motors), Kia, Hyundai, Jac Motors, Renault, Peugeot, dentre outras que no Salão Internacional do Automóvel de São Paulo de 2018, ocorrido em São Paulo, em meados de Novembro do mesmo ano, exibiram vários modelos, alguns ainda sem previsão para lançamento no Brasil.

Os carros híbridos são veículos que funcionam com dois tipos de motores (combustão e elétrico), além de funcionar com a utilização desses propulsores, este modelo de veículo encontra na sociedade alguns obstáculos, como valores altos, manutenção com um custo mais dispendioso, assim como demais custos. Sem contar que o motor híbrido é um grande avanço tecnológico e tende a ser uma tendência no mundo automobilístico.

Os carros elétricos ainda estão na primeira marcha no Brasil, mas há sinais que podem engatar a segunda marcha em 2019. Quatro montadoras vão vender automóveis 100% movidos a eletricidade no país: a francesa Renault, com o Zoe; a japonesa Nissan, com o Leaf; a americana GM, com o Bolt; e a chinesa JAC com o E40. Os quatro modelos chegam ainda em dezembro (2019) e vão multiplicar a oferta de carros elétricos no país em 2019. Até então, o único automóvel desse tipo aqui era o BMW i3, há outros híbridos, que também podem ser abastecidos com gasolina. Ainda que os preços sejam altos, como no restante do mundo, fica claro o interesse das montadoras e apostar no mercado elétrico no Brasil.

Por esta razão, o intuito deste artigo é demonstrar de forma menos complexa um tema que tem sido amplamente divulgado e que as vezes causa uma certa confusão acerca do que são os carros elétricos, híbridos e correlatos. Desta forma, pretende-se ainda estudar a tecnologia inovadora dos carros híbridos e elétricos, assim como seus possíveis desdobramentos e o seu papel na sociedade consumista/capitalista. Você ainda terá um carro híbrido ou elétrico na sua garagem? Certamente para alguns entusiastas, este questionamento suscita uma inquietação.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O encetamento dos automóveis elétricos e híbridos

De acordo com Calmon (2011), um dos episódios marcantes dessa história remonta a 1900. O início da era do automóvel foi coberto de percalços.

Figura 1 - Automóvel elétrico de 100 milhas de Fritchle (1908)/ Propaganda

**THE 100-MILE
Fritchle Electric
IS GUARANTEED**

to travel 100 miles to the single charge—over city streets or country roads.

We are now ready to close 1909 Agencies. Write for our proposition.

**VICTORIA PHAETON
S2000**
Complete line includes all styles

STORAGE
CENTRAL GARAGE
1310-12 NEW YORK AVE.
GASOLINE AND ELECTRIC CARS
STORED AND REPAIRED
PHONE, MAIN 8444
WASHINGTON, D. C. December 10, 1908.

TO WHOM IT MAY CONCERN:

This is to certify that we charged Mr. Fritchle's Electric Automobile and assisted in running down the car.

When the car left the garage, the odometer registered 2310 miles and when it returned the next day, it registered 2209 miles, showing that 101 miles had been run on one charge.

We are positive that the car was not recharged anywhere in the country.

Roll C. King
Roll C. King, Chevrolet

The above letter is respectfully submitted as absolute proof of our "100 mile per charge" claim—in this particular instance, however, the mileage having been made by a Fritchle Electric immediately after the completion of an overland tour from Lincoln, Neb., to New York City, thence to Washington, D. C., through hundreds of miles of mud and over the Allegheny mountains.

Art Catalogue showing entire line of open and closed cars mailed on request

The Fritchle Automobile & Battery Co.
1449-1455 Clarkson St., Denver, Colorado

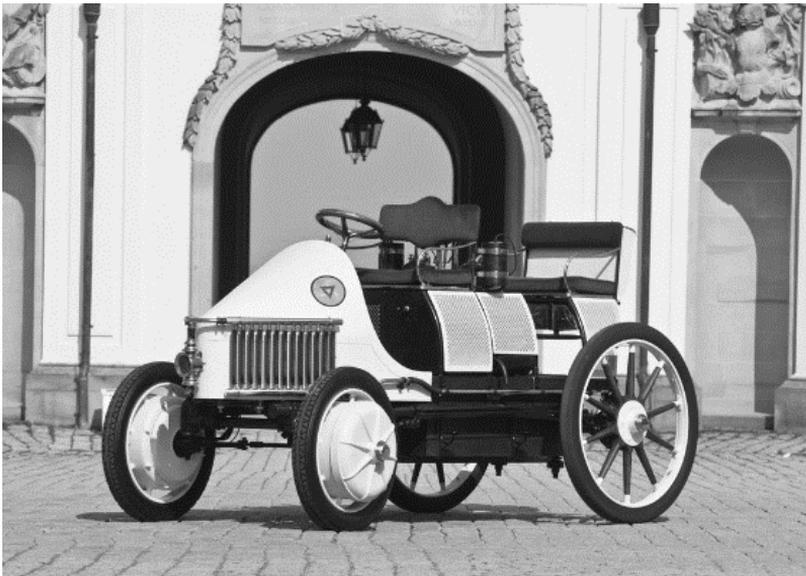
Fonte: Uma breve..., (2018)

Apenas na última década do século 19 nasceu uma incipiente indústria automotiva. Três alternativas de propulsão surgiram: combustão, vapor e eletricidade. Justamente aí aparece um dos grandes gênios do Século 20. Ferdinand Porsche, de família de língua alemã, nasceu na antiga Boêmia, parte da Áustria-Hungria, em 1875. Precisamente na cidade de Maffersdorf, hoje território da República Checa. Portanto, não era alemão, nem austríaco ou húngaro, mas sim checo.

Porsche focou interesse inicial na eletricidade e ainda jovem se associou ao austríaco Ludwig Lohner. A Feira Mundial de Paris, visitada por cinco milhões de pessoas em 1900, exibiu os grandes avanços do Lohner-Porsche. Suprimindo eixos, correntes de transmissão e câmbio, o

carro era propulsionado por dois motores elétricos nos cubos das rodas dianteiras e, apesar de baterias pesadas, alcançava autonomia de 50 quilômetros. Uma versão de corridas do Lohner-Porsche possuía quatro motores nos cubos das rodas (primeiro automóvel 4x4) e freios também nas quatro rodas, duas primazias históricas. Um ano antes, no Salão do Automóvel de Berlim, a empresa belga Pieper apresentou o que seria hoje considerado um híbrido em paralelo: motor elétrico central conectado por embreagem a um motor a combustão que movia as rodas por uma transmissão convencional. Porém, esse carro nunca chegou a funcionar de forma satisfatória. No final de 1901, a versão definitiva, Lohner-Porsche Mixte, ficou pronta e cinco unidades foram vendidas. Já apresentava aspecto convencional: motor dianteiro de 25 cv e árvore de transmissão até o gerador sob o banco. (CALMON, 2011).

Figura 2 - Réplica do primeiro carro híbrido da história



Fonte: Calmon (2011)

Primeiro veículo híbrido flex do mundo será feito no Brasil

Villaça (2018), explica que a Toyota anunciou a produção brasileira do primeiro veículo híbrido flex do mundo no final de 2018, em evento realizado em Brasília com a presença do presidente Michel Temer. A

marca fez questão de destacar o diferencial da tecnologia bicombustível, já que a primazia de produzir um modelo híbrido no Brasil é da Mercedes-Benz e seu C 200 EQ Boost. Desenvolvida em parceria entre as engenharias do Brasil e do Japão, a tecnologia combina um motor a combustão bicombustível e um propulsor elétrico, conforme a revista especializada Quatro Rodas edição 716 de Dezembro 2018.

Com o desenvolvimento do projeto, a montadora se beneficia das novas políticas do recém-aprovado Rota 2030, que estimulam a produção de veículos mais eficientes, prevendo uma redução de 11%.

Apesar de o Prius já rodar em testes desde março de 2018 e ser praticamente certa a adoção da nova tecnologia no modelo, a empresa não confirma qual será seu primeiro híbrido flex. Vale lembrar que a data coincide com o lançamento da nova geração do Corolla no país. O sedã é um forte candidato a receber os motores flex e elétrico, uma vez que também utiliza a plataforma modular TNGA, própria para receber sistemas híbridos, ainda citando Villaça (2018).

Figura 3 - Toyota Prius Flex Fuel



Fonte: Grego (2018)

Novo Mercedes classe C é o primeiro carro híbrido feito no Brasil

Conforme explica Grande (2018), a Mercedes apresentou no Brasil o novo Classe C reestilizado. O modelo chega nas versões C180 Exclusive e *Avantgarde* C300 Sport e a nova C200 EQ *Boost*, que além das mudanças visuais e de conteúdo introduzidas na linha tem um novo sistema híbrido parcial, com um motor elétrico que auxilia o motor a combustão nas arrancadas e acelerações. Mecanicamente, a principal novidade vem a bordo da versão C200 EQ *Boost*, que traz um alternador que pode funcionar como motor elétrico auxiliando o motor elétrico nas partidas e acelerações.

O C200 EQ *Boost* é equipado com um motor a combustão 1.5 de 183 cv de potência e 28,6 mkgf de torque que ganha até 14 cv e 16,3 kgfm com ajuda do motor elétrico. O câmbio é automático de 9 marchas. Além de ajudar nas acelerações, o EQ *Boost* ajuda na economia de combustível porque a energia acumulada pelo sistema EQ *Boost* pode ser usada pelo sistema Start/Stop, para dar a partida no motor, e também para permitir o uso da função roda-livre. Segundo a Mercedes, o EQ *Boost* pode reduzir em até 10% o consumo de combustível.

O carro híbrido é ainda melhor que o carro elétrico

De acordo com Fonseca (2018), algumas montadoras, como a Tesla, vêm se especializando na produção de carros elétricos, lançando modelos diversos no mercado automobilístico mundial. Para que haja a circulação de veículos elétricos em um país, no entanto, é preciso que haja também adaptação para garantir o seu abastecimento. Assim, se torna necessária a criação de tantos postos de recarga de energia para as baterias desses veículos quanto há para o abastecimento de veículos a combustão. Para que isso aconteça, ainda levará certo tempo, principalmente em países como o Brasil, em que não há a fabricação de veículos elétricos e todos os modelos de carros da categoria que estão em circulação são importados.

Nesse ponto, apresentamos um quadro comparativo com as vantagens e desvantagens dos veículos híbridos, observem abaixo:

Quadro 1 - Vantagens e Desvantagens dos veículos híbridos

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Consumo de combustível baixo	Preço
Maior estabilidade, maior conforto	Duração e preço das baterias
Economia com fluidos	Autonomia
“Ecofriendly” (Ambientalmente amigáveis)	Pouco ou quase zero de incentivos fiscais
Menos poluentes	Descarte de bateria

Fonte: Os autores (2019)

No entanto, para países como o Brasil, em que o uso de combustíveis fósseis ainda é permitido para o abastecimento de veículos e no qual uma adaptação para atender veículos de motor elétrico seria mais dispendiosa, investir em um veículo híbrido é uma escolha vantajosa.

A economia em abastecimento tendo um carro híbrido

Segundo Fonseca (2018), um dos principais pontos positivos dos carros híbridos, ressaltado nos tópicos anteriores, é a economia de combustível. Tendo em vista que um dos objetivos dos veículos híbridos é diminuir os índices de poluição gerados por carros, a diminuição na quantidade de combustível por quilômetro rodado realmente deve acontecer. Assim, podemos tomar como exemplo o Prius (Toyota), indicado como o carro mais econômico do Brasil. Para exemplificar a economia de combustível dos veículos híbridos, podemos comparar o seu consumo ao de um outro veículo a combustão bastante vendido no Brasil. O HB20 1.6, da Hyundai, carro que está entre os mais vendidos no Brasil em 2017, percorre cerca de 8 quilômetros por litro de combustível em trajeto urbano. Em estrada, o trajeto percorrido por litro foi de 11,3 quilômetros. O funcionamento dos motores do carro híbrido é diferente do funcionamento de um motor a combustão sozinho. Por isso, o consumo de um automóvel híbrido em trajeto urbano é maior do que em rodovias, ao contrário dos veículos a combustão.

Como dito anteriormente, o motor a combustão é responsável por auxiliar o motor elétrico em trajetos em que há a necessidade de maior tração, o que acontece geralmente em rodovias. Assim, em área urbana, o

carro é capaz de circular somente com o motor elétrico na maioria do trajeto e, por isso, há a economia de combustível.

Então, ao fazer o comparativo de consumo entre um veículo híbrido e um veículo a combustão, pode ser que a diferença de consumo em trajeto rodoviário não seja tão diferente. Conhecendo o consumo do veículo a combustão tomado a exemplo, o HB20, observe, agora, o consumo do Prius em rodovias e centros urbanos. Na cidade, o Prius gasta um litro de combustível a cada 23,3 quilômetros rodados, de acordo com a revista especializada Quatro Rodas. (FONSECA, 2018).

Em rodovias, o consumo é de 18,2 quilômetros por litro. Comparando os consumos dos dois veículos em área urbana, tem-se um aumento de 15 quilômetros rodados a cada litro de combustível consumido. (FONSECA 2018).

Definição de um veículo híbrido

Em um cenário onde combustível vale ouro e os apelos para a preservação ambiental ficam cada vez mais urgentes, o veículo híbrido surge como uma possibilidade no assunto mobilidade urbana. Vem a ser um veículo com dois motores que podem funcionar juntos ou separados, o motor elétrico é usufruído até 100 km/h normalmente usados nas cidades seu funcionamento não libera gases poluentes e não emite ruídos, consumos destes carros costumam ultrapassar os 16 km por litro em carros considerados potentes com média de 2.0 de potência. (FONSECA, 2018).

O carro híbrido no mercado Brasileiro

De acordo com Ângelo (2018), diferente dos outros modelos, o automóvel híbrido vem equipado com dois motores: um de combustão que utiliza combustível comum e outro elétrico. Este último se utiliza da energia eletromagnética, promovendo um gasto muito menor e também gerando bem menos poluição. Mesmo com toda essa tecnologia, os carros híbridos ainda estão longe de se tornarem uma opção viável e popular, já que os valores dos modelos disponíveis hoje no Brasil superam os R\$100 mil. O Toyota Prius foi o primeiro carro híbrido produzido em série em 1997 e foi o mais vendido do seu segmento.

Tipos de carros híbridos

Segundo matéria realizada no *Ângelo* (2018) atualmente, há três tipos de carros híbridos disponíveis, observe abaixo:

Híbridos-Paralelos

Nos modelos mais antigos, a locomoção acontece pelo motor a explosão. O motor elétrico figurava apenas como um auxílio para aprimorar o desempenho.

Segundo Ricardo Takahira citado por *Ângelo*:

[...] da comissão técnica de veículos elétricos e híbridos da Sociedade de Engenheiros da Mobilidade (SAE) do Brasil, explica que a bateria representa grande parte do preço de um híbrido ou elétrico. Atualmente, o componente custa cerca de 40% do preço total do veículo, e no passado chegava a 60%. Por causa disso, quanto mais um veículo depende dela, maior será seu custo. (TAKAHITA apud *ÂNGELO*, 2018).

Híbridos-Série

“Em alguns modelos, o motor elétrico é o responsável pela locomoção do automóvel, porém o motor a explosão faz funcionar um gerador de energia que recarrega as suas baterias necessárias para o automóvel se locomover e para carregar as baterias.” (*ÂNGELO*, 2018)

Híbrido Misto

Este último tipo une características do sistema em série com o sistema paralelo, aumentando o desempenho de ambos. Esse sistema fornece energia para as rodas do veículo ao mesmo tempo em que gera eletricidade utilizando um gerador. Neste caso, é possível usar somente o sistema elétrico.

Conforme Takahira citado por *Ângelo*:

[...] explica que um conjunto eletrônico intrincado avalia o tempo inteiro, as condições do veículo e do percurso. Ele decide qual é o melhor momento de se usar o motor a

combustão ou o elétrico. O motorista também pode escolher com qual dos dois quer rodar através de um menu. (TAKAHIRA apud ÂNGELO, 2018).

Híbridos Plug-in

Quando se fala em um híbrido-plug-in, se fala da forma de alimentação das baterias, independente da estrutura que traciona as rodas. Por isso, qualquer um dos três tipos de carros híbridos pode ser equipado com esta fonte de eletricidade. O plug-in é como uma tomada no veículo, onde se conecta um cabo de alimentação. O cabo pode ser de um tipo especial, para ser utilizado em eletro postos, ou comum, para ser conectado a uma tomada residencial. (TAKAHIRA apud ÂNGELO, 2018).

Segundo Takahira, a autonomia costuma ser mais restrita nestes carros.

FUNCIONAMENTO DOS CARROS HÍBRIDOS

A grande maioria dos carros híbridos que existem hoje funciona à gasolina e eletricidade, embora a fábrica francesa PSA Peugeot Citroën tenha dois carros híbridos diesel-elétrico em seus planos, conforme o site especializado, Pensamento Verde (2013).

Um carro híbrido normalmente é composto por todos os componentes de um carro elétrico completo, incluindo motor que fornece a potência para as rodas e também baterias que fornecem a eletricidade ao motor. Em conjunto com esses componentes, este tipo de carro possui um motor movido a combustível, como a gasolina, que fica completamente separado dos componentes elétricos. Este motor é pequeno (10 ou 20 HP) e alimenta um gerador. Ele é projetado para funcionar em determinada velocidade, buscando máxima eficiência.

Em alguns modelos, conhecidos como híbrido-paralelo, o motor elétrico “auxilia” o motor movido à gasolina, o que contribui para reduzir o consumo de combustível em até 20%. Em outros, conhecidos como híbrido-série, o motor elétrico assume totalmente o trabalho e o motor à gasolina ficam “desligado”, economizando o consumo em 20% ou mais, dependendo do tempo que o carro opera. Há ainda modelos conhecidos

por sistema híbrido misto, que combina aspectos do híbrido-série com o híbrido-paralelo, maximizando os benefícios de ambos. Ele fornece energia para as rodas do carro e, através de um gerador, produz eletricidade simultaneamente. Nestes modelos é possível utilizar somente o sistema elétrico, dependendo das condições de carga ou também utilizar os dois motores de forma simultânea.

Quadro 2 - Componentes do carro híbrido

Motor a gasolina	Similar aos carros tradicionais, porém menor e com tecnologias mais sofisticadas com a intenção de reduzir a emissão de gases poluentes e aumentar a sua eficiência.
Tanque de combustível	Armazena energia para o funcionamento do motor a gasolina.
Motor elétrico	Possui tecnologia eletrônica que permite que ele funcione tanto quanto motor ou como um gerador de energia para as baterias.
Gerador	Similar a um motor elétrico, porém funciona apenas para produzir energia elétrica.
Baterias	Armazena energia para o motor elétrico que pode fornecer ou retirar energia delas.
Transmissão	A mesma função em um carro convencional.

Fonte: Bosch (2018)

Na atualidade, um carro híbrido é especialmente projetado com modificações mecânicas e estruturais para garantir menor consumo de combustível. A começar pela diminuição do tamanho do motor a combustão, que exige menor volume de combustível em cada ciclo, visando não à potência máxima de funcionamento, mas apenas a média, já que há complementação pelo motor elétrico. O motor de combustão ainda funciona com o Ciclo de Atkinson, que permite que o período de expansão no cilindro seja maior que o tempo de compressão, resultando em melhor eficiência térmica e menor gasto de combustível que a média dos motores tradicionais.

Outra modificação extremamente positiva aconteceu no motor elétrico, com a chamada frenagem regenerativa ou recuperativa. Na

prática, ao pisar no freio ou aliviar a pressão do acelerador, o motor elétrico é colocado em modo reverso, o que desacelera o carro e transmite a energia do movimento das rodas para o motor, gerando energia elétrica que será armazenada nas baterias.

Finalmente, além da motorização, os carros híbridos buscam a eficiência energética através de fatores estruturais. Entre eles se destaca a busca por uma aerodinâmica avançada, com diminuição da área frontal, saliências e reentrâncias e utilização de saias nas aberturas das rodas, melhorando o fluxo de ar e diminuindo o arrasto aerodinâmico. Outros procedimentos comuns implantados nos híbridos para aumentar a eficiência incluem a utilização de pneus de baixa resistência e diminuição geral do peso do carro e seus componentes, exigindo menos energia para o deslocamento.

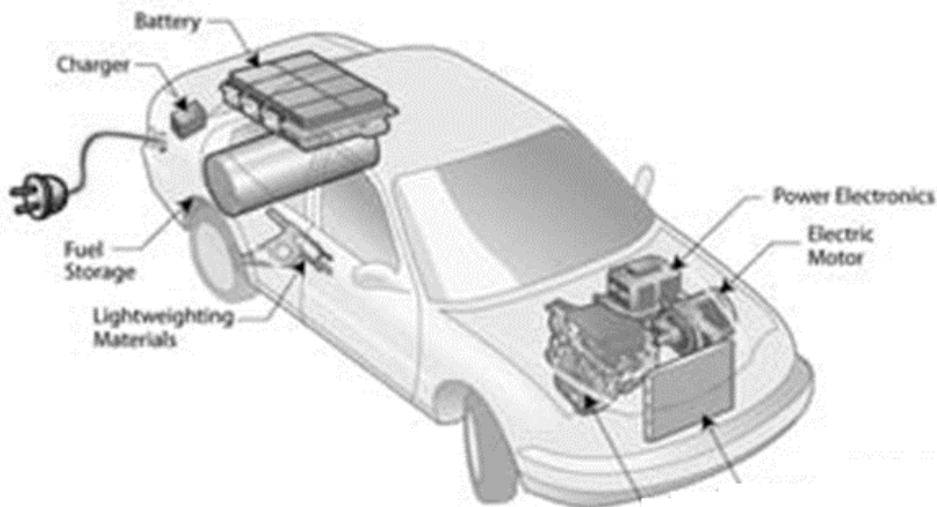
DO HÍBRIDO AO ELÉTRICO

A tecnologia híbrida é amplamente usada justamente pelo seu ponto de economizar combustíveis e suas grandes diversidades de tecnologias aplicadas a ela, tanto que várias montadoras de olho neste gigantesco e imparável mercado que vem crescendo cada vez mais estão ampliando suas montagens e agregando ao seu rol de carros os carros híbridos e elétricos.

Takahiro Hachigo, CEO da Honda Motor Co., diz que sua montadora está com planos ambiciosos para que até 2030 sua montadora tenha 66 % de carros voltados a estas tecnologias elétricas. Mas qual a diferença entre estes dois? Em se tratando de economia os carros 100 % elétricos são de longe mais eficientes, pois toda sua estrutura é voltada a economizar energia alguns carros elétricos possuem seu chassi totalmente feito em fibra de carbono que é 50 % mais leve que o aço e tão forte quanto, isso reduz seu arrasto (atrito contra sua força ao se deslocar) significadamente; já os carros híbridos são melhores ajustados a realidades de alguns países pois são mais baratos e por possuírem dois motores seu condutor não se preocupa tanto pelo fim das cargas na bateria contrário do elétrico. Porém vemos que a preocupação com o meio ambiente é muito grande e por isso os carros 100% elétricos vão tomar o mercado gradativamente, ainda não foi aplicado mundialmente, pois as tecnologias

que as baterias usam em seus carros estão defasadas diz o próprio criador destes sistemas de baterias que usa tecnologia de íons de lítio o físico americano John Goodenough.

Figura 4 - Simulação de um carro Híbrido



Fonte: Carro..., (2018)

A frota nacional de veículos elétricos é pequena: em 2017, foram emplacados apenas 3296 carros elétricos ou híbridos, segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico. A expectativa é que o número de 2018 cresça 60%. Ainda é pouco se comparado ao de carros elétricos vendidos no exterior. Na China, que lidera o setor, foram vendidas 500.000 unidades de janeiro a agosto de 2018. A França quer que os carros elétricos correspondam a 20% do mercado até 2020. O Reino Unido, a 14%. A Alemanha e a Noruega, por sua vez, pretendem acabar com os veículos movidos a combustão até 2030. De todo modo, há interesse do consumidor brasileiro. Uma pesquisa do Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas e da consultoria Accenture estima que as vendas de carros elétricos no Brasil alcancem 150.000 veículos por ano, e frota chegue a atingir 5 milhões até 2030. Para isso acontecer, no entanto, será preciso diminuir os preços e os impostos. “Muitos países estão se

esforçando para reduzir os custos dos carros elétricos, e o Brasil não ficará de fora dessa evolução. Isso gerará demanda, que deverá puxar os incentivos do governo”, diz Andrea Cardoso, diretora executiva da Accenture para a área automotiva. Ainda pode demorar um pouco, mas o futuro é elétrico. (A VEZ..., 2018, p.64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o Brasil é um mercado potencial para utilização de veículos híbridos de elétricos, mas enquanto não houver uma política governamental de incentivo real a esse mercado, outras tecnologias para aumento de eficiência do sistema motor serão utilizadas. É necessária uma política agressiva de incentivos fiscais a fim de possibilitar o desenvolvimento de tecnologia em território nacional, diminuindo custo de produção dos veículos e, por conseguinte, o preço ao consumidor final, tornando assim que este tipo de veículo inovador seja mais atrativo que o veículo a combustão. O modelo híbrido e elétrico se apresenta como uma tendência atual e alternativa consciente para sociedade, tanto pelo custo benefício, como pelo fato do combustível fóssil ser um bem esgotável.

Com a entrada desta nova tecnologia híbrida no Brasil, haverá uma defasagem na saída de combustível, ainda que este modelo utilize gasolina ou etanol. Ainda que o carro híbrido consuma combustíveis fósseis, este modelo é capaz de abastecer as baterias elétricas por meio destes combustíveis.

De acordo com a pesquisa efetuada, existem três modelos de carros híbridos: aos paralelos, os em série e os mistos que é a junção dos outros dois modelos, aumentando o desempenho de ambos. E quando se trata de híbridos *plug in*, se trata da forma de alimentação das baterias, independente da estrutura que traciona as rodas.

Ainda com base no estudo realizado, o artigo buscou trazer mais informações sobre os veículos híbridos e elétricos além de demonstrar algumas especificidades. Notou-se que há anos o carro híbrido está disponível no mercado, porém só atualmente o modelo vem sendo reconhecido no Brasil e no mundo.

Para finalizar, pode-se observar que há ainda um desafio ao modelo híbrido e elétrico, em termos de esclarecer ao mercado consumidor nacional suas benesses, potencialidades e relação custo-

benefício. Ressalta-se que se faz necessário buscar incentivos governamentais, diminuição dos custos para sua produção, assim como o preço ao consumidor final, de modo a tornar-se atrativo o modelo híbrido ou elétrico quando comparado aos modelos tradicionais, movidos a combustão.

REFERÊNCIAS

A VEZ dos Elétricos. **Exame**. Edição 1176, 26/12/2018, Ano 52, Número 24, p. 64 e 65.

ÂNGELO, Bárbara. **Tipos de carros híbridos**. Toyota Prius e Ford Fusion Hybrid são do tipo híbrido misto e não podem ser recarregados em uma tomada, porque não são plug-in. 07/07/18. Disponível em: <<https://autopapo.com.br/noticia/entenda-os-tres-tipos-de-carros-hibridos/>> Acesso em 28 set. 2018.

BOSCH. **Motores híbridos e elétricos**. Disponível em: <http://br.bosch-automotive.com/pt/internet/parts/parts_and_accessories_2/motor_and_sytems/hybrid_systems/overview_hybrid_systems.html> Acesso em 28 set. 2018.

CALMON, Fernando. Carros. Criado em Criado em 1901, Lohner-Porsche Mixte foi o primeiro carro híbrido da história. 20/05/2011. Disponível em: <<https://carros.uol.com.br/noticias/redacao/2011/05/20/criado-em-1901-lohner-porsche-mixte-foi-o-primeiro-carro-hibrido-da-historia.htm>> Acesso em 02 jan. 2019.

CARRO híbrido: Como funciona? Quais são as diferenças? Notícias Automotivas. Disponível em: <<https://www.noticiasautomotivas.com.br/como-funcionam-os-carros-hibridos/>> Acesso em: 10 jan. 2018.

ENOSHITA, Evandro. **O primeiro carro híbrido do mundo foi feito em... 1896**.

09/03/2016. Disponível em: <<https://motorshow.com.br/o-primeiro-carro-hibrido-do-mundo-foi-feito-em-1896/>> Acesso em 16 out. 2018.

FONSECA, GUSTAVO. **Carro híbrido: Conheça Tudo Sobre a Categoria e Por que Ele é o Veículo Campeão em Economia**. 23 de Abril

de 2018. Disponível em: <<https://doutormultas.com.br/carro-hibrido-economia/>> Acesso em 10 jan. 2019.

GRANDE, Paulo Campo. **Novo Mercedes Classe C é o primeiro carro híbrido feito no Brasil.** Sedã montado em Iracemápolis (SP) ganhou retoques visuais, novos faróis full-led e inédita versão híbrida parcial. 10 out. 2018. Revista Quadro Rodas. Disponível em: <<https://quatorrodas.abril.com.br/testes/novo-mercedes-classe-c-e-o-primeiro-carro-hibrido-feito-no-brasil/>> Acesso em 01 jan. 2019.

GREGO, Enio. **Toyota anuncia que produzirá no Brasil primeiro veículo híbrido flex do mundo.** A montadora japonesa não confirma, mas modelo que receberá um motor elétrico e outro com tecnologia flexful deverá ser o sedã Corolla, a partir do fim de 2019. Vrum. Estado de Minas. 13/12/2018. Disponível em: <https://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/noticias/2018/12/13/interna_noticias,53519/toyota-anuncia-que-produzira-no-brasil-primeiro-veiculo-hibrido-flex.shtml> Acesso em: 11 jan. 2018.

ORTIZ, Diego. **O futuro dos carros elétricos.** Os carros elétricos ainda têm um longo caminho a percorrer até se tornarem viáveis para a maior parte do público; fontes alternativas de eletricidade podem ser solução. 29.11.2018. Disponível em: <<https://jornaldocarro.estadao.com.br/carros/o-futuro-dos-carros-eletricos/>> Acesso em 14 out. 2018.

PENSAMENTO VERDE. **Como funcionam os carros híbridos?** Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/como-funcionam-os-carros-hibridos>> 13/06/2013. Acesso em 10 jan. 2019.

UMA breve história dos veículos elétricos. **Climainfo.** Disponível em: <<http://climainfo.org.br/2017/09/25/uma-breve-historia-dos-veiculos-eletricos/>> Acesso em: 12 jan. 2018.

VILLAÇA, Thais. **Primeiro híbrido flex do mundo será feito pela Toyota no Brasil em 2019.** 13/12/18. Disponível em <<https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/primeiro-hibrido-flex-do-mundo-sera-feito-pela-toyota-no-brasil-em-2019>> Acesso em: 08 jan. 2019.

A APLICAÇÃO DE TESTES MORFOSSINTÁTICOS NO ENSINO DO PORTUGUÊS A PARTIR DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Marília Pereira Mendes

Mestre em Linguística Aplicada

Professora ISEIB

mariliacecap@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um estudo sobre as unidades fraseológicas encontradas na linguagem da mídia impressa popular, com o objetivo de mostrar a produtividade lexical no discurso jornalístico, mais especificamente, dos componentes fraseológicos, aqui identificados como expressões idiomáticas. Analisamos a maneira como essas unidades complexas podem contribuir para o desenvolvimento da ampliação lexical qualitativa dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, considerando que tais unidades fazem parte do acervo lexical da língua portuguesa e que, portanto, devem ser apresentadas no ensino de língua materna. Discutimos o conceito das expressões idiomáticas e dos provérbios, evidenciando, sobretudo, as características básicas para o reconhecimento dessas unidades no gênero informativo.

Assim, a pergunta principal que impulsionou este trabalho foi: que tipo de análise linguística pode ser proposta para essas unidades para uma posterior aplicação no ensino do português, com vistas ao desenvolvimento da competência linguística e comunicativa, voltada para as reais necessidades dos alunos e da sociedade? Para responder a esta pergunta, neste trabalho, empreendemos a análise de um conjunto de expressões presentes na mídia impressa popular, a partir de uma perspectiva pedagógica.

Nosso *corpus* de pesquisa é composto por expressões veiculadas no gênero notícia e contempla os cadernos de “Esportes”, “Variedades” e “Cidades” do jornal Super. Nossa análise discute as variações que podem

ocorrer com essas estruturas e sua lexicalização por meio de critérios morfofossintáticos e semânticos. O estudo fundamenta-se em princípios norteadores dos PCNs, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também nos trabalhos de pesquisadores da Lexicologia e da Fraseologia, que evidenciam a função dessas unidades como elementos indispensáveis para o desenvolvimento da competência lexical e, conseqüentemente, da competência comunicativa dos falantes.

As práticas desenvolvidas no ensino de língua portuguesa, no sentido de motivar e fundamentar novas experiências em sala de aula, ainda não são satisfatórias para garantirem ao aluno a ampliação gradativa de suas potencialidades comunicativas. Em geral, as atividades de leitura propostas pelos professores de português estão centradas nas habilidades mecânicas de decodificação da escrita, sem dirigir, contudo, a aquisição de tais habilidades para a dimensão da interação verbal, conforme afirma Antunes (2003).

Sabemos que o desafio do professor no nosso século é estimular o desenvolvimento pessoal, social e político de seu aluno. Para tanto, propor um estudo do léxico a partir da mídia impressa popular implica em reconhecer novos caminhos para a atividade pedagógica, considerando o jornal como material de grande importância na compreensão da leitura e do mundo. Antunes (2003, p. 28) salienta que “muitas vezes o que se lê na escola não coincide com o que se lê fora dela”. Dessa forma, ressaltamos a relevância da leitura do jornal em sala de aula e, principalmente, das atividades que podem ser propostas a partir dos gêneros discursivos que ele oferece.

O interesse por este estudo prolonga-se da experiência vivida em sala de aula.

Documentos como o PCNs têm contribuído de forma a ampliar, inovar e aperfeiçoar as práticas docentes. A elaboração e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), bem como da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contribuem de forma significativa para as mudanças na educação, tendo em vista o desenvolvimento de políticas mais consistentes e inovadoras, que privilegiam o ensino da língua na dimensão interacional e observam o aluno no seu meio social. Por ter uma base discursiva e pragmática, os PCNs abordam o trabalho com o léxico na sala de aula por meio das escolhas lexicais para a ampliação do

repertório lexical, o que possibilita ao aluno utilizar diversas palavras a fim de adequá-las às finalidades e especificidades de uso da língua.

Nesse sentido, é papel do professor de língua levar o aluno a fazer as inferências corretas ou plausíveis que um determinado texto oferece, seja por meio dos implícitos pragmáticos, seja por meio dos implícitos linguísticos, como, aliás, recomendam os PCNs de língua portuguesa (BRASIL, 1998).

Entendemos que as expressões idiomáticas (EIS) são objetos de estudo da Fraseologia, por constituírem uma sequência livre de itens lexicais e, principalmente, por se tratar de combinações que podem ser consideradas fixas ou semifixas, servindo como ferramentas discursivas extremamente produtivas, embora, muitas vezes, sejam ignoradas pela gramática e pelos livros didáticos. Para analisar a ocorrência dessas EIS no jornal impresso popular, consideramos a importância dessas unidades no estudo de língua portuguesa, no intuito do desenvolvimento da competência lexical dos discentes, por meio da elaboração de atividades pedagógicas que contemplem a leitura e a produção escrita, como uma atividade de interação, a fim de que o leitor possa interpretar e reconstruir os sentidos e as intenções pretendidas pelo autor.

Acreditamos, de acordo com Bortoni-Ricardo (2009), que, se um professor conhece as características da fala do grupo social de onde provêm seus alunos, poderá planejar seu trabalho pedagógico, habilitando-os a usar outras variantes de mais prestígio, na escrita e na fala, quando essa precisa ser monitorada. Todo falante tem de monitorar sua fala de modo a atender as expectativas de seus ouvintes; tal flexibilidade é fundamental para que ele possa ser bem recebido em qualquer ambiente e, assim, ter mobilidade social.

De acordo com o exposto acima, seria desejável que as gramáticas normativas escolares contemplassem o conceito de adequação bem como informações sobre variação linguística. Nesse sentido, esse estudo consiste, pois, na investigação das expressões idiomáticas presentes nas escolhas que o jornal faz no tratamento da informação pela imprensa popular. Para tanto, faremos a aplicação das expressões idiomáticas (EIs) no jornal *Super*. A escolha por esse objeto se deve, primeiramente, por se autodenominar jornal popular e pelo fato de ser o líder no mercado mineiro, com tiragens diárias superiores em relação a outros jornais do

mesmo segmento. Em segundo lugar, optamos pelo *Super*, cuja ocorrência de EIS tem se mostrado relevante.

Diante disso, defendemos um trabalho de estudo do léxico e de prática de leitura que levem em conta o comportamento das unidades fraseológicas nas notícias do jornal *Super*, a partir do pressuposto de que essas unidades têm graus diferentes de cristalização, o que significa que elas resistem a algumas manipulações morfossintáticas (transformações, inserção de modificadores, flexão) e comutações lexicais em construções equivalentes comuns, além de, para a consecução dos objetivos, analisamos o comportamento dessas unidades como unidades linguísticas, reconhecidas pela gramática tradicional.

A FRASEOLOGIA E AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Um dos meios para desenvolver a concepção de língua como um instrumento de uso e comunicação, a partir de um ponto de vista funcional da língua é o léxico. Sua aprendizagem e seu conhecimento são decisivos para que possamos nos comunicar e interagir. No entanto, esta aprendizagem não deve se restringir a ampliação do léxico dos falantes, mas também proporcionar o conhecimento dos traços funcionais das palavras como unidades linguísticas, em todas suas dimensões pragmáticas e sociais.

A fraseologia é um dos ramos das ciências da palavra que tem por objeto de estudo as unidades lexicais, constituídas de dois ou mais vocábulos ou sintagmas e de frases, com variável de lexicalização. Considera-se que o grau de lexicalização diz respeito aos diferentes graus de integração semântica e sintática dos seus constituintes. Para Barbosa (2001), fraseologia é um termo que deve ser tratado como um hiperônimo, já que ele abrange classes de equivalência sintática e semântica e classes de elementos que não são idênticos, mas que se agrupam por algum critério.

Dessa forma, as unidades compostas são itens lexicais constituídos por mais de um elemento lexical, mas que funcionam como uma única unidade lexical. A composição sintagmática que Ferraz (2008) denomina formação sintagmática, “e produzida por uma sequência lexical, cuja união dos membros e de natureza sintática e semântica, de forma a constituírem, com certo grau de fixidez, uma única unidade lexical.” (FERRAZ, 2008,

p.159). Neste estudo, optamos por chamar os compostos sintagmáticos de unidades fraseológicas e como parte desse grupo, privilegamos um estudo a partir das expressões idiomáticas e dos provérbios.

Sabe-se que o léxico de uma língua inclui unidades muito heterogêneas – desde monossílabos e vocábulos simples, até sequências complexas formadas de vários vocábulos e, mesmo, frases inteiras, como é o caso de muitas expressões idiomáticas e provérbios (BIDERMAN, 2005, p. 747). Uma consequência de admitir as lexias no léxico é que isso lhes permite ter algum tipo de estrutura interna. Se uma lexia é uma combinatória fechada, ela representa uma unidade linguística – e terá uma estrutura linguística interna: sintática, semântica, morfológica e fonológica. Para Biderman (2005), essas estruturas complexas são chamadas de “unidades fraseológicas [UFs]” e sua identificação é “fundamental para a análise computacional de textos, porque elas se comportam irregularmente tanto morfossintática como semanticamente” (2005, p. 750).

No domínio do ensino de línguas, sejam elas materna ou estrangeira, o estudo do léxico, principalmente das UFs, sempre esteve à margem do processo de ensino e aprendizagem. É sabido, no entanto, que o estudo acerca das combinações fixas remonta a outras épocas. É fenômeno pragmático que, ao mesmo tempo, traz implicações para o Léxico. Vale (1999) salienta que “se comparamos a gramaticalização com as expressões cristalizadas, notamos que ambos os fenômenos têm em comum o fato de que existe um esvaziamento de significado de seus elementos” (VALE, 1999, p.164).

Determinar os limites das UFs é, de fato, uma tarefa difícil. Tentar definir e classificar tais unidades é um dos aspectos mais controvertidos desse estudo, porque implica em reconhecer que cada uma delas compartilha características e propriedades típicas. Quanto aos traços específicos e identificadores de cada grupo, não obstante as numerosas pesquisas, acredita-se não se ter, ainda, um resultado satisfatório. Segundo Biderman (2005, p. 751), outros autores adotam a classificação de UFs e propõem outros tipos de divisão:

Expressões fixas, semifixas e variáveis, dependendo do tipo de modificações morfossintáticas que elas admitem. As semifixas aceitam variações lexicais e flexões de alguns de seus componentes até um determinado ponto, enquanto as

variáveis admitem a presença de alguns modificadores (adjetivos, advérbios). (BIDERMAN, 2005, p. 751).

Para Pottier (1974), lexias são elementos lexicais ou lexemas, unidades funcionais significativas de comportamento linguístico que se opõem ao morfema e a e que assumem o papel central na distinção das partes do discurso. As lexias são formas e estruturas linguísticas de natureza diferente e são classificadas da seguinte forma:

Lexia simples - A lexia simples é monolexêmica, isto é, constitui-se de um só radical, de um único lexema, com ou sem afixos. Assim, a lexia simples coincide com a noção de palavra simples e de palavra derivada da gramática tradicional. Por exemplo: sal (lexia simples; palavra) e saleiro (lexia derivada; radical + sufixo).

Lexia composta - é polilexêmica, isto é, contém mais de um tema ou radical. A lexia composta consiste em pôr lado a lado duas lexias simples ou derivadas, ligadas pela significação. Escrevem-se simplesmente aglutinadas ou justapostas separadas ou não por um hífen.

Lexia complexa - é considerada lexia polilexêmica, pois é constituída de uma sequência lexicêmica, com dois ou mais lexemas, que, em virtude de seu uso constante na língua, acabam por se transformar em construções fixas, num processo de lexicalização semântica, adquirindo significado único, em graus diversos.

Das lexias complexas fazem parte as expressões idiomáticas e os provérbios, caso das unidades priorizadas neste capítulo.

CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Segundo Corpas Pastor (1996, p.20), as características linguísticas que distinguem as unidades fraseológicas de outros tipos de unidades léxicas são a frequência (a aparição conjunta dos elementos constituintes de uma unidade fraseológica e superior a aparição individual de cada um destes elementos na língua); a institucionalização (as unidades fraseológicas conseguem ser aceitas na norma); a fixação (elas são fixas formal ou semanticamente); a idiomaticidade (quando nenhum de seus componentes contém um significado que possa indicar a significação de uma unidade fraseológica); a variação (um de seus elementos pode ser

mudado por uma variante sem afetar ao significado global da unidade) e a gradação (nem todas as unidades fraseológicas são estritamente fixas em sua estrutura).

Para caracterizar tais unidades, Vale (1999) observa que não existem parâmetros muito específicos, mas ressalta que as características que são tomadas como fundamentais, apontam para o nível de formalidade e para o nível semântico das expressões, dentro das quais, faz menção aos graus de fixação, as variações e a motivação:

a) Fixação formal (léxico-morfossintática): Fixação é a propriedade que têm certas expressões de ser reproduzidas no discurso como combinações previamente feitas.

b) Idiomaticidade (fixação semântica): é um traço semântico próprio de certas construções fixas, cujo sentido não se pode estabelecer a partir do significado dos elementos componentes de sua combinação. Tomando como base as características linguísticas que distinguem as unidades fraseológicas de outros tipos de unidades, conforme foi proposto por Corpas Pastor (1996), este capítulo considerou a frequência, a institucionalização, a fixação, a idiomaticidade e a variação presentes nas unidades que constituem o nosso corpus.

Para muitos estudiosos (cf. TAGNIN, p. 1989; XATARA, p. 1998; FERRAZ, p. 2004), as EIs consistem em unidades complexas, de caráter conotativo, cujo significado foi convencionalizado pela comunidade linguística em razão de sua frequência. Corpas Pastor (1996, p. 88) nos ensina que as locuções são unidades fraseológicas do sistema de linguagem com as seguintes características distintivas: unidade de fixação interna de significado e fixação externa pasemática. A autora nos mostra as três características que são essenciais para identificar uma locução: fixação interna (pouca possibilidade de variação); unidade de significado (composta por mais de um elemento, mas têm significado único) e fixação externa pasemática (algumas expressões são usadas de acordo com o papel dos falantes no ato comunicativo).

Em geral, as EIs são consideradas pluriverbais, já que apresentam o formato e são compostas por mais de uma palavra plena. O grau de fixidez está relacionado a forma sintática desses elementos. Quanto à conotatividade, as EIs são motivadas pela metáfora. Sabemos, contudo,

que algumas expressões variam de tal forma que permitem algumas trocas em sua estrutura (permuta verbal), admitem a forma de negação.

A partir dessa definição, entende-se que uma expressão idiomática “é uma unidade locucional ou frasal que constitui uma combinatória fechada, de distribuição única ou distribuição bastante restrita” (XATARA; OLIVEIRA, 2002, p.57). São apresentadas como sintagmas complexos, não possuem paradigmas, isto é, são caracterizadas pelo fator de inalterabilidade e de fixidez de seus elementos.

Considerando a expressão idiomática como uma unidade fraseológica, o significado deve ser depreendido na totalidade da UF que se tornará una, com significado próprio e peculiar. Usando diferentes estratégias linguísticas, podemos reconhecer na criação expressiva do texto do jornal *Super Notícia*, expressões idiomáticas como componentes específicos que interessam a esse estudo.

O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A escolha do jornal *Super* está relacionada à alta tiragem do jornal nos últimos anos, o que tem provocado o interesse de levar o aluno a um nível de leitura que lhe proporcione ler o que não está dito explicitamente, mas que ele seja capaz de inferir, a partir do contexto dado pelo texto, seja semântica e/ou pragmaticamente, aliado a uma análise textual que permite ir além da superfície do texto.

De acordo com Amaral (2006), os jornais de referência são considerados os grandes jornais consagrados nas matérias de economia e política, destinados às classes A e B, enquanto os jornais populares, atendem as classes C e D, contribuindo para a identificação simbólica de um público, que consome informação pelo baixo preço de capa, variando de vinte e cinco centavos a um real. O termo “popular” identificaria apenas um tipo de imprensa que se define por proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vista, pelo tipo de serviço que presta e por sua conexão com o local e o imediato, embora sejam esses elementos insuficientes para distinguir os gêneros jornalísticos.

Enquanto modelo de jornal popular-massivo no Brasil, desde marco de 2007, a tiragem do jornal *Super Notícia* tem superado a *Folha de*

São Paulo e foi considerado em 2013, no início da nossa pesquisa, o maior representante da mídia impressa popular no Brasil, de acordo com os índices do Instituto Verificador de Circulação (IVC). O ranking dos jornais nas cinco primeiras posições permanece o mesmo do ano de 2015: o mineiro *Super Notícia* na primeira posição, com média de 302.472 exemplares diários em 2013; seguido por *Folha de S.Paulo* (294.811); *O Globo* (RJ, 267.541); *O Estado de S. Paulo* (232.385); e *Extra* (RJ, 228.099).

O jornal *Super Notícia* tem o mesmo manual de redação do jornal *O tempo*, por pertencer a mesma editora, a *Sempre Editora Ltda*, que tem como base o Manual da *Folha de São Paulo*, o que justifica a padronização dos textos que são publicados, embora existam aspectos no jornal popular que apontam para um tipo de mercadoria-notícia que, segundo Marcondes Filhos (1989), “é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político.” Nos jornais populares-massivos, esse efeito de mercadoria sobre a notícia, segundo Amaral (2006), determina o tipo de leitor que deve saber do que se noticia diariamente. Assim, para ela, “a segmentação do mercado explica a variação das pautas, dos enfoques e da linguagem” (AMARAL, 2006, p.30).

O *corpus* utilizado no presente trabalho é constituído de uma amostragem representativa das expressões idiomáticas, com dados coletados a partir de excertos do jornal *Super*. Os dados do jornal *Super* colhidos por nos compreendem ao período que se estende de agosto de 2015 a dezembro de 2017. Ao analisar o *corpus* do *Super*, fazemos referências à Lexicologia e, em especial, ao estudo da Fraseologia, considerando as estruturas lexicais estáveis que se destacaram no jornal.

Para tanto, assumimos como objetivos específicos:

a) Inventariar as expressões idiomáticas no jornal *Super Notícia*, constituindo um *corpus* de unidades fraseológicas, contribuindo para a descrição do universo lexical do português do Brasil.

b) Verificar o comportamento gramatical das unidades fraseológicas no jornal *Super Notícia*, o processo de lexicalização de um conjunto dessas unidades e sua cristalização por meio de testes morfossintáticos e semânticos e tecer considerações sobre a sua significação.

c) Organizar, do ponto de vista pedagógico, os resultados dos itens

anteriores de modo a contribuir para a produção de material didático, considerando especialmente a classificação e a produtividade das expressões idiomáticas, que visam a aplicação pedagógica.

Nossa hipótese principal concentrou-se na ideia de que o comportamento gramatical das unidades fraseológicas no jornal Super Notícia está associado ao processo de lexicalização, o que se confirmou a partir de um conjunto dessas unidades e sua cristalização por meio de testes morfossintáticos e semânticos, conforme modelos descritos na próxima seção.

NÍVEIS DE LEXICALIZAÇÃO E CRITÉRIOS DE VARIAÇÃO

Os dados apurados a partir da extração das unidades fraseológicas que compõem o *corpus* desta pesquisa, as unidades léxicas complexas: as expressões idiomáticas, presentes nesse material, podem apresentar maior ou menor grau de estabilidade. O processo de lexicalização ocorre por razões motivadas por critérios de variação. As unidades coletadas foram divididas em dois grupos. Para cada grupo, consideramos os critérios específicos para a classificação das unidades. As transformações estruturais no léxico de uma língua são fatos comprovados pela Linguística, a qual constatou que as variedades da fala, ao se agregarem a escrita, podem incorporar suas formas populares. Na seção seguinte, apresentamos os critérios usados no processo de identificação e de variação das expressões idiomáticas.

Fatores usados para a classificação das expressões idiomáticas

Nesta seção, apresentamos e explicamos os critérios usados no processo de identificação das expressões idiomáticas, evidenciamos as possibilidades de variação dessas unidades, considerando a abordagem apresentada em Cunha (2012, p. 67-76):

1) O local de ocorrência

As expressões idiomáticas aparecem tanto na manchete quanto no corpo da notícia. Algumas, entretanto, apareceram na manchete e no corpo do texto simultaneamente. A importância do local de ocorrência das

EIs no jornal tem relevância para este estudo, no que diz respeito às diferentes estratégias usadas no contrato comunicativo que é proposto ao leitor pelo jornal, como vínculo com o universo sociocultural. Segundo Amaral (2006), o jornal sempre projeta um leitor e estabelece estratégias com base nesse leitor-alvo. Para tal, as marcas linguístico-discursivas encontradas no produto das mídias populares se manifestam nas palavras escolhidas, na linguagem utilizada, nas estruturas sintáticas, na diagramação, nos temas das chamadas, na orientação argumentativa e nos comportamentos enunciativos.

Brasileiros e hermanos **quebram o pau** em BH

(Jornal Super Notícia, Caderno de Esportes, 22 de junho de 2014. p.13)

2) A pluriverbalidade

As expressões idiomáticas são consideradas unidades lexicais complexas. Para tal, é necessária a presença de pelo menos duas unidades lexicais na estrutura. Quanto ao aspecto da composição, Nogueira (2008) postula que uma expressão deve ser composta por duas ou mais palavras, sendo que pelo menos uma delas deve ser uma “palavra plena”, caso das expressões “uninucleares”. Para as expressões “multinucleares”, tipo de composição básica para este estudo, as expressões devem ser compostas por mais de uma “palavra plena”. As expressões multinucleares incluem as verbais, em que o verbo se torna o elemento principal que se une aos substantivos ou adjetivos.

As expressões “fazer gato”, “dar liga” e “dar samba”/ “dar duro”, “bater forte” e “dar mole” são exemplos de expressões “multinucleares” em nosso *corpus* e se configuram como **(verbo + substantivo; verbo + adjetivo)**. O critério da pluriverbalidade e relevante neste estudo, haja vista a quantidade de EIs que apresentam essa configuração.

3) A estabilidade sintático-semântica

A escolha do critério de fixidez tornou-se fundamental para avaliar a estabilidade sintática e/ou semântica de cada unidade, além de permitir a análise do comportamento de algumas unidades no gênero notícia. A

fixidez é uma característica que pode ser observada a partir da frequência das unidades, ainda que existam graus de fixação diferentes. Para Xatara (1998), a fixidez está relacionada à consagração da unidade pela tradição cultural, o que estabiliza a significação de tal unidade, bem como possibilita que ela seja transmitida a outras gerações.

Futebol, dinheiro, poder e a **farinhada do mesmo saco!**

(Jornal Super Notícia, Caderno de Esportes, 29/08/14. p.13)

Neste caso, a variação do grau do substantivo farinha intensificou o atributo negativo que é dado ao futebol. “**Farinhada do mesmo saco**” provoca a inferência de que ninguém presta no mundo do futebol. A expressão tem, portanto, valor pejorativo.

4) A permuta verbal

Dada as possibilidades de alterações semânticas e sintáticas das expressões idiomáticas, observamos que, na composição de tais unidades, um item lexical pode ser substituído por outro, desde que o valor semântico seja semelhante. Xatara (1995) sinaliza que é possível encontrarmos algumas possibilidades de variações nas UFs, tais como a mudança do tempo e modo verbal, a permuta lexical. Neste caso, os itens lexicais podem ser modificados, mas o sentido da EI, em si, não se altera. O fato de algumas EIs permitirem alterações de ordem sintática e semântica de seus elementos constituintes nos mostra que são estruturas mais flexíveis, ou seja, possuem baixo grau de fixidez.

A revista *SuperTV* **bateu um papo** com a atriz, que revelou como está sendo interpretar sua primeira protagonista

(Caderno Variedades, Menina nem te conto/09/10/15)

5) As diferentes formas de negação

As unidades fraseológicas como as EIs admitem, em alguns casos, o acréscimo do advérbio de negação em sua composição. Em seu estudo sobre as expressões idiomáticas na linguagem publicitária, Ferraz (2010) observou que é possível a variação nas diferentes formas de negação, considerando o tipo de discurso próprio do texto publicitário. Ora, se esse tipo de variação é possível na linguagem publicitária, também faz sentido

propor uma análise da ocorrência do advérbio de negação na composição das EIs, quando analisadas na linguagem jornalística.

A esse tipo de advérbio não cabe falar em “modificação de sentido”, sendo típico da negação operar sobre proposições que invertem a suposição de verdade das mesmas. Constatar esse fato e reconhecer que a negação opera diretamente sobre o valor de verdade que se pensa em atribuir a sentença, uma característica que a negação compartilha com outras expressões de inclusão/exclusão.

Fernandinha não dá mole (**dar mole/não dar mole**)

(Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 10 de outubro de 2014, página 22)

6) A inserção de um item lexical

De acordo com Biderman, Corazzari define, de um ponto de vista sintático, que as UFs têm graus diferentes de cristalização, o que significa que elas resistem a algumas manipulações morfossintáticas (transformações, inserção de modificadores, flexão) e comutações lexicais em construções equivalentes comuns (CORAZZARI,1992, p. 05, *apud* BIDERMAN, 2005, p. 751). Em geral, as expressões idiomáticas encontradas nos discursos jornalísticos sofreram algum tipo de modificação, embora essas alterações não signifiquem a descaracterização da expressão, pois, muitas vezes, o sentido da expressão permanece inalterado, mesmo que sua estrutura formal tenha sido modificada. No nosso *corpus*, encontramos expressões que admitem a inserção de um novo item, como no exemplo abaixo:

A população terá que **arregaçar as próprias mangas**.

(Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 1 de julho de 2014, p.17).

7) A conotatividade

Na tentativa de definir as expressões idiomáticas que analisamos nesse trabalho, um critério semântico tem sido trazido à tona: a não composicionalidade do sentido global da expressão. Segundo Valle (1999, p. 164), “na construção das expressões cristalizadas, pode-se dizer que a maioria esmagadora dos casos parte de uma metáfora”, o que nos permitiu a realização de alguns testes semânticos na análise dos dados, uma vez que

estudos da metáfora são comuns dentro das teorias semânticas.

a) ALEXANDRE FROTA participou, na última quinta-feira, dia 25, do programa “Morning Show”, da RedeTV!, e aproveitou para **dar uma alfinetada** no deputado Marco Feliciano.” (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, ano 13, 25 de julho de 2014. Caderno de Variedades, p.19)

b) NICOLE BAHLS está uma arara. E não demora para que ela **rode a baiana** de vez, né?! (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 4 de julho de 2014. Caderno de Variedades, p.16).

Nos exemplos apresentados, consideramos a expressão “dar uma alfinetada” bem mais fraca conotativamente do que a expressão “rodar a baiana”. Por sua vez, “rodar a baiana” foi considerada fortemente conotativa, por ter apresentado todos os componentes semânticos ausentes, ou seja, a dificuldade para se recuperar sua motivação metafórica foi maior do que em “dar uma alfinetada”, o que dificulta sua decodificação.

8) O grau de formalidade

A expectativa de que o jornal deve seguir essa forma “correta” de uso da língua tornou-se a base do preconceito linguístico em relação ao jornal de caráter popular. Como nossa língua vive em constante processo de mudança, a variedade linguística existente no Brasil, com o passar do tempo, foi modificada também por fatores sociais, regionais, profissionais, grau de escolaridade, gênero, idade. Com isso temos os tipos de variações linguísticas as quais são classificadas em:

Varição diatópica- observa as características das regiões de uma mesma língua, sendo falada de forma diferente dependendo do local que está.

Varição diafásica- quando uma pessoa muda seu modo de falar de acordo com o ambiente em que esteja podendo escolher entre o formal e o informal.

Varição diastrática- ocorre de acordo com grupo social em que a pessoa convive.

Varição diacrônica- é aquela que observa no decorrer dos anos a mudança na maneira de falar das pessoas do mesmo grupo social e da

mesma região.

A linguagem empregada nos textos do jornal *Super* possui as marcas de uma identidade que chega aos leitores e cria um sentimento de pertencimento em função da forma de enquadramento das notícias, padrões de seleção e ênfase utilizados por jornalistas na organização dos relatos. A ligação das notícias com a literatura oral reforça a importância do estudo do léxico usando o jornal como ferramenta, para que a escola se transforme em um lugar onde exista espaço para discutir sobre a existência das variedades e a imposição de uma norma considerada padrão. As aulas de língua portuguesa podem ter um caráter investigativo sobre a língua, buscando enxergar o que existe em oculto.

9) As restrições sintáticas

As restrições sintáticas no caso das expressões idiomáticas e um critério que determina as possibilidades de alteração na estrutura formal da unidade. Nesse caso, consideramos o sentido que Corpas Pastor (1996) atribui a coocorrência das unidades lexicais, quando, normalmente, um de seus constituintes apresenta maior restrição. As expressões que apresentaram restrições sintáticas no nosso *corpus* sofreram algumas modificações de ordem formal, porém, não tiveram seu significado alterado, como mostra o exemplo:

Cuca **quebra a cabeça**.

(Jornal Super Notícia, Belo Horizonte, 13 agosto 2013, p.26).

A forma verbal comporta-se tipicamente como um item normal da língua, sem restrições gramaticais; o mesmo não ocorre com o item nominal (perdeu a cabeça, vai perder a cabeça/deu um banho, vai dar um banho). A possibilidade de variação do sujeito:

Cuca *perdeu a cabeça*, nos perdemos a cabeça, ele vai perder a cabeça também pode acontecer sem que haja alteração na expressão. Entretanto, não podemos ter: Perdeu as cabeças, perdemos as cabeças, ele vai perder as cabeças. Em relação a unidade “quebrar a cabeça”, admitimos que o verbo *quebrar* pode sofrer determinadas flexões quanto aos tempos verbais, mas já não admite flexões como o apassivamento do verbo, ou seja, e possível usar a expressão *Cuca quebrou a cabeça* ou, ainda, *Cuca quebrará a cabeça*. Entretanto, não se tornou possível manter o mesmo

sentido da EI se o verbo sofrer o apassivamento: A cabeça de Cuca foi quebrada.

10) A desautomatização fraseológica

Tal como Ferraz (2010) pensamos que é frequente no discurso publicitário e também no jornalístico, a criação de estruturas que remetem às expressões idiomáticas já cristalizadas. Neste caso, percebe-se a modificação de significado codificado na expressão matriz, criando-se como categoria de análise do nosso *corpus*, a *desautomatização fraseológica*, já que algumas unidades apresentaram alteração em sua estrutura fixa, produzindo um novo significado. Como se pode observar, a modificação de uma EI e uma modificação ocasional e intencional. No caso da notícia, a intenção da desautomatização fraseológica parece também estar relacionada ao interesse do jornal em tentar persuadir seu leitor, como no exemplo abaixo:

Cuspiu onde comeu

Jesus Luz, que ficou conhecido depois de um affair com Madonna, quer esquecer o passado.

(Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 26 de set. de 2014, p.15).

Embora parte da expressão matriz tenha sido omitida, o significado global da EI se manteve. Por inferência, o leitor é capaz de recuperar os outros constituintes ausentes e relacionar muito bem as duas expressões.

Tomando por base o pressuposto de que a desautomatização fraseológica é um tipo de variação que pode ocorrer com um número significativo de expressões, buscamos, com finalidade pedagógica, propor atividades que desenvolvam a leitura do jornal como um processo que, dentro dos preceitos das teorias pragmáticas, implica reconhecer os implícitos e fazer inferências que determinado texto possibilite. Segundo Orlandi (2006), o implícito consiste naquilo que não está dito e que também está significando o que não está dito, mas que, de certa forma, sustenta o que está dito. Já as inferências passam, assim, pelo estabelecimento de sentido ou obtenção de informações na leitura de um texto pelo que não foi dito explicitamente, ou seja, pode ser inferido a partir do que foi dito, porém não está dito diretamente no texto. Por sua

vez, o contexto, juntamente com os elementos linguístico gramaticais semântico-discursivos presentes no texto ou suscitados por ele, possibilitam fazer as inferências dentro dessa conjuntura.

11) Variações que ocorrem dentro de um campo lexical homogêneo

As expressões idiomáticas podem ser definidas pelo critério semântico, ou seja, a não-composicionalidade do sentido global da expressão. Neste estudo, elaboramos alguns testes semânticos, a fim de que fosse possível analisar em que medida a não composicionalidade de algumas expressões alteram o significado das EIs. Por meio dos testes, trocamos alguns itens lexicais por outros de significados do mesmo campo semântico e o sentido se manteve o mesmo, como no exemplo:

Alexandre Frota participou, na última quinta-feira, dia 25, do programa “Morning Show”, da RedeTV!, e aproveitou para **dar uma alfinetada** no deputado Marco Feliciano.

(Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 25 de julho de 2014, p.19).

Dar uma alfinetada/dar uma agulhada/dar uma espetada.

Na expressão “dar uma alfinetada”, observamos que é possível substituir o substantivo alfinetada por outros itens semanticamente equivalentes (agulhada/espetada). Definimos, dessa forma, que *alfinetada* e *espetada* pertencem a um campo lexical homogêneo e que a troca de um item por outro não traria alterações no significado global da expressão. Porém, no caso do exemplo seguinte, não foi possível esse tipo de substituição:

“Não guardo mágoa”, disse, mas também nao **engulo sapo**.

(Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 13 de setembro de 2014, p.17).

Engolir sapo/ **engolir rã** */**engolir besouro***/**engolir girino***

Embora *sapo*, *rã* e *girino* pertençam ao mesmo campo semântico, a substituição de um item por outro não tornaria possível preservar o mesmo significado.

APLICAÇÃO DOS TESTES MORFOSSINTÁTICOS

A partir dos critérios descritos na seção anterior, propomos alguns testes morfofossintáticos, considerando as possíveis alterações sintáticas das expressões idiomáticas, preservando as relações semânticas que tais unidades encerram. Os modelos propostos são resultados de alguns testes, que se mostraram mais frequentes e, por isso, relevantes, na pesquisa.

01) Teste de variação quanto ao grau de fixidez

O maior número das EIs encontradas no *corpus* são consideradas semifixas, o que comprova que o grau de fixidez dessas unidades tende a ser menor. Pelo fato de as expressões idiomáticas serem constituídas por vários elementos lexicais, elas ensejam grandes possibilidades de variação, o que relativiza a sua invariabilidade. Porém, há que se considerar que alguns casos permitem adaptações sintáticas, embora sejam variações bastante limitadas, conforme já exposto na seção anterior.

Quadro 01 - Variação das EIs quanto ao grau de fixidez (estabilidade sintático-semântica)

1. Ela está ficando

ELIANA, de acordo com Fabiola Reipert, do site R7, foi vista ficando com um garçom. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, ano 13, n.4473, 13 de setembro de 2014. Caderno de Variedades, página 25).

2. Soltinha na pista

Desde que terminou com o futuro presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, **CAROL MUNIZ ficou soltinha na pista**. Após posar para o Paparazzo então, ela tem feito ainda mais sucesso. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, ano 13, 28 de novembro de 2014, p.16. Caderno de Variedades).

As expressões podem variar com ocorrências no aumentativo e no diminutivo. O dicionário Caldas Aulete (2014), na versão eletrônica, registra a expressão *estar solta na pista*, com o sentido de estar disponível para ficar com alguém ou à procura de romance. O teste de derivação com uso do diminutivo no exemplo indicado, evidencia pejoratividade, se considerarmos que o adjetivo no diminutivo (soltinha) pode trazer em si,

certa “carga” de vulgaridade. Em nosso *corpus*, encontramos essa expressão no diminutivo. Torna-se relevante ressaltar que, embora haja essa variação, o sentido permanece o mesmo, conforme observamos no quadro acima.

02) Variação por permuta verbal

Um item lexical pode ser substituído por outro, desde que o valor semântico seja semelhante. Trata-se da variação por permuta verbal. No nosso corpus, encontramos apenas 2 (dois) casos de permuta verbal para a unidade *sair do armário*, conforme exhibe o quadro abaixo:

Quadro 02 - Variações das Expressões idiomáticas - Permuta verbal

1. Arrombou o armário

Wentworth Miller, astro da série norte-americana “Prison Break”, assumiu ser gay em uma carta enviada para a organização do Festival de Cinema Internacional de São Petersburgo. (Jornal Super Notícia, 18/11/2014)

2. Tirar o bofe do armário (Expressão livre)

Será que ela quis **tirar o bofe do armário** à força? (Jornal Super Notícia, 18/11/2014).

Observamos que, embora o verbo *sair* tenha sido substituído pelos verbos *tirar* e *arrombar*, conforme atestam os exemplos do quadro 4, as expressões *sair do armário*/*arrombar o armário* mantêm o mesmo sentido de se libertar, quando o sujeito assume a homossexualidade. O dicionário eletrônico Caldas Aulete (2014) registra a expressão *sair do armário* como o ato de assumir a própria homossexualidade.

Tal como mostramos, a substituição da expressão *sair do armário* por novos itens lexicais- *tirar o bofe do armário* e *arrombar o armário* ganha maior expressividade, visto que *tirar* e *arrombar* são verbos que nos dão a ideia de ação concretizada pela força.

Nos casos apresentados acima, a ideia de força está subjacente ao ato de se libertar no processo de confirmação da homossexualidade. Na sua versão eletrônica, Caldas Aulete (2014) dá ao termo *arrombar*, por exemplo, o significado de romper, de usar a força na ação verbal. Verifica-

se, então, que a forma *arrombar o armário* é mais enfática e mais expressiva do que *sair do armário*, embora o significado permaneça inalterado. No caso da expressão *tirar o bofe do armário à força*, consideramos que, embora certas combinações de palavras, frente a outras combinações, que são totalmente possíveis de ocorrerem, ainda há controvérsias, no tocante a classificação de algumas colocações, caso da expressão *tirar o bofe do armário à força*, diante da complexidade em fazer distinção entre tais estruturas. Dadas as controvérsias inerentes à classificação dessas construções, optamos por tratá-las como expressões livres.

03) Variação nas diferentes formas de negação

Apesar do alto índice de expressões que consideramos afirmativas no nosso *corpus*, é possível encontrar no contexto do gênero notícia, expressões com uma carga negativa, o que acontece, em grande parte, por atribuir o valor de existência a unidade, pela forma negada.

Quadro 03 - Variações das Expressões idiomáticas nas diferentes formas de negação

1. Fernandinha não dá mole (dar mole/não dar mole)

(Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 10 de outubro de 2014, página 22)

2. Não larga o osso! (largar o osso/não largar o osso)

Até agora, o ilustre presidente da FIVB não veio a público para se explicar. Está sumido! **Esse osso deve ser bom mesmo, pois esse pessoal não o larga de jeito nenhum!** (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 10 de outubro de 2014. página 23).

Com a inserção do advérbio de negação, o papel semântico-sintático liga-se ao núcleo verbal. Na classificação do advérbio de negação *não*, por exemplo, ele se pauta pelos valores léxicos das unidades que o constituem. O valor de existência que se atribui ao estado das coisas e designado pela oração negada. Nos exemplos *não dá mole/não larga o osso*, temos uma forma de negação da UF matriz (dar mole/largar o osso). Na seção seguinte, damos continuidade a discussão, considerando o acréscimo de itens lexicais às unidades.

04) Variação que ocorre pela inserção de um item lexical

Ao analisar os casos de inserção de um item lexical no *corpus*, observou-se que o número de ocorrências desse tipo de variação foi um número significativamente menor, embora tal variação não possa ser ignorada, pois ilustra outros tipos de variação dessas UFs.

Quadro 04 - Variações das Expressões idiomáticas - Inserção de um item lexical

1. Técnico frisa parceria com a torcida e espera **colher bons frutos** na sequência. (Jornal Super Notícia, 2 de novembro de 2014, p.17).
2. A população terá que **arregaçar as próprias mangas**. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 1 de julho de 2014, p.17).

Na imprensa popular, um fato terá maior probabilidade de ser noticiado se possuir capacidade de entretenimento, for próximo culturalmente do leitor e puder ser simplificado, mas também se puder ser narrado dramaticamente. Dessa maneira, a linguagem empregada nas notícias do *Super* se utiliza de vários recursos para dialogar com o leitor e tornar o fato noticiado mais enfático.

Em gêneros de tipologia narrativa, a adjetivação funciona como um recurso expressivo. Os **adjetivos explicadores** destacam e acentuam uma característica inerente do objeto nomeado ou denotado. Nesse caso, o adjetivo pertence a um inventário aberto, tendo entre suas funções, a de **delimitador explicador**. Na expressão *colher bons frutos*, por sua vez, a inserção do adjetivo *bons* na unidade, teve o mesmo efeito e a mesma função de delimitador explicador do primeiro exemplo.

As palavras são empregadas nas frases, justificando o exame de suas diferentes possibilidades combinatórias nas cadeias frasais. Na expressão **arregaçar as próprias mangas**, como exemplo, a inserção do pronome *próprias* denota identidade ao substantivo mangas. Ainda em Bechara (1999), observamos que a função dos pronomes *mesmo* e *próprio* tem valor demonstrativo, ao se referirem a seres e ideias já expressas anteriormente.

05) Restrições sintáticas das EIs

O fenômeno da concorrência foi observado por Palmer (1979,

p.115), relacionando-o a “frases idiomáticas”. Ele ainda destaca as inúmeras restrições gramaticais e sintáticas sofridas por essas frases. Em relação às expressões idiomáticas coletadas no nosso corpus, observamos que o número de EIs que admitem modificações em sua estrutura é menor do que aquelas, que apresentaram maior restrição em sua forma.

Quadro 05 - Variações das Expressões idiomáticas - Restrição sintática

Aécio está **dando um banho** na presidente Dilma em Minas, segundo pesquisa Sensus que ouviu 1.500 mineiros entre os dias 25 e 29 de julho. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 11 de set. de 2013, p.23).

Da mesma forma em que ocorre o preenchimento de sujeito em: Aécio está *dando um banho*, nos demos um banho, ele vai dar um banho e, não, Aécio deu uns banhos, demos uns banhos. Ainda que haja a possibilidade de inserção de um sujeito, os itens nominais como banhos não são adequados para essas expressões no sentido idiomático.

06) Variação por grau de conotação

Como as EIS não são, pois, um aglomerado de idiosincrasias lexicais, mas combinações convencionais de relações sintático-semânticas e pragmáticas regulares dentro de uma irregularidade, conforme já exposto, particularizamos alguns aspectos dos tipos mais característicos das EIS, dividindo as expressões encontradas neste corpus em dois blocos. Desta forma, apresentamos uma análise tipológica dessas expressões, tomando por base critérios que correspondem ao valor conotativo dessas unidades, seguindo o modelo postulado por Xatara (1998).

São consideradas fortemente conotativas as expressões que apresentam todos os componentes semânticos ausentes, ou seja, quando há grande dificuldade para se recuperar sua motivação metafórica, o que dificulta sua decodificação. Ao contrário, são consideradas fracamente conotativas aquelas que apresentam seus componentes semânticos, de valor denotativo, associados a componentes semanticamente ausentes, de valor conotativo.

07) A desautomatização fraseológica

Neste teste, analisamos o comportamento das EIS, quando sua estrutura fixa é alterada e novo significado é produzido. Conforme já exposto, a modificação de uma EI é uma modificação ocasional e intencional. O item lexical substituído permite ao leitor identificar a relação entre a nova construção e a expressão matriz. Esse tipo de modificação tem o objetivo de conseguir certos efeitos discursivos ou consequências inferenciais. O quadro seguinte ilustra esse tipo de modificação:

Quadro 06 - Desautomatização Fraseológica

Cuspiu onde comeu

Jesus Luz, que ficou conhecido depois de um affair com Madonna, quer esquecer o passado. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 26 de set. de 2014, p.15).

Como se pode notar, na expressão *cuspiu onde comeu*, há a omissão de parte da EI *cuspir no prato que comeu*. Temos um caso de **desautomatização fraseológica**, já que a estrutura fixa inicial da EI foi alterada, sendo possível conhecer a expressão em questão, identificando a relação da nova estrutura com a expressão matriz: *cuspir no prato que comeu*. No que diz respeito aos valores semânticos das duas expressões em questão, ao que parece, a variação não acarretou substituição de significado para tais construções.

08) As expressões idiomáticas em um campo lexical homogêneo

Desde o início da nossa análise, tentamos definir as expressões idiomáticas que analisamos neste trabalho e o critério semântico tem sido trazido à tona: a não-composicionalidade do sentido global da expressão. Os testes semânticos, que foram desenvolvidos abaixo, colocam em foco a não-composicionalidade de algumas expressões e analisam em que medida essas mudanças alteram o significado lexicalizado de uma EI.

Para tal, trocamos alguns itens lexicais por outros de significados do mesmo campo semântico para ver se o sentido se mantinha o mesmo.

Não guardo mágoa”, disse, mas também não **engulo sapo**. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 13 de setembro de 2014, p.17).

Engolir sapo/ engolir rã */engolir besouro*/engolir girino*

E não demora para que ela **rode a baiana** de vez, né?! (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 4 de julho de 2014, p.16).

Rodar a baiana/rodar a mineira*/rodar a carioca*/rodar a alagoana*

Alexandre Frota participou, na última quinta-feira, dia 25, do programa “Morning Show”, da RedeTV!, e aproveitou para **dar uma alfinetada** no deputado Marco Feliciano. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 25 de julho de 2014, p.19).

Dar uma alfinetada/dar uma agulhada/dar uma espetada.

O jogador acredita que está **colhendo os frutos** da continuidade que está tendo no Cruzeiro e frisa o desejo de estendê-lo ao máximo. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 5 de agosto de 2014, p.17).

Colher os frutos/colher as frutas*/colher as flores*

Bater as botas definitivamente não é um problema. O importante é fazer um **selfie**! (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 15 de agosto de 2014, p.30).

Bater as botas/bater os sapatos*/bater os calçados*

Internautas **fazem gato**. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 21 de outubro de 2013, p.14).

Fazer gato/fazer felino*/fazer leão*

PMDB pode **abandonar o barco**. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2014, p.12).

Abandonar o barco/abandonar o navio*/abandonar a embarcação*

Público **faz selfie** no velório de Eduardo Campos e vira meme na web. (Jornal Super Notícia. Belo Horizonte, 19 de agosto de 2014, p.28).

Fazer selfie/tirar selfie*/ produzir selfie*

Com exceção da unidade *dar uma alfinetada*, que possui outras possibilidades lexicalizadas (dar uma agulhada/dar uma espetada), todas as trocas vocabulares foram malsucedidas, no sentido em que resultam em

expressões estranhas ou de significado não-composicional (marcamos com asterisco a inaceitabilidade da sentença).

Ao que tudo indica, apesar de esses resultados serem esperados para essas expressões, trata-se de um tipo de teste que pode ser aplicado na tentativa de descobrir se novas expressões estão lexicalizadas ou não.

Dos testes semânticos desenvolvidos, a ocorrência da expressão **fazer selfie** chamou-nos a atenção. No Brasil, tornou-se muito comum o uso dessa expressão para se referir a uma forma de fotografar, com o objetivo de compartilhar a foto em uma rede social como *Facebook*, *Instagram*, por exemplo. Pode ser tirado individualmente, com um grupo de pessoas ou com celebridades. De qualquer forma, a selfie acompanha pequenos relatos cotidianos do detentor da conta na rede social. Incorporado ao dicionário virtual da Oxford, a palavra foi considerada a palavra do ano.

Analisando as características dessa expressão e, por acreditar que ela esteja em vias de lexicalização, resolvemos incluí-la em nosso *corpus*, como uma unidade fraseológica, já que ela apresentou frequência nas manchetes do *Super*, além de apresentar um grau de fixidez semelhante ao das expressões consideradas fixas neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui empreendida serve como contribuição para a sala de aula, para o estudo do léxico e, também, para a sociolinguística, já que a abordagem do nosso estudo, permite perceber o lugar que cada uma das variedades linguísticas ocupa em contextos diversificados, além de chamar a atenção para o fato de que não existe um padrão único de fala, como não existe também um padrão único de escrita. Falamos ou escrevemos, com maior ou menor formalidade, dependendo do contexto e dos interlocutores para os quais falamos ou escrevemos. Concluímos que as diferenças formais com que os textos se apresentam (vocabulário, estruturação sintática, organização textual), decorrem das diferentes funções que esse texto tem a cumprir.

Enquanto ferramenta capaz de proporcionar a leitura e a reflexão dos fatos noticiados, o jornal popular também é capaz de ampliar os repertórios de informação do leitor. Acreditamos que a leitura escolar

também tem espaço para o texto popular, tanto quanto para os textos que se utilizam da variedade padrão. O sentido do texto não está apenas no texto e não está apenas no leitor. Está no texto e no leitor, conforme vimos no aporte teórico. As implicações pedagógicas relevantes propõem a leitura de textos autênticos que permitam uma leitura interativa. Na concepção deste trabalho, os textos do jornal *Super* cumprem esse quesito para que a leitura interativa, de fato, aconteça, abrindo espaço para que o estudo do léxico, em especial, o estudo das expressões idiomáticas, seja repensado no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo Criação Lexical*. São Paulo: Ática, 2004.
- AMARAL, Marcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2004.
- AMARAL, Marcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANTUNES, Irande. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ARANTES, P. C. C. *Contribuições e releituras a Análise do Discurso em Estudo Comparativo de Jornais Populares*. RevLet: Revista Virtual de Letras, v. 2, p. 162-177, 2010.
- AULETE, Caudas. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lexikon Editora Digital. 2010. Disponível em <<http://www.auletedigital.com.br/download.html>>. Acesso em 09/01/2015.
- AURELIO, Buarque de Holanda Ferreira. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5 ed. Curitiba: Positivo, versão eletrônica, 2010.
- BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical*. 7ª edição. Editora Ática, 2004.
- BARROS, Lidia A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Editora Lucerna. Rio de Janeiro, RJ. 2001.
- BIDERMAN, M.T.C. “Dimensões da palavra”. In Filologia e língua portuguesa, S. Paulo, Humanitas Publicações/FFLCH/USP, nº 2, 1998,

81-118.

BIDERMAN, M. T. C. Lexemas e lexia. Lexias simples e complexas. In: Teoria linguística: Teoria Lexical e Linguística Computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 169-178.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In: GORSKI, Edair Maria. COELHO, Izete Lehmkuhl (Orgs.). Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: EdUFSC, 2006, p.267-276.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nos chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO. Educação em língua materna: sociolinguística em sala de aula.6. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 106 p. (PCNs 5ª a 8ª Series).

CASTILHO, A. T. de (1998 / 2004). A Língua Falada no Ensino do Português. São Paulo: Contexto; 6a. ed., 2004.

CHARADEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M.S.Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CORAZZARI, O. (1992), Phraseological Units, Consiglio Nazionale delle Ricerche. Istituto di Linguistica Computazionale. Network of European Reference Corpora (NERC), serial nº 68, Pisa (manuscrito).

CORPAS PASTOR, Gloria. Manual de fraseologia espanhola. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

CORREIA, M. Produtividade lexical e ensino de língua. IN: Língua Portuguesa: descrição e ensino. São Paulo: Parábola, 2011.

CUNHA, Aline Luiza da. *Expressões idiomáticas: da linguagem publicitária para a sala de aula*.2012.115f. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) - Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FERRAZ, A. P e SOUZA, K. C. *O uso de expressões idiomáticas em textos publicitários*. In: Maestria. Revista da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas. – V.1, n.2 p.143-153(jan/jun. 2004).

FERRAZ, A. P. *A inovação lexical e a dimensão social da língua*. In: SEABRA, M. C. T.C. O. (Org). *O Léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras. 2006. p. 219-234.

FERRAZ, Aderlande Pereira. *Os neologismos no desenvolvimento da competência lexical*. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMOES, Darcilia. *Língua portuguesa, educação e mudança*. Rio de Janeiro: Europa, 2008, p. 146-162.

FERRAZ, Aderlande P. *El desarrollo de la competencia léxica desde el uso del matéria auténtico en la enseñanza de PLE*. IX Congreso Internacional de Linguística General. Universidad de Valladolid, 2010 (a), p. 1846-1859.

FERRAZ, Aderlande. *Publicidade: a linguagem da inovação lexical*. In: ALVES, Ieda Maria (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.

FERRAZ, Aderlande Pereira. *Produtividade lexical no português brasileiro: o que pode nos informar um observatório de neologismos*. In: PERNAMBUCO, Juscelino.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (versão eletrônica)

ORLANDI, Eni. (org). *Introdução as ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PALMER, F.R. *A Semântica*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

POTTIER, B. *Linguistique generale: theorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974.

POSSENTI, Sirio. *Por que (não) ensinar gramática na escola* / Sirio Possenti — Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

POTTIER, B. *Linguistique generale: theorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974.

VALE, O. A. *Expressões cristalizadas: transparência e opacidade*. In:

Signotica 11: 163- 172. Jan./Dez 1999. p. 164.

XATARA, Claudia Maria. *Tipologia das Expressões Idiomáticas*. In:Alfa. São Paulo: v. 42: p. 195-210, 1995.

XATARA, C. M.; OLIVEIRA, W. L.PIP – *dicionário de provérbios, idiotismos e palavrões: francês-português/português-francês*. Sao Paulo: Cultura Editores Associados,2002.

XATARA, Claudia Maria. *O Resgate das Expressões Idiomáticas*. In:Alfa. Sao Paulo: v. 39: p.169-176, 1998.

XATARA, Claudia Maria. SUCCI, Thais Marini. *Revisitando o conceito de provérbio. veredas online – a temática – 1/2008*, p. 33-48 – PPG LINGUISTICA/UFJF – JUIZ DE FORA - ISSN 1982-2243. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf>> Acesso em 18dez.2014.

XATARA, Claudia Maria. *Dicionário de expressões idiomáticas Frances português/ português-francês*. Idioma, 21. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clovis Monteiro. UERJ, 2001, p. 19-22. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a03.pdf> Acesso: 18 ago. 2011.

ESOCIAL: IMPACTOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, PREVIDENCIÁRIOS E FISCAL

Orias Batista Freitas

Mestre em Administração, Contador
Professor ISEIB
oriasbf@gmail.com

Ronaldo Borges Simões

Mestre em Gestão Empresarial, Contador
Professor ISEIB
ronaldborge@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O eSocial, (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), é mais uma ferramenta lançada pela Receita Federal, uma ramificação pertencente ao grupo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), que veio para auxiliar e dar maior transparências nas relações de trabalho com vínculo ou sem vínculo empregatício.

Dentro do Ambiente (plataforma) eSocial há uma unificação e troca de informações entre órgãos do Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal, Receita Federal e Ministério da Previdência Social.

Atualmente, ou seja, antes da completa implantação do eSocial, os empregadores devem prestar contas a cada um destes órgãos, separadamente, entregando diferentes obrigações e declarações, das mais variadas formas de entrega, sendo algumas mensais, anuais, e outras ainda na hora da ocorrência do fato gerador, acarretando ao empregador a necessidade de um grande espaço de tempo e custos, para atender o fisco e suas solicitações.

Dentre os objetivos do eSocial está a extinção e simplificação destas declarações ao gerar uma única informação com maior rapidez e transparência às partes envolvidas; desenvolver um sistema de coleta das informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e de apuração

de tributos e do FGTS; viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores; simplificar o cumprimento de obrigações; aprimorar e unificar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais, além de controlar e aumentar a arrecadação.

Com o sistema atual o empregado muitas vezes acaba sendo lesado pelo empregador. Agora ele terá um reforço a mais para manter seus direitos preservados e acesso àquelas informações que lhe diz respeito. O empregador por sua vez, deve obediência à Fiscalização e prestação correta das informações laborativas de seus empregados.

O eSocial promete para os contadores, uma diminuição nas obrigações a serem entregues de forma mais simples, deixando o cadastro das empresas e dos empregados bem mais acessível, e ainda disponibilizando muitas informações que, na maioria das vezes, não tem acesso, dando assim, margem para procedimentos e fiscalizações quase que em tempo real.

Segundo o Portal do eSocial:

A implantação do eSocial viabilizará garantia aos direitos previdenciários e trabalhistas, racionalizará e simplificará o cumprimento de obrigações, eliminará a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas, e aprimorará a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias. A legislação prevê ainda tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. (<http://portal.esocial.gov.br/>)

A NOVIDADE DO ESOCIAL

O Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014, instituiu o eSocial. Ele faz parte do projeto de aceleração e crescimento do Brasil, um projeto do governo federal. O eSocial ficou conhecido como o mais novo integrante da família SPED, lançada em 2007.

O Projeto SPED, teve início com a implementação da Nota Fiscal Eletrônica, depois o SPED Contribuições, ECD – Escrituração Contábil Digital (Livros Contábeis), ECF - Escrituração Contábil Fiscal (Livro Fiscal), dentre outros. Considerado como o mais complexo, desde 2018 algumas empresas já têm trabalhado e implantado o eSocial.

A Receita Federal optou pelo faseamento do eSocial segundo o faturamento e ramo de atividade das empresas obrigadas ao eSocial. Este faseamento será apresentado no decorrer deste trabalho.

De acordo com o Art. 3º do Dec. 8.373/2014, o eSocial rege-se pelos seguintes princípios: I - viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; II - racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações; III - eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; IV - aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e V - conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

O eSocial não cria, altera ou suprime qualquer das obrigações previdenciárias, trabalhistas e tributárias, ele somente racionaliza e simplifica o cumprimento das obrigações já existentes. Ou seja, cabe aos empregadores e empregados a obediência à Legislação trabalhista.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS A SEREM SUBSTITUÍDAS FUTURAMENTE

Por meio do Ambiente do eSocial, os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, pelo menos 15 obrigações diferentes:

- GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social –
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT - **S-2200 e S-2299 (jan/2020)**.
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. **S-2200, S-2230, S-2299 e S-1200 (jan/2020)**.
- LRE - Livro de Registro de Empregados **S-2200, S-2205 e S-2206**.
- CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho **Art. 169 da CLT e Dec. 3.048/99 S-2210**.
- CD - Comunicação de Dispensa - **S-2299**.
- CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social **S-2200, S-2205, S-2206 e S-2299** (Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de **2019** - Carteira de Trabalho Digital).

- PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário **Lei 8.213/93 S-1060, S-2240, S-2241, S-2200, S-2299.**
- DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - **S-1200 e S-1210.**
- DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - **S-1299.**
- QHT – Quadro de Horário de Trabalho **Artigo 74 de CLT S-1050, S-2200 e S-2206.**
- MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais.
- Folha de pagamento – tudo que pago ao empregado passa pela folha.
- GRF – Guia de Recolhimento do FGTS.
- GPS – Guia da Previdência Social.

BENEFÍCIOS PARA O EMPREGADOR E PARA O TRABALHADOR

Benefícios para o empregador

- ✓ Padronização e integração de cadastros (pessoa física e jurídica) junto aos órgãos participantes;
- ✓ Centralização e integração da transmissão de informações dos empregadores para um único ambiente;
- ✓ Validação mensal das informações e correção imediata de eventuais erros, a partir do monitoramento das declarações apresentadas;
- ✓ Substituição das obrigações acessórias (diversas), eliminando retrabalho e excesso de documentos;
- ✓ Enquadramento (facilitado) à legislação vigente;
- ✓ Economia de papel e espaço físico (documentação digital);
- ✓ Modernização da gestão de recursos humanos.

Benefícios para o trabalhador

- ✓ Maior facilidade de acesso aos benefícios previdenciários e direitos trabalhistas;

- ✓ Redução de fraudes na concessão de benefícios previdenciários e do seguro desemprego;
- ✓ Redução de erros por negligência ou omissão no recolhimento de direitos trabalhistas;

Resultados para o empregador e para o trabalhador

- ✓ Consulta a informações facilitada nos portais do empregador e do trabalhador;
- ✓ Melhoria na fiscalização das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- ✓ Rápido acesso às informações atualizadas sobre emprego, renda e mercado de trabalho em geral;
- ✓ Substituição da carteira de trabalho por cartão eletrônico;
- ✓ Informações em tempo real.

IDENTIFICADOR: EMPREGADOR/CONTRIBUINTE/ÓRGÃO PÚBLICO

A partir da data de adoção do eSocial, os empregadores pessoa jurídica, serão identificados apenas pelo CNPJ-Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, e os empregadores/contribuintes pessoa física, apenas pelo CPF-Cadastro de Pessoas Físicas.

Para as empresas em geral, o identificador chave será o CNPJ-Raiz/Base de oito posições, exceto se a natureza jurídica da empresa for de administração pública, situação em que o campo deve ser preenchido com o CNPJ completo com 14 posições.

As pessoas físicas que utilizam a matrícula “CEI-Cadastro Específico do INSS” passam a usar o “CAEPF-Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física”, que se constitui em um número sequencial vinculado ao CPF. Neste caso, a pessoa física deve providenciar o registro no CAEPF, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.828 de 10 de setembro de 2018. O “CAEPF-Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física”, será feito diretamente no Portal da Receita Federal, via eCAC (Centro Virtual de Atendimento).

Para as obras de construção civil, que possuem responsáveis pessoas físicas ou jurídicas, a matrícula CEI será substituída pelo “CNO-Cadastro Nacional de Obras” que, obrigatoriamente, é vinculado a um CNPJ ou a um CPF. As matrículas CEI existentes na data de implantação do CNO, relativas às obras de construção civil, passam a compor o cadastro inicial do CNO.

Até a implantação do Cadastro Nacional de Obras, deverá ser usado o CEI da obra no lugar do CNO no eSocial, em observância à Instrução normativa RFB nº 1.845, de 22 de novembro de 2018.

IDENTIFICADOR - TRABALHADOR

No eSocial, o termo “trabalhador” compreende toda pessoa física inserida em uma relação de trabalho, inclusive de natureza administrativa, como os empregados, os servidores públicos, os militares e os “trabalhadores sem vínculo de emprego ou estatutário – TSVE” (Por exemplo, o estagiário).

Os trabalhadores têm como identificadores obrigatórios, o CPF e o NIS - Número de Identificação Social, exceto o estagiário que será identificado apenas pelo CPF.

O NIS pode ser o Número de Inscrição na Previdência Social - NIT, no Programa de Integração Social - PIS, no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, ou no Sistema Único de Saúde - SUS. (MANUAL DO ESOCIAL, 2019). Dessa forma, a aplicação do trio de informações “CPF x NIS x Data de nascimento” deve estar consistente no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, e será validado no ato da transmissão do evento.

CONSULTA DE QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DOS EMPREGADOS - CQC

A veracidade dos dados cadastrais enviados pelo empregador relativo aos trabalhadores a seu serviço é fundamental para a veracidade e segurança dos cadastros do empregador. Esses dados são confrontados e validados na base do CPF (nome, data de nascimento e CPF) e na base do CNIS-Cadastro Nacional de Informações Sociais (data de nascimento, CPF e NIS). Qualquer divergência existente impossibilitará o envio das

informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, bem como o recolhimento dos valores devidos.

Foi disponibilizado no Portal do eSocial, a partir do endereço eletrônico: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>, a aplicação CQC - Consulta Qualificação Cadastral (Figura 1), para identificar possíveis divergências associadas ao nome da pessoa, a data de nascimento, ao CPF e ao NIS (Número de Inscrição Social).

Figura 1 - CQC (Consulta Qualificação Cadastral)

Consultar qualificação de dados cadastrais

* Nome:

* Data de Nascimento: DD/MM/AAAA

* CPF:

* NIS (NIT/PI/S/PA/SEP):

Fonte: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>

Com a consulta da situação de cada empregado, o empregador tem um banco cadastral regular e corrigido, e assim não terá problemas no Ambiente do eSocial.

QUEM ESTÁ OBRIGADO AO eSOCIAL?

Está obrigado ao eSocial, todo aquele que contratar prestador de serviço, pessoa física ou jurídica, e possua alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica, conforme a legislação. Inclusive os Órgãos Públicos.

O MEI-Microempreendedor Individual deverá apresentar o eSocial se tiver funcionário. Lembrando que o MEI pode ter apenas 1 funcionário. O obrigado poderá figurar nessa relação como empregador, nos termos definidos pelo art. 2º da CLT ou como contribuinte, conforme delineado pela Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), na qualidade de empresa, inclusive órgão público, ou de pessoa física equiparada a empresa, conforme prevê o art. 15 da Lei nº 8.212, de 1991. Devem ser apresentados:

- ✓ Os dados **cadastrais e registro** de empregadores (inclusive doméstico), trabalhadores com e sem vínculo empregatício e dependentes de trabalhadores avulsos e empregados.
- ✓ Os dados relacionados à **Folha de Pagamento** e outros fatos geradores, as bases de cálculo e os valores devidos de **contribuições previdenciárias, sociais, sindicais, do FGTS e IRRF**.

As informações prestadas ao eSocial formam a base de cálculo para a apuração dos Tributos e Contribuições, e ainda, às informações para a concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas. Para tanto, a base de dados deve estar correta, com informações corretas e apresentadas por profissionais capacitados e atualizados.

O FASEAMENTO DO eSOCIAL

O Comitê Gestor do eSocial, desde meados de 2015, vem informando sobre o faseamento do eSocial. A Secretária Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, através da Portaria SEPRT 1.419/2019 (publicada em 24/12/2019), revogou a Portaria SEPRT 716/2019 que dispunha sobre o cronograma de implementação do eSocial. A nova portaria manteve a implementação do eSocial em grupos, conforme Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Implementação do eSocial Dividido em Grupos

(Portaria SEPRT 1.419/2019)

Grupos	Características	Legislação
1º Grupo	Compreende as entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00. Entidades integrantes do Grupo 2 do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018.	Art. 2º, inciso I
2º Grupo	Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78.000.000,00 e que <u>não sejam optantes</u> pelo Simples Nacional em 01/07/2018. Entidades são aquelas integrantes do grupo dois do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, exceto as do Grupo 1 acima.	Art. 2º, inciso II
3º Grupo	Empregadores <u>optantes pelo Simples Nacional</u> , empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF e entidades sem fins lucrativos.	Art. 2º, inciso III

4º Grupo	Entes públicos - Âmbito Federal (UNIÃO) Entes públicos de âmbito federal referidos no “Grupo 1 - Administração Pública” e as organizações internacionais, integrantes do “Grupo 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais”, ambos do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018.	Art. 2º, inciso IV
5º Grupo	Entes públicos - Âmbito Estadual e Distrito Federal (ESTADOS e DF) Entes públicos de âmbito estadual e o Distrito Federal, referidos no “Grupo 1 - Administração Pública” do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018.	Art. 2º, inciso V
6º Grupo	Entes públicos - Âmbito Municipal (CIDADES) Entes públicos de âmbito municipal, as comissões polinacionais e os consórcios públicos referidos no “Grupo 1 - Administração Pública” do Anexo V Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018.	Art. 2º, inciso VI

Fonte: elaborado pelo autor – baseado na Portaria nº 1.419, de 23 de dezembro de 2019

Neste momento as empresas estão agrupadas conforme a Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 5, de 2 de Outubro de 2018 (Publicado DOU 05/10/2018). A apresentação do eSocial segue o seguinte faseamento (Figura 2):

Figura 2 - Faseamento do eSocial – Portaria nº 1.419, de 23 Dezembro de 2019

eSocial		PORTARIA Nº 1.419, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019				
Eventos do eSocial por fase de vigência	Grupo 1 (Faturamento superior a R\$ 78 milhões em 2016)	Grupo 2 Todo CNPJ (-) Simples/MEI (-) 1,3, 4	Grupo 3 Simples , PF , Prod. Rural, Ent.S.Final.Lucro (NATJUD 3), (-) 1,2,4,	Grupo 4 Adm. Pública e Org. Internacionais Federal	Grupo 5 Adm. Pública e DF.	Grupo 6 Adm. Pública Municipal, Comissões e Consórcios Públicos
1 – Cadastro do Empregador e Tabelas	08/01 a 28/02/2018	01 de julho	10 Jan 2019	08 Set 2020 S-1010 Mar 2021	01 Abr 2021	01 Nov 2021
2 – Cadastros dos trabalhadores e eventos não periódicos	03 a 04/2018	10 de out 2018	10 Abril 2019	09 Nov 2020 a 31 Abr 2021	Ato da RFB	Ato da RFB
3 – Eventos de folha (periódicos)	Maio 2018	10 de Jan 2019 (desde 01/01/19 IN 1.842 29/10/18	08/SET - CNPJ final 0, 1, 2 ou 3 08/OUT - CNPJ final 4, 5, 6 ou 7 09/NOV - CNPJ final 8 e 9 2020	10 Mai 2021	Ato da RFB	Ato da RFB
EFD REINF	Maio 2018	10 de Jan 2019	Ato da RFB	Ato da RFB	Ato da RFB	Ato da RFB
4 – DCTF WEB e fim da GPS	Agosto 2018	Abril 2019 IN 1.884- 17/04/19	Ato da RFB IN 1.906-14/08/19	Ato da RFB e CEF	Ato da RFB e CEF	Ato da RFB e CEF
5- Fim da GFIP nova GRFGTS	Ato da CEF CIRCULAR Nº 865, DE 23 DE JULHO DE 2019	Ato da CEF CIRCULAR Nº 865, DE 23 DE JULHO DE 2019	Ato da CEF CIRCULAR Nº 865, DE 23 DE JULHO DE 2019	Ato da CEF	Ato da CEF	Ato da CEF
6 – Eventos de SST	08 Set 2020 Port. 1.419	08 Jan 2021 Port. 1.419 Dez 2019	08 Jul 2021 Port. 1.419 Dez 2019	10 Jan 2022 Port. 1.419 Dez 2019	05 Jul 2022 Port. 1.419	05 Jan 2023 Port. 1.419 Dez 2019

Fonte: elaborado pelo autor - baseado na Portaria nº 1.419, de 23 de Dezembro de 2019.

Dessa forma, empresas do Grupo 1, com faturamento acima de R\$ 78 milhões em 2016, iniciaram a implantação do eSocial a partir de janeiro de 2018. Do Grupo 2, empresas com faturamento inferior a R\$ 78 milhões, menos Simples e MEI-Microempreendedor Individual, iniciaram em janeiro de 2019.

Empresas do Grupo 3, empresas do Simples, MEI, Produtor Rural, Entidades sem Finalidade de Lucro, Associações, segundo sua Natureza Jurídica iniciaram em janeiro de 2019.

Os Órgãos Públicos e entes públicos estão subdivididos em: **Grupo 4** – Administração Pública e Organismos Internacionais Federal (União), que iniciam a partir de setembro de 2020, **Grupo 5** - Administração Pública Estadual e o Distrito Federal (Estados), que tem início a partir de Abril de 2021 e **Grupo 6** - Administração Pública Municipal, Comissões e Consórcios Públicos (Municípios), que tem início a partir de novembro de 2021.

Cada Grupo deve obedecer às Fases de inserção de dados no eSocial. O faseamento dita o momento em que o empregador deverá apresentar, no Ambiente do eSocial, um bloco de eventos. Assim, por exemplo, na fase 1, o empregador deverá apresentar seus dados cadastrais como CNAE, CNPJ, endereço, nome dos responsáveis, etc. Estes dados são aqueles que estão na base da Receita Federal. Também colocam suas tabelas como: rubricas da folha de pagamento, horário e locais de trabalho, etc.

Na fase 2, o empregador/contribuinte/órgão público deverá apresentar os dados cadastrais dos empregados, a remuneração por exemplo. É na fase 3, que o empregador/contribuinte/órgão público vai gerar a folha de pagamento dos seus empregados, conseqüentemente, precisará também de gerar as guias de Imposto de Renda, Guia de Previdência e do FGTS, para o devido recolhimento.

Para o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte e do INSS, será gerado o DARF, no Ambiente DCTFWEB. Para o recolhimento do FGTS, será gerada a guia no Ambiente GRFGTS da Caixa Econômica Federal. Sobre a DCTFWEB e GRFGTS, falaremos adiante.

A última fase do eSocial consiste na implantação da SST-Saúde e

Segurança do Trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras – NR, e Legislação pertinentes, tratando de riscos nos ambientes de trabalho, insalubridade, periculosidade e ainda da aposentadoria especial.

LÓGICA DO ESOCIAL - EVENTOS E TABELAS

O eSocial foi concebido para transmitir informações agrupadas por meio de eventos (os chamados “S”, atualmente contam mais de 50 eventos e mais de 30 tabelas), devendo ser encaminhados em uma sequência lógica, conforme toda a dinâmica das contratações dos trabalhadores, desde o seu início até o seu término, como a identificação do empregador (S-1000) e dos dados gerais das contratações realizadas por este: a admissão, os dados específicos da contratação, a gestão dos serviços prestados e do prestador de serviços, o pagamento da remuneração e o término da relação contratual.

As informações são prestadas ao eSocial por meio de grupos de eventos: iniciais, de tabelas, não periódicos e periódicos. Cada evento possui um leiaute específico. Estes leiautes podem ser encontrados no Anexo I do MOS-Manual do eSocial. Os leiautes fazem referências às regras de negócio.

PRAZO DE ENVIO DOS EVENTOS

Os eventos do eSocial podem ser enviados até o dia 07 do mês seguinte ao fechamento da folha. Logo, é aconselhável que seja transmitido no momento de sua ocorrência. Antecipa-se o vencimento para o dia útil imediatamente anterior, em caso de não haver expediente bancário. Conforme a NOTA ORIENTATIVA 2019.18, durante o período de implantação do eSocial, o prazo de envio desses eventos será dilatado, passado para o **dia 15 (quinze) do mês seguinte**.

MULTAS ADMINISTRATIVAS

Para o eSocial, ainda não há previsão de multa específica para situações de retificações e/ou exclusão de informações. Porém, existem os fundamentos para aplicação de multas por descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, como:

- Portaria MTB nº 290/1997 – descumprimento da legislação trabalhista
- NR-28: Penalidades por descumprimento das Normas Regulamentadoras (PCMSO, PPRA, ASO, etc.);
- Lei nº 8.213/1991 e Decreto nº 3.048/1991: descumprimento da legislação previdenciária (PPP, CAT etc.).

A admissão do colaborador é enviada através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), até o dia sete do mês subsequente em que ocorreu a movimentação do empregado, a partir do eSocial esta obrigação será quase que diária.

Por exemplo, com o eSocial, a admissão deve ser enviada até o final do dia que antecede o início da prestação de serviço do trabalhador contratado (dia útil anterior). A falta de registro, sujeita o empregador à multa prevista no artigo 47 da CLT, no valor de R\$ 3.000,00 por empregado, dobrada por reincidência. R\$ 800,00 (ME-Micro Empresa e EPP-Empresa de Pequeno Porte).

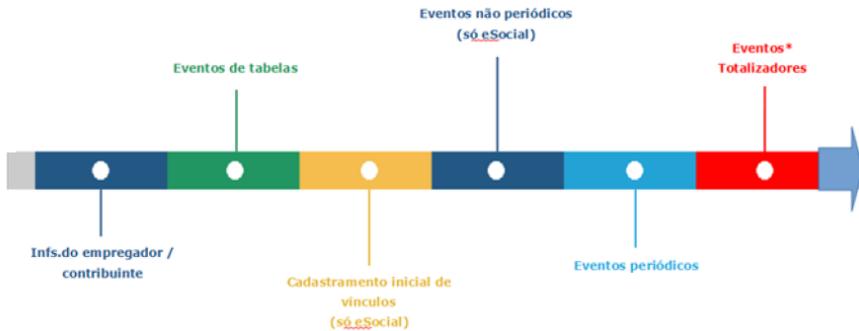
TRANSMISSÃO DOS ARQUIVOS - SEQUÊNCIA LÓGICA

Ao transmitir as informações relativas ao eSocial, o empregador / contribuinte / órgão público deve considerar uma sequência lógica para a correta transmissão. As informações constantes dos primeiros arquivos são necessárias ao processamento das informações constantes nos arquivos a serem transmitidos posteriormente.

As informações relativas à identificação do empregador/contribuinte/órgão público (evento S-1000 e tabelas), que fazem parte dos eventos iniciais, devem ser enviadas previamente à transmissão de todas as demais informações.

Primeiro é enviada a informação do empregador/contribuinte/órgão público, logo após as informações integrantes dos eventos de tabelas, em seguida devem ser enviadas, caso existam as informações previstas nos eventos não periódicos e, por último, as informações previstas nos eventos periódicos, conforme o sequenciamento a seguir apresentado na Figura 3:

Figura 3 – Sequência dos eventos



Fonte: Manual do eSocial, 2019

ENVIO DOS DADOS

As informações são transmitidas via web, a partir do sistema de gestão empresarial da instituição. A Receita Federal não vai disponibilizar um “programa” para a empresa transmitir seus dados. As empresas devem utilizar seu próprio sistema de gestão ou ERP, sigla em inglês que significa *Enterprise Resource Planning*, que nada mais é, em português que, Planejamento dos Recursos da Empresa.

O envio dos dados acontece via Web, do ERP para o Ambiente do eSocial, de forma online (Figura 4). Neste momento são transmitidos os arquivos no formato XML (arquivo não editável).

Figura 4 – Exemplo de envio de dados



Fonte: elaborado pelo autor, baseado no Manual do eSocial

O eSocial Web permite a consulta e edição (inclusão, alteração, retificação e exclusão) de eventos enviados para o ambiente nacional do eSocial. Serão exibidos ao usuário, além do conteúdo do evento, os números de recibo, o que permitirá às empresas efetuar acertos e correções nos próprios sistemas (MANUAL-WEB-GERAL).

COMPROVANTE DE ENTREGA DOS EVENTOS

No momento da transmissão do evento, o Ambiente do eSocial retornará o Protocolo deste envio. Após a realização das validações, dentro do Ambiente, o eSocial retornará o Recibo de entrega ou mensagem de erro. O número do recibo de entrega é a referência a ser utilizada em eventuais retificações, exclusões ou consultas.

O Recibo de entrega dos eventos oficializa a remessa de determinada informação ao eSocial e também para obter cópia de determinado evento, retificá-lo ou excluí-lo quando for o caso. **TRANSMISSÃO/ENVIO -> PROTOCOLO -> RECIBO.** Cada evento transmitido possui um recibo de entrega. Quando se pretende efetuar a retificação de determinado evento deve ser informado o número do recibo de entrega do evento que se pretende retificar. Cabe ao empregador/contribuinte/órgão público manter um controle para armazenamento dos números dos recibos de entrega dos eventos.

RELAÇÃO DOS EVENTOS E REQUISITOS

Conforme o Manual do eSocial, os eventos iniciais, de tabelas, não periódicos e periódicos, que compõem o eSocial, necessitam ser transmitidos por meio de arquivos preparados de acordo com os leiautes estabelecidos para cada um. Ao longo do eSocial, a empresa poderá alterar ou excluir eventos, obedecendo condições de alteração/exclusão e o prazo de até o dia 07 do mês seguinte. Após a data será feita a retificação do evento.

Neste momento de implantação do eSocial, o Comitê Gestor responsável, tem atribuído, eliminado ou substituído um ou outro evento. O Manual do eSocial deve ser consultado. A seguir a relação de eventos segundo a ordem, por fase de inserção no Ambiente do eSocial, conforme Figura 5:

Quadro 2 - Eventos por fase a ser inserido no eSocial

1) Primeira Fase – Tabelas – Cadastro do Empregador/contribuinte/órgãos públicos	<ul style="list-style-type: none"> ● S-1000 – Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público. ● S-1005– Tabela de estabelecimentos, obras ou unidades de órgãos públicos. ● S-1010 – Tabela de rubricas. ● S-1020 – Tabela de lotações tributárias. ● S-1030 – Tabela de cargos/empregos públicos. ● S-1035 – Tabela de carreiras públicas. ● S-1040 – Tabela de funções / cargos em comissão. ● S-1050 – Tabela de horários /turnos de trabalho. ● S-1070 – Tabela de processos administrativos / judiciais. ● S-1080 – Tabela de operadores portuários.
2) Segunda Fase - Eventos Não Periódicos – dados trabalhadores e seus vínculos com a empresa:	<ul style="list-style-type: none"> ● S-2190 – Admissão de trabalhador - registro preliminar. ● S-2200 – Cadastramento inicial / admissão / ingresso de trabalhador. ● S-2205 – Alteração de dados cadastrais do trabalhador. ● S-2206 – Alteração de contrato de trabalho / relação estatutária. ● S-2230 – Afastamento temporário. ● S-2231 – Cessão / exercício em outro órgão. NOVO ● S-2250 – Aviso-Prévio. ● S-2260 – Convocação para trabalho intermitente. ● S-2298 – Reintegração / outros provimentos (NOVO). ● S-2299 – Desligamento. ● S-2300 – Trabalhador sem vínculo de emprego/estatutário (início). ● S-2306 – Trabalhador sem vínculo de emprego/estatutário - alteração contratual. ● S-2399 – Trabalhador sem vínculo de emprego/estatutário (término). ● S-2400 – Cadastro de beneficiários - entes públicos - início. NOVO

	<ul style="list-style-type: none"> ● S-2405 – Cadastro de beneficiários - entes públicos - alteração. NOVO ● S-2410 – Cadastro de benefícios - entes públicos - início. NOVO ● S-2416 – Cadastro de benefícios - entes públicos - alteração. NOVO ● S-2420 – Cadastro de benefícios - entes públicos - término. NOVO ● S-3000 – Exclusão de eventos.
3) Terceira Fase - Eventos Periódicos – Folha de Pagamentos:	<ul style="list-style-type: none"> ● S-1200 – Remuneração do trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. ● S-1202 – Remuneração de servidor vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social. ● S-1207 – Benefícios - entes públicos. ● S-1210 – Pagamentos de rendimentos. ● S-1250 – Aquisição de produção rural. ● S-1260 – Comercialização de produção rural pessoa física. ● S-1270 – Contratação de trabalhadores avulsos não portuários. ● S-1280 – Informações complementares aos eventos periódicos. ● S-1295 – Solicitação de Totalização para Pagamento em Contingência. ● S-1298 – Reabertura de eventos periódicos. ● S-1299 – Fechamento dos eventos periódicos. ● S-1300 – Contribuição sindical patronal
4) Quarta Fase	Substituição da GPS – DCTFWEB
5) Quinta Fase Substituição da GFIP – Novo FGTS	Nesta etapa não será necessário gerar a GFIP, a guia do FGTS será gerada através dos dados transmitidos nos eventos periódicos do eSocial, assim não há impactos no SIRH
6) Sexta Fase - Eventos do SST - Saúde e Segurança do Trabalhador	<ul style="list-style-type: none"> ● S-1005– Tabelas de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos ● S-1060 – Tabela de ambientes de trabalho. ● S-2210 – Comunicação de acidente de trabalho. ● S-2220 – Monitoramento da saúde do trabalhador e exame toxicológico.

- S-2221 - Exame Toxicológico do Motorista Profissional
 - S-2240 – Condições ambientais do trabalho - fatores de risco - insalubridade, periculosidade – FAES – alterado NDE 1/2018.
 - S-2245 – Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras Anotações
-

Fonte: elaborado pelo autor, baseado no Manual do eSocial

Logo, o empregador/contribuinte/órgão público deverá apresentar os eventos em momentos oportunos, segundo a respectiva data de inclusão, de acordo com o Grupo a que pertence. Importante informar também que o eSocial desde sua concepção vem sendo alterado. Alguns dos eventos podem ser excluídos bem como reestruturados.

SITUAÇÃO “SEM MOVIMENTO”

A situação “Sem Movimento” para o empregador só ocorrerá quando não houver informação a ser enviada, para o grupo de eventos periódicos “S-1200 – Remuneração do trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social” até o “S-1280 – Informações complementares aos eventos periódicos”, para a matriz e filiais da empresa.

Neste caso, ele enviará o “S-1299 - Fechamento dos Eventos Periódicos” como “**sem movimento**” na primeira competência do ano (em janeiro) em que esta situação ocorrer. Caso a situação sem movimento da empresa persista nos anos seguintes, este procedimento deverá ser efetuado na competência janeiro de cada ano, exceto para empregador pessoa física, cuja informação é facultativa (MANUAL DO ESOCIAL - VERSÃO 2.5)

ASSINATURA DIGITAL

Certificação digital

As informações serão transmitidas via assinatura digital. O certificado digital utilizado no sistema eSocial deverá ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. O MEI-Microempreendedor Individual com empregado

poderá utilizar o Código de Acesso, gerado no Portal da Receita Federal, no eCAC.

O Certificado deverá pertencer à série “A”. Existem duas séries às quais os certificados podem pertencer, a série “A” e a “S”. A série “A” reúne os certificados de assinatura digital utilizados na confirmação de identidade na Web, em e-mails, em Redes Privadas Virtuais – VPN e em documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações. A série “S” reúne os certificados de sigilo que são utilizados na codificação de documentos, de bases de dados, de mensagens e de outras informações eletrônicas sigilosas (PORTAL ESOCIAL,2020).

O certificado digital deverá ser do tipo A1 ou A3. A diferença é que, certificados digitais de tipo A1 ficam armazenados no próprio computador a partir do qual ele será utilizado. Já os certificados digitais do tipo A3 são armazenados em dispositivo portátil inviolável do tipo *smart card* ou *token*, que possuem um chip com capacidade de realizar a assinatura digital.

Os certificados digitais serão exigidos em dois momentos distintos:

a) **Transmissão:** antes de ser iniciada a transmissão de solicitações ao sistema eSocial, o certificado digital do solicitante é utilizado para garantir a segurança do tráfego das informações na INTERNET. Para que um certificado seja aceito na função de transmissor de solicitações este deverá ser do tipo e-CPF (e-PF) ou e-CNPJ (e-PJ).

b) **Assinatura de documentos:** para os empregadores pessoas jurídicas, os eventos poderão ser gerados por qualquer estabelecimento da empresa ou seu procurador, mas o certificado digital assinante destes deverá pertencer a matriz ou ao representante legal desta ou ao procurador/substabelecido, outorgado por meio de procuração eletrônica e não-eletrônica. (PORTAL ESOCIAL)

Código de acesso para o Portal eSocial

Os empregadores/contribuintes que não estão obrigados à utilização do certificado digital podem gerar Código de Acesso ao Portal eSocial, como alternativa ao certificado digital. São eles:

a) o Microempreendedor Individual – MEI com empregado, o segurado especial e o empregador doméstico;

b) a Microempresa – ME e a Empresa de Pequeno Porte – EPP optantes pelo Simples Nacional, que possuam até 01 empregado, não incluídos os empregados afastados em razão de aposentadoria por invalidez;

O Código de Acesso está previsto apenas para os módulos simplificados (doméstico, MEI e Segurado Especial) e optantes pelo Simples com até um empregado, demais PF e PJ, somente com certificado digital.

Na obtenção do Código de Acesso para pessoa física é exigido o registro do número do CPF, data de nascimento e o número dos recibos de entrega do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF dos dois últimos exercícios. Não é possível o envio de informações por procurador utilizando código de acesso.

ALTERAÇÕES, RETIFICAÇÃO E EXCLUSÃO DE INFORMAÇÕES ENVIADAS

Caso seja necessário, o Empregador/Contribuinte/Órgão Público poderá utilizar-se do procedimento de ALTERAÇÃO das informações transmitidas ao eSocial, porém ocorre somente nos eventos de Tabelas (S-1005 a S-1080) e no evento “S-1000 - Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público”, atreladas à respectiva vigência ou período de validade. É também prevista a alteração por meio de eventos não periódicos específicos.

Para os demais casos de “alteração” as informações transmitidas serão tratadas pelo eSocial como procedimentos de RETIFICAÇÃO, ou mesmo de EXCLUSÃO.

A retificação ocorre após o envio do evento “S-1299 - Fechamento dos Eventos Periódicos” encerrando o movimento para determinado período de apuração. Em caso de qualquer retificação no grupo de eventos periódicos S-1200 a S-1280, para aquele período de apuração, o respectivo movimento deverá ser reaberto utilizando-se o evento “S-1298 - Reabertura dos Eventos Periódicos”.

Uma retificação de qualquer evento, substitui integralmente o evento original, ou seja, o eSocial entende que aquela retificação passa a ser o evento original. Caso seja realizada a exclusão de um evento que foi retificado, o evento deixa de existir no eSocial. Ao excluir um evento retificador, o evento retificado não volta a ser válido.

Não é possível excluir nenhum dos eventos periódicos – S-1200 a S-1280 – relativos à um período de apuração que se encontre "encerrado", ou seja, para o qual já exista evento “S-1299 – Fechamento dos Eventos Periódicos”, antes do envio do evento de reabertura respectivo “S-1298 – Reabertura dos Eventos Periódicos” (MANUAL DO ESOCIAL VERSÃO 2.5).

GUIAS DE RECOLHIMENTO

O envio dos eventos do eSocial servirão para compor os débitos relativos à contribuição previdenciária, a outras entidades e fundos e ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a serem recolhidos à Receita Federal do Brasil – RFB, a qual, possibilitará a geração da Declaração de Débitos e Créditos Tributários – DCTFWeb.

O DARF para recolhimento do IRRF e da Previdência Social (INSS), serão gerados na DCTFWeb, somente após o Fechamento do movimento do eSocial, com envio, até o dia 07 do mês seguinte, do evento “S-1299 - Fechamento dos eventos Periódicos). A Guia de recolhimento do FGTS será gerada pela Caixa Econômica Federal através do GRFGTS.

DCTFWEB - CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITOS E GERAÇÃO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO

A DCTFWEB - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos, substituirá a Declaração de Débitos e Créditos Tributários – DCTF que hoje é utilizada para a informação junto ao fisco.

A DCTFWEB é o local onde serão geradas as guias de recolhimento (DARF) das obrigações previdenciárias e do Imposto de renda retido sobre a remuneração do trabalhador/prestador de serviços. Inicialmente, na implantação do eSocial, são geradas apenas o DARF para recolhimento da Previdência Social. Depois serão dos demais tributos

federais.

A transmissão dos eventos do eSocial servirão para compor os débitos relativos à contribuição previdenciária, a outras entidades e fundos e ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a serem recolhidos à Receita Federal do Brasil – RFB, a qual, em ambiente próprio, possibilitará ao contribuinte a geração da respectiva DCTFWeb.

Na DCTFWeb serão disponibilizadas as formas de liquidação dos débitos tributários. Maiores informações relativamente a esse assunto deverão ser obtidas no Manual da DCTFWeb, junto à Receita Federal, que está disponibilizado em: “<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/DCTFWeb/manual-dctfweb-03-10-18.pdf/view>” .

As informações constantes do eSocial serão recepcionadas pelos respectivos entes, sendo que o empregador/contribuinte/órgão público utilizará as ferramentas de constituição de crédito e emissão de guias de recolhimento:

O eSocial não irá apurar as contribuições previdenciárias devidas aos RPPS-Regime Próprio de Previdência Social (Órgãos Públicos) para fins de constituição de crédito e geração de guias de recolhimento.

Na DCTFWeb devem ser declarados os seguintes tributos:

- Contribuições previdenciárias a cargo das empresas (incidentes sobre a folha de pagamento), dos empregadores domésticos e dos trabalhadores, conforme disposto nas alíneas “a”, “b” e “c”, respectivamente, do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91;
- Contribuições previdenciárias instituídas sobre a receita bruta a título de substituição daquelas incidentes sobre a folha de pagamento, tais como a Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta (CPRB), prevista na Lei nº 12.546/2011, e as contribuições devidas pelo produtor rural pessoa jurídica, pela agroindústria e pela associação desportiva que mantém clube de futebol;
- Contribuições destinadas a outras entidades e fundos (terceiros), de que tratam os arts. 149 e 240 da Constituição Federal/88.

A apuração parcial da guia será realizada a partir dos eventos do eSocial: “S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador” e “S- 5011 - Imposto de Renda Retido na Fonte”. A

DCTFWEB deve ser gerada até o dia 15 do mês seguinte da folha de pagamento mensal.

GRFGTS – GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS

A GRFGTS substitui a GRF (Guia Recolhimento FGTS) e a GRRF (Guia Recolhimento Rescisório FGTS), guias FGTS anteriores à vigência do eSocial. O FGTS deve ser pago até o dia 7 do mês seguinte à folha de pagamento. A GRFGTS é a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, gerada pela CAIXA, com base nas informações prestadas pelo empregador, para permitir o cumprimento das obrigações legais relativas ao FGTS, seja de recolhimentos mensais ou rescisórios.

Para geração da Guia do FGTS o empregador poderá optar pela utilização de aplicativo de folha de pagamento (webservice) ou pela utilização de funcionalidade na Internet (online), sendo o acesso realizado para testes e simulações em ambiente restrito, o acesso se dará por meio do endereço: “www.conectividadesocialrestrito.caixa.gov.br”.

A partir da obrigatoriedade de utilização, o acesso para consulta e geração de guia válida para quitação será realizado por meio do endereço: “www.conectividadesocial.caixa.gov.br”.

A GRFGTS Regular será automaticamente, com o envio do evento de fechamento dos eventos periódicos – S-1299. Também poderá ser gerada a qualquer tempo mediante solicitação do empregador por meio de folha de pagamento (via webservice) ou por meio de transação online (Internet e Intranet) ou ainda, automaticamente em data limite a ser estipulada caso não haja o envio de evento de fechamento nem solicitação do empregador.

A Caixa Econômica Federal ainda não implantou totalmente a GRFGTS. Logo os procedimentos relativos ao Fundo de Garantia estão sendo efetuados fora do eSocial.

CONSULTA DAS INFORMAÇÕES TRANSMITIDAS - ESOCIALBX

Para recuperar as informações transmitidas, o empregador/contribuinte/órgão público declarante poderá “baixar” os

arquivos enviados, utilizando-se da ferramenta eSocialBX. Esta solicitação/consulta pode ser feita por arquivo ou por lote. Os parâmetros para recuperação destes arquivos são: o CNPJ ou CPF; os Tipos de arquivos; as datas inicial e final e/ou o arquivo com inconsistência. Também é possível baixar os arquivos para sincronizar a sua aplicação utilizando-se o eSocial Web Geral, em situação de contingência.

Para realizar as consultas, o usuário deverá informar o número de recibo do evento, ou, na sua falta, o número do identificador. Importante: o eSocialBX não se destina à recomposição completa da base de dados usuário, baixando todos os eventos já enviados. Permite apenas que sejam baixados eventos específicos que faltam na base local do usuário, por meio de pesquisa e retorno. Há que se observar alguns procedimentos para a consulta.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS EVENTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO – SST

A Saúde e Segurança do Trabalho corresponde ao conjunto procedimentos e/ou tecnologias aplicadas, com o objetivo de proteger o trabalhador em seu ambiente de trabalho, buscando minimizar e/ou evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Dentre as principais atividades da segurança do trabalho, encontram-se a prevenção de acidentes, a promoção da saúde e a prevenção de incêndios.

A questão da saúde e segurança do trabalhador não é nova. Temos no mundo do trabalho mais de 30 Normas Regulamentadoras – NR, sobre este tema. Todavia, pode-se considerar que a questão da inserção de eventos da Saúde e Segurança do Trabalhador – SST, no eSocial, seja, neste momento, uma grande novidade para diversos empregadores.

Como as multas não são “baratas”, inúmeros empregadores têm a consciência da aplicação dessas normas com respeito aos seus empregados e principalmente, em obediência à Legislação. No Manual do eSocial são definidos como eventos de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, os seguintes eventos:

- S-1060 - Tabela de Ambientes de Trabalho;
- S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho;

- S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador;
- S-2221 - Exame Toxicológico do Motorista Profissional;
- S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco;
- S-2245 - Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras Anotações.

Estes eventos estão diretamente relacionados à SST, porém existem dados em outros eventos que serão utilizados para compor as informações exigidas pelos formulários substituídos, por exemplo, o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário - Lei 8.213/93) e a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

No grupo de “Reconhecimento dos Fatores de Risco e Monitoramento Biológico”, dos ambientes de trabalho, estão incluídos os seguintes eventos:

✓ Evento S-1060 – Tabela de Ambientes de Trabalho: Serão descritos os ambientes existentes na, atribuindo-se um código a cada ambiente. Neste momento, não haverá vinculação de qualquer trabalhador aos ambientes, sendo esta uma informação geral, que será utilizada quando da prestação das informações do evento S2240. A atribuição de um código para cada ambiente evitará a redundância das informações, evitando que seja exigida a descrição do ambiente para cada trabalhador (MANUAL DO ESOCIAL, 2019).

✓ Evento S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador: Neste evento será feito o acompanhamento da saúde do trabalhador durante o seu contrato de trabalho, com as informações relativas aos atestados de saúde ocupacional (ASO) e seus exames complementares. Tais informações correspondem àquelas exigidas no Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e no Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) (MANUAL DO ESOCIAL, 2019).

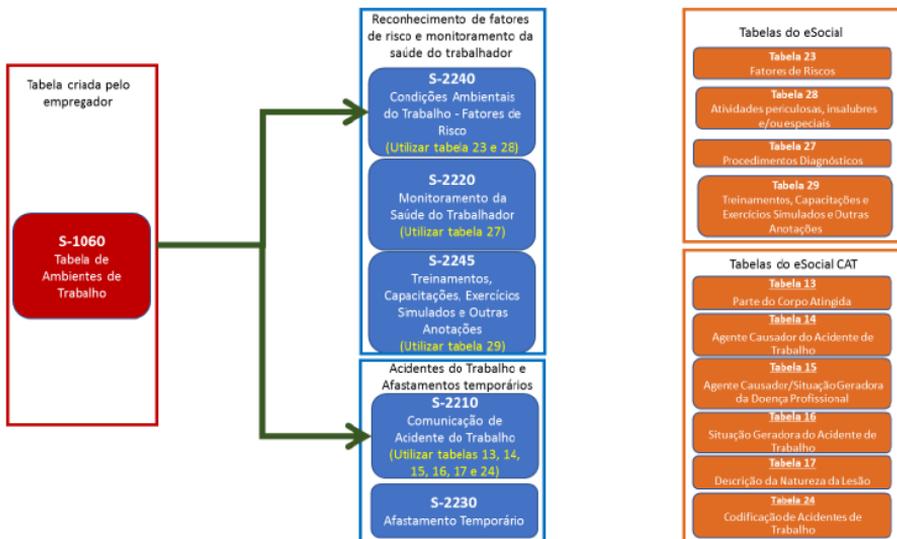
✓ Evento S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco: Serão prestadas as informações da exposição do trabalhador aos fatores de risco, conforme Tabela 23. A empresa deverá vincular os trabalhadores a cada ambiente em que exercem atividades (códigos do evento S-1060) e identificar os fatores de riscos aos quais o trabalhador está exposto. Deverá também ser declarada a existência de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) instalados, bem como os Equipamentos de

Proteção Individual (EPIs) disponibilizados. A informação relativa aos EPIs não substitui a obrigatoriedade do registro de entrega destes equipamentos conforme disposição normativa. (MANUAL DO ESOCIAL, 2019).

✓ Evento S-2245 – Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras anotações: Serão prestadas informações sobre os treinamentos, capacitações e exercícios simulados realizados, bem como informações dos trabalhadores autorizados a realizar intervenções em instalações elétricas e em máquinas e equipamentos. Para facilitar a identificação da referência normativa, os dois primeiros dígitos do código correspondente se referem à Norma Regulamentadora que dispõe sobre a realização do treinamento, capacitação, exercício simulado ou informações relativas a trabalhadores autorizados.

Para melhor sistematização das informações acima, podemos representá-las conforme o fluxo a seguir (Figura 5):

Figura 5 - Fluxo de Eventos do SST - Saúde e Segurança do Trabalho



Fonte: Manual do eSocial, 2019

É fundamental que os relatórios próprios e devido acompanhamento dos laudos técnicos que apontam e apresentam as

particularidades dos ambientes de risco ou não, sejam elaborados por profissionais devidamente habilitados e credenciados legalmente.

No mundo dos negócios, encontramos diversas empresas e profissionais que prestam serviços de consultoria em Engenharia de Segurança do Trabalho. É fundamental que o Responsável pela empresa, além do seu contador, acompanhem todo o processo e levantamento das informações referente aos ambientes de trabalho e o pessoal que ali trabalham. O risco relativo a saúde do trabalhador está em todo lugar. Em maior ou menor escala, ele existe.

O Governo está com projetos de atualização na Normas Regulamentadores – NRs, relativas ao tema Saúde e Segurança do Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo do trabalho, no qual as economias e as Nações estão cada vez mais integradas, o empregador/contribuinte/órgão público e seus respectivos trabalhadores, necessitam realmente de atenção e suportes imediatos na relação de trabalho.

Ao Estado cabe a fiscalização desta relação harmônica. O eSocial vislumbra sistematicamente, o uso das tecnologias para garantir tal fiscalização, e sem dúvidas, procura evitar fraudes, erros e mesmo a sonegação nesta relação

Toda implantação de novos processos demanda tempo, correções de percursos e a capacitação dos usuários e prestadores das informações. A homologação de um sistema como o ambiente do eSocial, implica em horas a fio de trabalho, seja para os empresários, através do seus recursos humanos; para os contadores e suas equipes, que têm que se capacitar sobremodo para não terem surpresas depois; também para as empresas de Tecnologia (TI), que desenvolvem seus aplicativos e programas para atender tanto aos empresários quanto ao Fisco; e finalmente o próprio Fisco, que além de atender à Legislação, deve apresentar aos contribuintes, o que deve ser feito e apresentado, além de buscar desenvolver uma ferramenta única que atenda à todos.

Portanto, o Projeto eSocial, não é apenas mais um sistema que altera ou que traz novas obrigações aos contribuintes. É uma realidade

que, quando plenamente implantada por todos os empregadores, trará a todos, benefício imensurável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conheça o eSocial.** Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/>>. Acessado em: 6 Jan. 2020.

Código Tributário Nacional – **CTN. Lei nº 5.172, de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acessado em: 8 Jan. 2020.

Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943, atualizada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **CLT- Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: <https://brasil.mylex.net/legislacao/consolidacao-leis-trabalho-clt-art2_80833.html>. Acessado em: 8 Jan. 2020

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acessado em 10 Maio 2020

Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. **Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm>. Acessado em: 10 Jan. 2019.

Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017. (Alterado(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1921, de 09 de janeiro de 2020). **Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).**

Instrução Normativa RFB nº 1.828, de 10 de setembro de 2018. **Dispõe sobre o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF).** Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=a>

notado&idAto=94704>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

Instrução normativa RFB nº 1.845, de 22 de novembro DE 2018. **Institui o Cadastro Nacional de Obras (CNO) e dispõe sobre o seu funcionamento.** Disponível em:<

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=a_notado&idAto=96755>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. (Alterado(a) pelo(a) Ato Declaratório Executivo Cocad nº 6, de 04 de março de 2020). **Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).**

Lei nº 8.212 de 24 de Julho de 1.991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio.** 1991. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11362243/artigo-15-da-lei-n-8212-de-24-de-julho-de-1991>>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>. Acessado em: 10 Jan.2020.

Lei nº 12.546, de 14 de Dezembro de 2011. **Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);** dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

Lei nº 13.202, de 8 de Dezembro de 2015. **Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT;** autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13202.htm>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

MANUAL DO ESOCIAL. MOS - **Manual de Orientações do eSocial.** Versão 2.5.01. Aprovado pela Resolução CG do eSocial nº 21, de 28/12/2018 – DOU de 17/01/2019) (república em 17/01/2019, às

17:00. Disponível em: < <https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>>. Acessado em: 30 Abr. 2020.

NORMA REGULAMENTADORA- NR28: **Penalidades por descumprimento das Normas Regulamentadoras** (PCMSO, PPRA, ASO, etc.). Disponível em:< <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR-28.pdf>>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

NOTA ORIENTATIVA 2019.18 **Alteração dos prazos de envio de eventos ao eSocial.** Disponível em: < <http://portal.esocial.gov.br/manuais/nota-orientativa-018-2019-prazo-de-envio-de-eventos.pdf>>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

PANTALEÃO, S. F. **Cronograma de implementação do eSocial é dividido em grupos de empresas.** Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/Cronograma-esocial-grupo-de-empresas.htm>>. Acessado em: 10 Jan. 2020.

Portaria MTB 290/97 - Port. - **Portaria Ministro de Estado do Trabalho** - MTB nº 290 de 11.04.1997. Aprova normas para a imposição de multas administrativas previstas na legislação trabalhista

Portaria nº 1.419, de 23 de dezembro de 2019. **Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.** Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). (Processo nº 19964.108714/2019-13).

Resolução do Comitê Diretivo do eSOCIAL nº 5, de 02 de outubro de 2018. Altera a Resolução CDES nº 2, de 30 de agosto de 2016, do Comitê Diretivo do eSocial, que **dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).**

SIMÕES, R.B; CONCEIÇÃO, A. G. **Como criar oportunidades de trabalho.** (Org.) Gestão do conhecimento tecnológico e de pessoas. Belo Horizonte: Faculdades ISEIB, 2016.

CYBERBULLYING, VALENTIA IMPIEDOSA NO AMBIENTE ESCOLAR

Breno Luiz Soares Cardoso

Mestre em Educação
Advogado e Professor ISEIB
breno@brenocardoso.adv.br

Humberto Rosa de Freitas

Professor Especialista
Diretor E. E. Caio Nelson de Sena
hrfreitas@yahoo.com.br

Rosemere Aparecida Borges

Especialista em Mediação de Conflitos Assistente Social
rosemere.borges@bol.com.br

Sheila Elisabete Regiane de Souza

Especialista em Controladoria, Finanças e Perícia Contábil (UFLA)
Professora FIBH
scheilaelisabethe@bol.com.br

Sebastião Gessy da Fonseca

Mestre em Educação
Vice-Diretor Escolar e Professor ISEIB
sebastiao.gessy@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Com o advento pandêmico no ano de 2020, a necessidade e obrigatoriedade do isolamento social, vivenciamos em nosso cotidiano a dita 4ª (quarta) revolução industrial de forma abrupta em todos os seguimentos sociais. O COVID-19 adiantou ao menos uma década nos preceitos de automação industrial previstos pela sociedade, cultura, economia, arte, educação dentre todos os saberes e necessidades humanas em ascensão ou que já começavam a entrar no campo obsoleto das coisas e conhecimentos em todos os setores que o homem julga ter inteligência e domínio racional e emocional.

A existência de recursos tecnológicos, meios de comunicação, redes sociais, fake News e tudo mais o que as pessoas possam utilizar tem-se tornado corriqueira e quase normal ou comum as questões de bullying nos mais inusitados ambientes, uma vez que as pessoas estão se acostumando com as ações de pessoas ou grupos que o praticam.

Um dos agentes com enfoque observacional é o do bullying, onde o mesmo ultrapassou as fronteiras do presencial e chegou ao meio eletrônico através de ferramentas que deveriam ser aliadas da comunicação e aprendizagem, demonstrando-nos que é imprescindível a orientação de nossos discentes, independente do grau em formação, muitos deles encontravam e ainda estão em uma escalada social menos privilegiada de acessos, ferramentas e cultura social, política e econômica, contando que muitos de nossos alunos em tenra idade não possuem discernimento para saberem diferenciar uma brincadeira de uma agressão com grandes inconvenientes e infortúnios na vida de seus pares, e que geram grandes impactos na vida de suas vítimas. Estes alunos, que a priori são desprovidos de recursos tecnológicos e até mesmo os que possuíam estes recursos, adinham de um sistema educacional até a instauração do processo de isolamento imposto pelas autoridades político-governamentais que os acabrunhavam de utilizar tais artifícios no âmbito escolar e viram-se em questão de menos de 10 (dez) dias obrigados a adaptarem e utilizarem efetivamente as tecnologias, seus recursos de comunicação para diminuir o distanciamento e trazer para si a responsabilidade de utilizar, aprender, aprimorar e gerir o que antes lhes era proibido.

É fato que a utilização do celular, em sala de aula, já vinha se tornando uma realidade quando o professor aplica atividades que extrapolam o universo do livro didático, do quadro “negro” e permite ao aluno ampliar os horizontes da pesquisa, tornando-se aliado da educação. Contudo, no cotidiano, percebe-se que alunos fazem usos que vão além da proposta, se atendo mais ao mundo dos aplicativos de comunicação e compartilhamento de “informações”, como WhatsApp, Facebook, Instagram, dentre outros, que são inerentes ao convívio social fora da escola. Apresentando claramente 02 (duas) questões: a baixa utilização do equipamento para fins pedagógicos ou de caráter cultural relevante para o desenvolvimento dos alunos e a preocupante utilização desses aplicativos,

dentro da escola, como fonte de agressão, o bullying efetivo e em processo evolucionário para o cyberbullying.

Metodologicamente, este trabalho é uma pesquisa bibliográfica, documental, no qual estão sendo utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos, eletrônicos, mídias, dentre outros, na busca de informações fidedignas, de cunho científico, com a intenção de originar um texto de revisão.

A priori, identificamos a advinda originalidade para desenvolvimento desta pesquisa o fato de os envolvidos, ao buscarem por um tema atual, relevante e de elaboração de um plano de ação aplicável e benéfico na instrução de um leque de pessoas, entenderem poderão, efetivamente, instruir trazendo verdadeiramente uma transformação social atual e para as futuras gerações. Após observação ampla e irrestrita do cotidiano humano por parte dos pesquisadores, deu-se o ponto de partida para reflexionarem, definirem o tema e averiguarem a necessidade de ações de combate ao cyberbullying no meio educacional, onde desperta, firma-se e vem apresentando uma crescente ocorrência em meio a toda situação de obrigatoriedade de uso das mais distintas ferramentas tecnológicas e sociais sem contato humano face a face. Os pesquisadores sobre o assunto cada vez mais estão impelidos a aprofundar e analisar seus conhecimentos neste campo de atuação do profissional do magistério a fim de mediar, remediar e até mesmo impedir que tais fatos comecem ou tenham consequências catastróficas dentro e fora das vivências de ensino-aprendizagem, sejam elas presenciais, remotas ou totalmente em ensino a distância.

COVID-19 O VÍRUS DO ISOLAMENTO SOCIAL FÍSICO

Todos os seres humanos nas mais variadas e diversificadas localidades globais com recursos tecnológicos de comunicação estavam em crescente ascensão, adaptação, efetivo uso de seus recursos e imersão efetiva ao uso de seus recursos na interação social no espaço virtual. O vírus denominado COVID-19 veio apenas para agilizar este processo de evolução-revolução humana. Apresentamos a seguir alguns dos conhecimentos básicos sobre esse mal que propagou a necessidade humana de migrar e utilizar o quanto antes as ferramentas tecnológico-

comunicativas para evitarem contágio pela enfermidade e também sentirem-se aceitos pelos seus companheiros sociais no início, em meio ao processo de contaminação e que com certeza permanecerá após sua passagem, evoluímos pela dor e pelo amor literalmente.

De acordo com o Ministério da Saúde (2020), os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV.

Corroborando na especificação do vírus, Duarte (2020) explana que o surto de uma doença ocasionada por um novo coronavírus e caracterizada por desenvolver pneumonia, foi relatada em Wuhan, província de Hubei, China (HUANG et al, 2020; LI et al, 2020). O Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV) adotou síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) como nome para o novo vírus causador da COVID-19 (GORBALENYA et al, 2020; WHO, 2020).

O Ministério da Saúde Brasileiro (2020) ainda informa que a transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de toque do aperto de mão contaminadas; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc.

Conforme apontado por BARRETO et al (2020), é insuficiente o conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de propagação, disseminação e capacidade de provocar mortes em populações, principalmente as mais vulneráveis, o que gera incertezas quanto à escolha das melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em todas as diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios que se apresentam são superiores, devido às características de transmissão da Covid-19 num contexto de grande desigualdade social e demográfica, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso constante à água, em situação de aglomeração e com alta prevalência de doenças crônicas.

Neste contexto, o que nos deixa alarmados são as condições mínimas que muitos brasileiros e pessoas de outras nacionalidades

enfrentam em busca da subsistência e sobrevivência, em um cenário de desigualdade social exacerbada e de forma repentina e ainda terem que se inserirem em um mundo de tecnologias e acessos virtuais até então totalmente inacessíveis. São tempos catastróficos, pois estão gerando um cenário de maior vulnerabilidade, acentuação da queda de riqueza dos menos favorecidos, se é que podemos afirmar que estes possuíam algum bem palpável além do seu trabalho em busca de alimentos e de atender de fato suas necessidades básicas, necessidades estas que geram a maior taxa de letalidade e propagação do vírus, pois muitos estão desprovidos de uma premissa essencial à contenção da carga viral do COVID-19, o saneamento básico.

É de suma importância destacar que a letalidade pela COVID-19 é determinada tanto pelas características intrínsecas dos indivíduos infectados (idade, doenças prévias, hábitos de vida) quanto pela oferta/disponibilidade de recursos terapêuticos (leitos hospitalares, equipes de saúde, ventiladores mecânicos e medicamentos). Por essa razão, a análise da letalidade deve levar em consideração essa combinação de fatores. Notifica que as diferenças espaço temporais na letalidade por COVID-19 entre os estados brasileiros podem refletir desigualdades sociais, econômicas, culturais e estruturais. Nesse sentido, não há uma solução única para todo o país, mas as políticas devem observar as singularidades regionais SOUZA (2020).

COVID-19 IMPACTANDO A INDÚSTRIA 4.0

A efetiva automação industrial prevista para alguns anos ou até mesmo décadas teve seu florescimento e avanço precoce devido à necessidade de implantação em pronto decorridas do fator de preservação da vida humana ser um marco, evitando assim a propagação do vírus COVID-19 a um número exacerbado e desmedido de pessoas no globo terrestre. A valoração da vida sobrepôs necessidades políticas e individuais. A humanidade está passando por uma fase de maior contato emocional através dos meios de comunicação, mídias sociais e todos os recursos aos quais conseguir lançar mão para saírem mais unidos tecnologicamente, unidos em compartilhamento de saberes e pesquisas científicas. A premissa é que possamos educar os jovens e nos reeducar com a finalidade de utilizar todas as ferramentas e tecnologias ao nosso

alcance para disseminar informações e realizar o bem para a maior parcela de pessoas que consigamos alcançar.

PASSOS (2020) salienta a importância de destacar que, segundo a CNI (2016), “o conceito de Indústria 4.0, contudo, vai além da integração dos processos associados à produção e distribuição, envolvendo, também, todas as diversas etapas da cadeia de valor”. Essas etapas, segundo a CNI (2016), “compreendem do desenvolvimento de novos produtos, como projeto, desenvolvimento, testes e até mesmo a simulação das condições de produção até o chamado período pós-venda”. Afirmando com isso que a incorporação da digitalização na atividade industrial permitiu a integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, criando os chamados sistemas ciber-físicos e viabilizando o emprego da inteligência artificial (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2016).

Em estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) referentes aos Desafios para a Indústria 4.0 no Brasil (2016), as principais tecnologias habilitadoras por trás dessa indústria 4.0 compreendem os seguintes meios e materiais: a internet das coisas; o big data; a computação em nuvem; a robótica avançada; a inteligência artificial; novos materiais; e as novas tecnologias de manufatura aditiva (impressão 3D) e manufatura híbrida (funções aditivas e usinagem numa mesma máquina), deixando explícito no momento de isolamento social decorrente da situação global vivenciada com a proliferação do vírus em nível alarmante e pandêmico, que a indústria 4.0 está muito além dos saberes e utilização das classes sociais menos favorecidas e, ao mesmo tempo, que toda a sociedade global correu contra o tempo para colocá-la em tempo recorde em funcionamento.

Os negócios tiveram que ser automatizados, as vendas realizadas através dos mais diversificados meios e recursos sociais, a tecnologia foi implantada e colocada em uso de maneira abrupta. Médicos começaram a realizar consultas através de consultórios virtuais, tivemos a implantação de aplicativos em Android ou até mesmo somente um link, virtual, para dar um diagnóstico de possível contaminação pelo novo coronavírus. A maioria das vendas passaram a deixar o ambiente de lojas físicas, reduzindo, com isso, os empregos e as cargas horárias e obrigações fiscais e trabalhistas impostas a estabelecimentos onde as pessoas iam

pessoalmente realizar suas compras. Nos adaptamos ao nosso novo e permanente dito “novo normal”, a 4ª (quarta) Revolução Industrial foi instaurada e a necessidade de progresso e sobrevivência foram tão imediatas que deixou pouco espaço para questionamentos, ocorreram as implantações tecnológicas e de comunicação necessárias onde as empresas que não se adaptaram já encerraram suas atividades ou estão caminhando para este fato inevitável.

O ambiente escolar também incluso neste processo revolucionário já cambiava para o ensino a distância. Com o novo normal, primeiramente tiveram um curto espaço de tempo para se adaptarem, modernizarem, reverem seus conceitos pedagógicos, aderirem à realidade imposta por motivos de saúde e muitos recursos que antes eram extirpados da sala de aula tornaram-se essenciais para a sobrevivência do processo ensino aprendizagem. Com isso, podemos dizer que sim, o meio acadêmico, seja de âmbito público ou privado, participa inquestionavelmente da quarta revolução industrial, com suas ferramentas, tecnologias, meios de comunicação, material humano e todos os demais recursos disponibilizados pela necessidade de automação, autonomia e independência nas relações humanas.

REDES SOCIAIS E PLANEJAMENTO ESCOLAR VIRTUAL

É sabido que o multiculturalismo é uma característica da sociedade atual. Saber interpretá-lo e inseri-lo em uma nova proposta curricular é desafiador, mas acredita-se que, nesse caso, seja extremamente necessário. As transformações que ocorrem constantemente na sociedade nos remete à característica do multiculturalismo, onde Moreira (2002, p.16) indica que o multiculturalismo representa a formulação de definições conflitantes de mundo social, decorrentes de distintos interesses econômicos, políticos e sociais. E no âmbito educacional, Moreira (2002, p.16) aponta que tal conceito corresponde à natureza da resposta que é dada em ambientes educativos.

A sociedade, assim, atende às necessidades de suas transformações. E como a educação é proponente de novas ideias e ao mesmo tempo atenta às mudanças de uma maneira em geral. Corroborando, Moreira (2002, p.19-20), afirma que:

O multiculturalismo proposto deve atentar para a necessidade de trocas, de estratégias dialógicas, em que ambas as partes participem como produtores de cultura e saiam com seus horizontes culturais ampliados. O diálogo das diferenças se impõe, apesar das dificuldades envolvidas em sua concretização no cotidiano das experiências educacionais. (MOREIRA, 2002, p. 19-20).

E nesse contexto, nota-se que a sociedade mudou muito nas últimas décadas. Tão logo a educação. Os recursos tecnológicos de comunicação e informação têm se desenvolvido e se diversificado rapidamente. Não se pode ignorá-los ou desprezá-los. Dessa maneira, pretende-se verificar qual o papel da escola com relação à utilização das novas tecnologias pelos alunos que chegam a causar agressões físicas, verbais e até mesmo o cyberbullying e como fazer para incorporar as novas tecnologias em prol de uma melhor educação.

Diante de tais fatos, é um grande desafio para a escola verificar as diversas manifestações nesse sentido e estar em sintonia com o seu atual momento. Trazer ao ambiente escolar a discussão sobre o assunto torna-se necessário e imprescindível, para que se conheça em que campo se pisa e quais olhares tornam-se necessários com o alunado.

Atualmente, tais assuntos têm sido amplamente abordados cientificamente e divulgados através de pesquisas. Dessa forma, a relevância teórica é determinante para balizar os conhecimentos já existentes e alinhar uma prática condizente com a realidade escolar.

A internet se popularizou e trouxe consigo as ferramentas de comunicação e, conseqüentemente, o bullying passou a ser praticado também nesse ambiente virtual. Esse “novo lugar”, definido por Pierre Levy (1999) como ciberespaço,

É um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação 3 eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. (LÉVY, 1999, p. 92)

Esse ambiente virtual pode gerar conseqüências aos seus usuários

em decorrências da má utilização. Verifica-se que o cyberbullying se torna uma modalidade de bullying e é praticado através das redes sociais.

Como trabalhar essas questões que, ao mesmo tempo em que não são do contexto escolar, acabam por se tornarem parte do nosso cotidiano? Como levar os alunos a vislumbrarem a utilização correta das redes sociais e afins? Por que ocorre a má utilização dos aplicativos e redes sociais, causando transtornos no ambiente escolar?

A comunidade escolar é composta por pessoas que têm suas individualidades, seu histórico familiar, suas diferenças, que faz da escola um espaço dinâmico e dialético, consubstanciado em relações pedagógicas e sociais: “... há muito, não é mais um palco para questões exclusivamente curriculares” (AMARO, 2017, p. 07)

Além disso, a escola deverá atuar na tentativa de verificar as causas que levam os nossos alunos à má utilização das redes sociais e aplicativos. Entender os motivos é uma tentativa de realizar as intervenções coerentes e necessárias sobre o assunto. Como o tema estudado é desafiador e inerente às transformações da sociedade em que se vive, torna-se necessário um aprofundamento nos estudos e, por consequência, sua inserção no projeto político-pedagógico da instituição. Não deve ser um estudo isolado e com ações pontuais. Necessita-se de frequência e regularidade nas inferências sobre o assunto para que não se perca o combate a uma questão tão recorrente e atual no contexto escolar e da sociedade como um todo.

Dessa forma, necessita-se verificar os motivos da má utilização das redes sociais e aplicativos que culminam em agressões físicas, verbais e virtuais entre os alunos das escolas.

BULLYING E CYBERBULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

Tornou-se essencial para entendimento do contexto cyberbullying, voltar ao conceito original do bullying para que se possa delimitar cronologicamente as ações dessas situações presentes no cotidiano escolar.

Fante (2005) define bullying como “um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outros, causando dor,

angústia e sofrimento”

Dan Olweus (1993) foi um dos primeiros a realizar estudos sobre violência no ambiente escolar. Ele desenvolveu os primeiros critérios para a identificação do bullying na escola, diferenciando-o de outras possíveis interpretações sobre o comportamento dos escolares. Em uma de suas pesquisas, entrevistou 84.000 estudantes em diversos níveis e períodos escolares, 400 professores e cerca de 1.000 pais. Através desses estudos verificou-se que, a cada grupo de sete alunos, um estava envolvido em situações de bullying (FANTE, 2005).

Fante (2005) informa que, segundo o professor Olweus, os dados de outros países sobre a ocorrência de bullying indicam que esse tipo de conduta existe com relevância similar ou superior às da Noruega, como é o caso da Suécia, Finlândia, Inglaterra, Países Baixos, Japão, Irlanda, Espanha, Austrália Canadá e Estados Unidos.

Assim, o bullying é uma ação intencional de um autor no sentido de intimidar ou ameaçar sistematicamente a vítima, causando sensação de desconforto e sem que a vítima consiga qualquer tipo de reação.

Na Cartilha organizada pelo Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre o tema do “bullying”, dentro do projeto: Justiça nas Escolas, Barbosa Silva, conceitua e explica tal prática como:

“...é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas.” (BARBOSA SILVA, 2010, P.7)

Atualmente, encontra-se uma forma diferenciada do Bullying, o Cyberbullying que está presente nas escolas e é difundido através das redes sociais e aplicativos utilizados, principalmente, em aparelhos celulares.

Interessante ressaltar que, muitas vezes, as ações de agressões chegam ao bullying virtual ou cyberbullying, conforme mostra Rodrigues

A palavra bullying tem origem na língua inglesa e faz referência a bully, que entendemos como “valentão”, aquele que maltrata ou violenta de forma constante outras pessoas por motivos supérfluos. É justamente esse ato de maltratar ou violentar o outro de forma sistemática e repetitiva que é denominado bullying. Falamos de cyberbullying, então, quando a agressão se passa pelos meios de comunicação virtual, como nas redes sociais, telefones e nas demais mídias virtuais. (RODRIGUES, 2015, p.01)

Esse novo tipo de violência, de rápida propagação em função do uso das tecnologias de comunicação e redes sociais, ultrapassou o limite da escola e se estendeu pela comunidade, para além do ambiente escolar. Nesse sentido, o bullying ganha uma nova conotação. Em função do meio e forma com que se dissemina, ganha o nome de violência virtual.

Esse conceito de violência ganha o nome de cyberbullying, através de Belsey (2004), definindo-o como o uso das tecnologias da informação e comunicação, como meio de “difamar ou apoiar de forma deliberada comportamento”. É o uso dos equipamentos, aplicativos e internet, usados no ato da violência, agora virtual.

É notório que o cyberbullying está presente no cotidiano escolar e que a escola absorve os problemas oriundos do mesmo. Observa-se discussões e brigas ocorridas nas imediações das escolas e ao se buscar a origem, fica claro que são provenientes de ameaças virtuais - “cyberbullying”, e culminavam em agressões verbais e/ou físicas.

A necessidade de intervir e ser agente ativo no combate traz questionamentos que apresentam a necessidade da discussão com a comunidade, visto que são questões que, ao mesmo tempo não fazem parte do contexto escolar, mas acabam por se tornarem parte do seu cotidiano.

Outra discussão inerente à situação é a necessidade de conscientizar os alunos a vislumbrarem a utilização correta das redes sociais e seus afins, uma vez que a má utilização dos aplicativos e redes sociais causa transtornos no ambiente escolar.

Uma possibilidade ou um caminho que se pode trilhar é o do entendimento das causas. Procurar compreender os motivos que levam os

alunos à má utilização das redes sociais e dos aplicativos no sentido de realizar intervenções coerentes e com o auxílio de todos os envolvidos: família, professores e funcionários. Abordar o assunto de forma multidisciplinar e culminar com ações e propostas concretas para a erradicação desta situação na escola também é outra possibilidade.

Faz-se necessário conhecer os motivos da má utilização das redes sociais e dos aplicativos, culminando em agressões físicas, verbais e virtuais entre os alunos das escolas, deixando claro a necessidade de se apresentar, de forma contundente, o cyberbullying, sua origem e consequências, ao conhecimento de todos.

Durante a pesquisa, buscou-se referenciais teóricos de autores renomados, portanto o trabalho se apoia na fundamentação proposta por Olweus (1993), pioneiro em sistematizar o problema do bullying de alunos realizado pelos professores, professor de psicologia que, na década de 1980, realizou o primeiro estudo sistemático de intervenção contra o bullying no mundo, no qual documentou uma série de efeitos positivos e que constam hoje no Programa de Prevenção Olweus Bullying (OBPP).

Outro autor consagrado, Pierre Levy, estudioso filósofo e pesquisador, que concentra seus estudos especialmente na área da cibernética e da inteligência artificial, ainda aborda o papel fundamental das tecnologias na esfera da comunicação e a performance dos sistemas de signos na evolução da cultura em geral.

No Brasil, Cleo Fante, em sua obra Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz, e sendo uma das principais pesquisadoras na área de bullying e cyberbullying, afirma que é nos primeiros anos escolares que podem surgir os traumas que se originam na violência sofrida tanto em casa como na escola. A autora enfatiza a necessidade de resgatar a saúde emocional da criança o mais cedo possível FANTE (2005).

CIBERESPAÇO, CIBERCULTURA, REDES SOCIAIS, CYBERBULLYING

Nota-se que a utilização da internet e, por consequências, seus mais variados recursos tecnológicos estão inseridos no nosso cotidiano. Tornando-se um fator cada vez mais comum. Já no ambiente escolar, está

mais visível nos materiais dos alunos que propriamente na utilização adequada para fins pedagógicos.

O filósofo francês Pierre Levy (1999), estudioso das relações entre internet e sociedade caracteriza ciberespaço e cibercultura como:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto a neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17)

Dessa forma, torna-se cada vez necessário que o professor se atualize e esteja atento com as possibilidades dos objetos de aprendizagens, nas suas variadas formas, e seus repositórios. Nesse sentido, poderá tratar dos problemas que são trazidos para dentro da escola através das redes sociais, aplicativos, entre outros. Nota-se que o Cyberbullying fica mais frequente entre os alunos e não podemos deixar de intervir e orientar. Verificamos em Lisboa e Wendt 2013 que:

As formas mais comuns de cyberbullying ocorrem, geralmente, através do envio de e-mails, mensagens de texto, divulgação de fotos e vídeos ofensivos, manipulação de imagens, insultos em salas de bate-papo ou em redes sociais, que podem ser anônimos e atingir um público infinito de espectadores em pouco tempo (LISBOA E WENDT, 2013, p.78)

Nota-se que o professor fica em uma situação delicada. Muitas vezes, sem tempo para elaborar um bom planejamento e outras, possui tal planejamento, mas não possui infraestrutura adequada.

E o que são as redes sociais? Para Bettio, Juliani, Juliani e Souza (2012), o termo redes sociais remete às ferramentas tecnológicas que permitem com que os relacionamentos sociais ocorram virtualmente, sem desconsiderar os indivíduos que as manipulam.

Um dentre os diversos desafios existentes é saber como utilizar

tais objetos no contexto educacional, bem como retirar a má utilização por parte de alguns alunos. É um processo de aprendizagem tanto para o corpo docente quanto para o corpo discente. Nesse sentido, é possível vislumbrar uma ligeira queda de braço entre os professores. O novo e o velho disputam o mesmo espaço e nem sempre o “novo” consegue emergir com naturalidade. Também com relevância, se encontra a necessidade de verificar a má utilização das redes sociais por parte dos alunos e como intervir de maneira adequada. Tal situação pode ser melhor esclarecida em Lisboa e Wendt:

Antes de optar por uma postura impositiva e restritiva acerca do uso da tecnologia, é mais importante intervir preventivamente. Desse modo, um ambiente escolar positivo, no qual os professores expressem apoio emocional aos alunos, pode ser muito eficaz para a prevenção do cyberbullying e, inclusive, do comportamento suicida (LISBOA E WENDT, 2013, p.82)

Mas, se verifica as vantagens da utilização de tais recursos, conforme Gimenes, Santos e Tocseck:

As vantagens de aliar os recursos tecnológicos virtuais com o ensino presencial são enormes e alinham-se à constante pressão que o professor sofre, por parte das secretarias de educação e do próprio governo, para aumentar o tempo de permanência em sala de aula, expandir a quantidade de conteúdos obrigatórios no currículo da educação básica e aprofundar mais os conhecimentos ministrados (GIMENES, SANTOS E TOCSECK, 2014, p.113)

Um bom planejamento perpassa por boas estratégias. E, na educação, é preciso pensar o “como fazer”. As estratégias pedagógicas devem facilitar as ações do professor no processo de ensino aprendizagem. Somente ele é capaz de avaliar qual é o seu tipo de público, qual a infraestrutura que possui e quais os objetos de aprendizagem que se adequam ao contexto.

O aluno passa a fazer parte do conhecimento. Para BRAGA (2014), isso comprova que a tecnologia está a serviço da educação, oferecendo novas formas de pesquisa, linguagem e materiais a serem explorados e utilizados, mas nada substitui a ação intencional, reflexiva e planejada do professor.

Mais uma vez, a tecnologia que está ao nosso dispor não se manifestará sozinha. Ela precisa ser conduzida pelo professor. Deve ser tratada de maneira adequada, bem planejada e deve ser encantadora aos alunos. É o condutor, o ator principal em um mundo com recursos de estratégias virtuais variadas. Cabe a ele inovar, e aos gestores o constante incentivo para que as inovações tecnológicas participem cada vez mais do processo de ensino-aprendizagem.

É inerente ao educador, mas não somente, saber identificar tais diferenças. Mas não é tarefa para o educador isoladamente. Conscientizar toda a comunidade escolar faz a diferença na identificação tanto de agressores quanto das vítimas.

CYBERBULLYING E CONSEQUÊNCIAS

O Cyberbullying possui efeitos que acabam prejudicando o cotidiano de suas vítimas. Uma de suas peculiaridades é o anonimato do seu agressor. Com a facilidade de acesso à internet e, conseqüentemente, às redes sociais e aplicativos, torna-se uma maneira efetiva de difamação da vítima e, causando prejuízos sociais e psicológicos negativos.

As intimidações do cyberbullying ocorrem num mundo virtual. Porém, as conseqüências se manifestam na vida das vítimas e acabam tendo danos extremamente devastadores, podendo em casos extremos culminar em casos de suicídios. Conforme relata MAIDEL (2009), dentre as conseqüências mais comuns às vítimas encontram-se:

Os prejuízos na socialização e baixa autoestima, pois a vítimas tendem a se isolar como forma de se proteger de novos ataques; prejuízos à aprendizagem, pois há uma queda na atenção da criança e quando é sabido que o cyberbullying origina-se na escola, a vítima tende a faltar às aulas (MAIDEL, 2009, p.116)

Além dessas conseqüências citadas, pode-se verificar ainda danos à saúde física e emocional da vítima, manifestadas por sintomas como: ansiedade, depressão, tristeza, estresse, medo, apatia, raiva reprimida, dores de cabeça e estômago, angústia, distúrbios do sono, perda de apetite, isolamento, dentre outros (MAIDEL, 2009).

Ainda com relação às conseqüências causadas nas vítimas, pela

prática do cyberbullying, Barbosa Silva ressalta:

“Além de a propagação das difamações ser praticamente instantânea o efeito multiplicador do sofrimento das vítimas é imensurável. O cyberbullying extrapola, em muito, os muros das escolas e expõe a vítima ao escárnio público. Os praticantes desse modo de perversidade também se valem do anonimato e, sem nenhum constrangimento, atingem a vítima da forma mais vil possível. Traumas e consequências advindos do bullying virtual são dramáticos. (BARBOSA SILVA, 2010, p. 08)

Concordando com o autor acima citado, AMARO (2017) ressalta que, devido à facilidade de acesso e velocidade de disseminação, o “cyberbullying” é tão ou mais danoso que o “bullying”, o que infere dizer que é de extrema relevância traçar estratégias na perspectiva de superar e prevenir tal violência.

Precisa-se conscientizar e envolver todos os partícipes, alunos, professores, funcionários e pais, para que essa forma de agressão virtual seja extinta do contexto escolar.

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA APLICAÇÃO PRÁTICA

Essa nova forma de Bullying, o Cyberbullying, torna-se cada vez mais frequente no cotidiano escolar. Diante dessa situação, necessita-se um olhar criterioso e crítico sobre o tema. A comunidade escolar precisa ser ouvida para que possa inferir de maneira positiva na realidade escolar. A relação entre agressor e vítima merece uma atenção especial não somente, mas principalmente no ambiente escolar, pois entende-se que seus agentes estejam desfrutando de uma via de conhecimento, e não de opressão.

O Cyberbullying, é tema de projetos de intervenção nas escolas da rede pública e privada, onde se constata aumento da utilização de aparelhos celulares por parte dos alunos e as constantes solicitações de intervenções em agressões. Na maioria das vezes, tais agressões são feitas através de redes sociais e/ou aplicativos.

Nesse sentido, este artigo trata-se de uma pesquisa-ação com revisão bibliográfica sobre o cyberbullying, as redes sociais e a escola inserida nesse contexto.

Conforme pode-se observar em DIONNE (2007), a pesquisa-ação é:

Definida como prática que associa pesquisadores e atores em uma mesma estratégia de ação para modificar uma dada situação e uma estratégia de pesquisa para adquirir um conhecimento sistemático sobre a situação identificada. (Dionne,2007, p.68)

É um caminho de troca entre pesquisador e pesquisa que favorece a troca de conhecimentos, a cooperação e uma possibilidade de intervenção na realidade vivida. Corroborando com essa ideia, verifica-se em THIOLENT(1996) que a pesquisa-ação se apresenta como:

Pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLENT, 1996, P.68)

Informar-se-á aos possíveis participantes do estudo todas as normas e regras para participação do estudo. A princípio serão colhidas as devidas autorizações, registradas, arquivadas e sem adulteração das informações. A pesquisa deve ser realizada no período aproximado de 06 (seis) meses a um ano, envolvendo professores, funcionários do quadro administrativo, alunos e pais, pertencentes às escolas da rede pública e privada. Os dados dos entrevistados, obrigatoriamente, são preservados.

Inicialmente, o tema será apresentado para a comunidade escolar em dias alternados, de acordo com a disponibilidade das escolas, com explanação do tema a fim de que todos ficassem a par do que trataria o projeto e as intencionalidades do mesmo.

A elaboração e preenchimento dos questionários ocorreram entre os primeiros 30 (trinta) dias, período inicial da pesquisa de campo.

Os dados coletados posteriormente ao preenchimento dos questionários por parte das pessoas que aceitarem participar do estudo. A partir desse momento, seguir-se-á a análise dos dados.

Foi usado o questionário, porque segundo Gil 1999, pode ser definido como:

[...]a técnica de investigação composta por um número mais

ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL 1999, p.128)

Ainda segundo o autor:

- a. As perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;
- b. Deve-se levar em consideração o sistema de preferência do interrogado, bem como o seu nível de informação;
- c. A pergunta deve possibilitar uma única interpretação;
- d. A pergunta não deve sugerir respostas;
- e. As perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez.

Presumimos com possibilidade de retiradas e acréscimos conforme verificadas as necessidades e utilidades da coleta de dados, aplicação para os alunos de um questionário com de aproximadamente 21 (vinte e uma) questões, sendo 20 objetivas e uma aberta. Para funcionários, professores e pais, a pretensão é de 14 (quatorze) questões, sendo treze (13) objetivas e uma (1) uma aberta.

O intento é buscar e verificar o conhecimento dos envolvidos sobre a valentia maliciosa utilizada nas redes sociais para inferir sofrimento dentro e fora do âmbito escolar, os motivos que levam a má utilização das redes sociais e afins que podem culminar em cyberbullying e a elaboração de um projeto institucional para tratar o tema, versando sobre suas implicações familiares, sociais, culturais, religiosas, políticas, econômicas dentre os mais diversificados ambientes que possa chegar essa difusão de informação para edificar-nos enquanto seres racionais que somos.

ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, foi apresentada uma abordagem teórica sobre o bullying, e o cyberbullying, seus conceitos, características e as formas como eles podem ocorrer. Em seguida, é realizada uma reflexão sobre as consequências advindas do cyberbullying. Logo após, é apresentado um estudo sobre a intervenção realizada, analisando-a sob a luz do material teórico apresentado. Ao final, é apresentada uma conclusão sobre o cyberbullying no ambiente escolar, onde se verifica a necessidade de

informar para prevenir e intervir no sentido de minimizar tais ações no cotidiano escolar.

Sendo assim, o assunto não deve ser abordado apenas em um momento específico. Necessita ser explorado, entendido e tratado de maneira informativa e coerente, recebendo a devida atenção por parte de professores para que não se torne algo “normal” no ambiente escolar.

Conforme verificado em FANTE (2005), a autora nos mostra que a falta de conhecimento sobre o bullying por parte dos funcionários escolares é um fato comum na maioria das escolas.

A escola é um ambiente de aprendizagem e preparação para a vida individual e coletiva, e como tal deve manter-se atenta a todas as possibilidades possíveis com relação aos acontecimentos inerentes ao ambiente escolar. O cyberbullying é uma demanda que está inserida no atual contexto da sociedade e que causa dano ao processo evolutivo do aluno, formando barreiras psíquicas que podem comprometer o aprendizado discente.

Dessa forma, vislumbra-se uma escola capaz de receber e absorver os diversos problemas inerentes aos seus alunos e oferecer-lhes soluções cabíveis a cada situação.

Estar atento a qualquer mudança de comportamento é uma maneira de prevenção ao cyberbullying. A informação sobre o assunto auxilia os professores e funcionários a manter o olhar acurado sobre os alunos. Estes deverão estar atentos aos vários sinais emitidos pelos agredidos, que mudam por completo o comportamento na sala de aula, até mesmo na relação interpessoal com os colegas.

É sempre importante lembrar que a prevenção ainda é a melhor aliada nesses casos. Informação e prevenção são os principais aliados na proposta de uma escola atenta aos acontecimentos de cyberbullying.

Dessa maneira, a escola deverá procurar atuar sempre na promoção da conscientização dos seus alunos, professores, pais e funcionários através de palestras, debates, filmes, seminários, exposições, no sentido de informar e conscientizar a todos sobre as consequências das ações do cyberbullying.

Somente o combate diário ao tema pode incutir ações preventivas nos atores envolvidos nesse processo. Promovendo o estudo, a análise,

suas consequências e, principalmente, a prevenção sobre o cyberbullying, a escola se tornará fonte propagadora de exclusão da ação que gera constrangimento nas experimentações humanas, buscando aplicar técnicas, conhecimentos, práticas psicopedagógicas e incrementando metodologias com o intuito de extirpar essa vivência no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de intervenção, o desenvolvimento da pesquisa, o desdobramento do projeto, a aplicabilidade de intervenção a ser realizada terá como ponto de partida a boa aceitação entre todos os agentes envolvidos no ambiente escolar de comum acordo em participar do estudo proposto. Uma hipótese levantada e priorizada será o entendimento dos motivos que levam os alunos a praticarem o cyberbullying. Entende-se que a pesquisa deve buscar verificar esses motivos, uma vez que os infratores, ou seja, os agressores virtuais muitas vezes mantem-se no anonimato.

Outra hipótese seria abordar o assunto através de um projeto que envolvesse o maior número de disciplinas possíveis e culminar com ações e propostas concretas para a erradicação desta situação na escola. Essa hipótese foi confirmada e a mais adequada para a escola estudada. O tema da pesquisa é incorporado no Projeto Político Pedagógico uma vez que busca o bem estar da comunidade escolar, destacando que ocorrerá seu desenvolvimento e efetiva aplicabilidade mediante a eminente relevância e aceitação por parte de todos que se voluntariarem a participar do estudo.

Podemos verificar através de observação social que muitos dos estudantes da rede pública ou privada já possuem acesso às redes sociais, aplicativos, entre outros, tendo em vista que conseguem responder positiva ou negativamente, podendo afirmar se já foram vítimas do cyberbullying, ou seja, possuem acesso à internet, quer seja via aparelho celular, computador, notebook e afins. Com relação aos objetivos específicos, o caminho de se introduzir um projeto institucional para informação e tratamento do assunto não somente de uma maneira isolada, mas sim a escola como um todo, é uma realidade concreta das escolas passíveis de estudo.

Dessa forma, corroborando com a minimização da degradação física-emocional das pessoas, de uma maneira clara, ou seja, diminuindo o

acometimento dos casos no ambiente escolar e seus arredores do bullying em qualquer aplicabilidade que no momento vem aumentando sua incidência nas mídias sociais tendo por derivação o nome de cyberbullying e a criação de um projeto institucional para tratar o tema. A intervenção proporciona conhecimento para professores, funcionários, pais e alunos sobre o tema, preparando o ambiente escolar para outras atividades que desestruturem o bullying virtual.

A conclusão desta primeira fase do trabalho, de cunho bibliográfico, a partir de todo momento vivenciado atualmente, pandemia, isolamento social, COVID-19, revolução industrial indústria 4.0, robótica, inteligência artificial, redes sociais, mídias sociais, dentre outros, a necessidade de conhecimento, análise e entendimento que o cyberbullying é uma situação social presente no cotidiano escolar tanto dentro como fora do mesmo.

É inerente e urgente que a escola trabalhe e intervenha de maneira conscientizada a comunidade escolar. É o caminho viável que a mesma possui para “enfrentar” tal situação.

Verificamos a necessidade e importância do papel da escola, seus agentes e atores em continuar informando e discutindo sobre os assuntos que geram problemas no cotidiano escolar visando a prevenção e o melhor convívio de todos, alcançando horizontes cada vez mais longínquos assim como acontece com as novas metodologias aplicadas ao ensino, utilizando a internet para propagar educação a áreas inimagináveis até o início do processo de isolamento físico e encurtamento das distâncias no meio virtual, conseqüentemente voltar ao nosso novo normal tornando-o um ambiente único, prazeroso, aconchegante enfim o ambiente onde teremos ânsia de ser agentes ativos de transformação social.

Ainda que sejam grandes os desafios impostos na construção de estratégias capazes de minimizar os efeitos da violência nas relações e nos indivíduos, gerados pela prática do “cyberbullying” nas escolas, faz-se imprescindível que haja uma visão crítica e reflexiva por parte da escola, na perspectiva de proporcionar a esses autores e vítimas a oportunidade de superação e transformação ao se tornarem protagonistas de sua história, principalmente na atipicidade do atual cenário da pandemia mundial provocada pelo COVID-19.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, 170p.

BARBOSA SILVA, A. B. Bullying: Cartilha 2010 – Projeto Justiça nas Escolas. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2010.

BARRETO, Mauricio Lima et al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?. 2020. Disponível: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200032/>. Acesso 04 out. /2020

BELSEY, B., (2004). What is cyberbullying? - Web page - Bullying.org Canada Incorporated Disponível em: <http://www.cyberbullying.ca/pdf/Cyberbullying_Information.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2013.

BETTIO, Raphael Winkler, JULIANI, Douglas Paulesky, JULIANI, Jordan Paulesk, SOUZA, João Artur. Utilização das redes sociais na educação: guia para o uso do Facebook em uma instituição de ensino superior. RENOUE - Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 10, n. 3 (2012).

BEZERRA, Edson Alves. A educação e as novas tecnologias 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-e-as-novas-tecnologias/3050/>>

BRAGA, Juliana Cristina. Objetos de Aprendizagem: fundamentos e metodologia para o desenvolvimento. Santo André: Editora da UFABC, 148 p., 2014.

DIONNE, Hugues. A Pesquisa Ação para o Desenvolvimento local. Trad. Michael Thiollent. Brasília: Liber, 2007.

FANTE, Cleo. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2ª edição. Campinas. Editora Versus, 224 p., 2005.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, Solange Sard; SANTOS, Washington Romão dos;

TOCSECK, Jonathan. A utilização dos recursos EAD como apoio ao ensino presencial na educação básica, *Revista Brasileira de Ensino de C & T*, 2014.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo. Editora 34, 264 p., 1999.

LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo, WENDT, Guilherme Welter; Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 73-87, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100005&lng=pt&nrm=iso>

MAIDEL, Simone. Cyberbullying: um novo risco advindo das tecnologias digitais. *Revista Electrónica De Investigación Y Docencia (reid)*, Espanha, n. 2, p.113-119, jun. 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, Diferença Cultural e Diálogo. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, Agosto 2002.

OLWEUS, Dan. *Bullying at school: What we know and what we can do*. London, Lackwell, 140 p., 1993.

PASSOS, Luis Henrique Santos. A INDÚSTRIA 4.0: FUNDAMENTOS E PRINCIPAIS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 2, p. 53-63, 2020.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. “Cyberbullying”; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/cyberbullying.htm>>.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1996.

MUDANÇAS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO MÉDICA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO MÉDICA E AUMENTO DO MERCADO EDUCACIONAL

Victor Santiago Rodrigues de Moraes Resende

Mestre em Saúde Pública
Professor ISEIB
resendevictor1@gmail.com

Gustavo Chaves de Souza

Acadêmico de Medicina
chvsgustavo@gmail.com

Pedro Henrique Ribeiro da Costa

Acadêmico de Medicina
phribeiroc@gmail.com

Com um aumento crescente da população, número de universidades e do nível educacional dos brasileiros, o ingresso no ensino superior tem se expandido consideravelmente. Arelado a essas variáveis, a criação da internet ressignificou o método tradicional e estabeleceu novas modalidades de aprendizado, o que ampliou o acesso e a maneira de se entrar em contato com a educação em todas suas esferas. Entretanto, o sistema com o qual tem-se presenciado, nos últimos anos, diverge bastante do encontrado no decorrer da história brasileira.

A educação médica, alvo deste estudo, tem em suas bases, raízes que datam desde antes da era cristã. Sendo que um dos acontecimentos que tem muita relevância, hoje, no mundo hodierno, é a atuação de Hipócrates, considerado o pai da medicina, que obteve seu prestígio na análise sistemática e controle de uma epidemia que assolava a cidade de Atenas. Até então, seu discurso é proferido por formandos médicos, com a finalidade de manter princípios estabelecidos por ele. Apesar da história médica ser tão longa, será analisado apenas sua formação, seus

desdobramentos e suas perspectivas futuras no Brasil.

A prática médica no Brasil nem sempre esteve embasada em uma atividade especializada. Sendo assim, seu embrião representa a história de todas as formações voltadas aos cuidados em saúde e cura propriamente dita. Dessa maneira, em consequência dos obstáculos de aquisição de conhecimentos técnico-científicos nesse período e deficiência na habilitação e regulamentação dos profissionais da área, até o ano de 1808, os denominados feiticeiros, entusiastas, cirurgiões e físicos compartilhavam da mesma atuação profissional rudimentar utilizada pela população da época (GONDRA, 2002, p. 24 e 29 apud PEREIRA 2012, p. 159-160)

As primeiras escolas de formação de profissionais de nível superior, em solo brasileiro, foram da grande área da saúde e datam sua fundação no século XIX, no ano de 1808, com a chegada da família real portuguesa. Esses cursos foram criados com a intenção de atender unicamente as necessidades da família real, sendo assim, em princípio, não vislumbravam atender as demandas da colônia. Nesse ano, a escola de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, e a escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, foram estabelecidas (MARTINS, 2002). Em 1822, após passar para a categoria de Reino, o Brasil rompe suas relações com Portugal, tornando-se politicamente independente. Entretanto, apesar dessa grande mudança, a configuração do sistema de ensino superior estabelecida não sofre transformações, haja vista que a alta sociedade da época não via vantagens na expansão das universidades (TEIXEIRA, 1969).

Consoante Lampert (2008) a partir do ano de 1866, a medicina brasileira passa por uma evolução ao iniciar sua própria produção científica. Antes desse ano, todos os conhecimentos eram advindos do exterior, o que fez com que, durante esse período, a medicina do Brasil fosse tida como pré-científica. Com essa inclusão, institutos de pesquisa, hoje famosos, como o Butatã, se instauram, e pesquisadores como Osvaldo Cruz, Carlos Chagas e Adolfo Lutz, passaram a desenvolver contribuições bastante relevantes para a saúde pública do país. Até o final do século XIX, o ensino superior também passa por expansão, sendo criada mais uma faculdade de Medicina em 1897.

Sete anos antes da terceira faculdade de Medicina ser criada, ocorre, em 1890, a promulgação do Decreto n.791, que torna o ensino da Enfermagem oficial no Brasil, com a finalidade de preparar profissionais para trabalharem em hospitais e hospícios. Nesse mesmo ano, foi criada a primeira escola de Enfermagem do país, a Escola Alfredo Pinto, em que médicos a dirigiam e supervisionavam o ensino. Todavia, em muitas bibliografias, pode-se encontrar a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) como pioneira no ensino da Enfermagem nacionalmente. Isso se deve ao fato de que, em uma reunião do Conselho Internacional de Enfermeiras, feita em 1901, a representante brasileira, Jane A. Jackson, não citou a existência da escola supracitada, criada em 1890 (GALLEGUILLLOS; OLIVEIRA, 2001).

Nesse aspecto, a Enfermagem moderna iniciou-se em 1923 com a fundação da Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), mediante sistematização da Organização do Serviço de Enfermeiras do DNSP. Essa escola foi inaugurada com a finalidade de formar profissionais que pudessem manter o saneamento urbano e, assim, controlar o quadro de epidemias que o Brasil lidara e que desestruturava sua conjuntura de comércio internacional. Enfermeiras da fundação Rockefeller foram enviadas ao Brasil com a finalidade de ordenar o serviço de enfermagem de saúde pública e coordenar o que seria em 1926 a Escola de Enfermagem Anna Nery (GALLEGUILLLOS; OLIVEIRA, 2001).

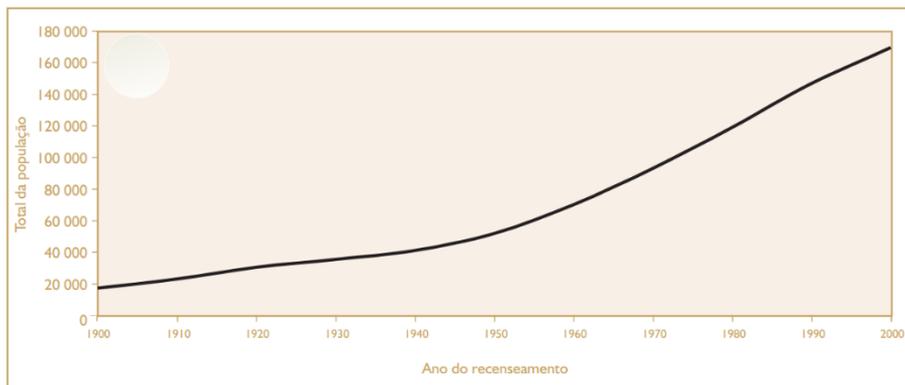
Em consonância com a consolidação do ensino superior nacional, o século XX gera transformações que evidenciam um crescente desenvolvimento do ramo. A ciência e a tecnologia se desenvolvem muito nesse período, o que fez com que as áreas de conhecimento e as especialidades médicas se ampliassem. Com apenas três escolas médicas até então, a partir da segunda década do século XX outras cinco são criadas. E com a criação da Faculdade de medicina de Niterói, somam-se um total de dez escolas de medicina, distribuídas da seguinte maneira: com 5, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Nordeste com 2, localizadas na Bahia e Pernambuco, Norte apenas com 1, no estado do Pará, e Sul com 2, distribuídas no Paraná e Rio Grande do Sul. (LAMPERT, 2008; AMARAL, 2007)

Ainda de acordo Amaral (2007), as escolas criadas até então,

possuíam em comum o fato de todas estarem localizadas nos grandes centros urbanos, nas capitais de cada um dos respectivos estados citados, sendo que nenhuma possuía como localização o interior brasileiro. É importante salientar que, nesse período, a cidade de Niterói era considerada a capital do estado do Rio de Janeiro, enquanto a cidade do Rio de Janeiro detinha o título de capital do Estado brasileiro. Outra característica é que o ensino médico estava totalmente controlado pela esfera pública, não restando presença do setor privado na educação dessa área. A formação do ensino médico privado deu seus primeiros passos, apenas a partir do ano de 1950, sendo que em seis anos, já contava com 3 escolas médicas privadas, duas em capitais; no sudeste e nordeste, e uma no interior do sudeste.

Já a Odontologia, foi praticada de forma bastante rudimentar desde o Brasil colonial, em razão da inexistência de especialistas em cuidados odontológicos, como ocorria em Portugal e outras nações europeias. Entretanto, tem seu início como campo de conhecimento estabelecido a partir 1950. Apesar de tudo, não se deve afirmar a ausência anterior do saber em cuidado da dentição humana, haja vista que sua prática era realizada por vários profissionais denominados, até 1739, como barbeiros e/ou cirurgiões. Apenas a partir desse ano que a palavra dentista foi publicada e definida em um dicionário, do padre Raphael Bluteau, que inclusive, continha detalhes sobre a dentição humana, classificando cada um dos dentes e tipos (PEREIRA, 2012).

Gráfico I - População residente – Brasil – 1900/2000



Fonte: Sinopse preliminar do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.

Após contínuo crescimento e período de industrialização brasileira, as condições de saúde do trabalhador são colocadas em foco, somam-se fatores de crescimento populacional, haja vista que desde o início do século até seu fim houve um aumento de, aproximadamente, 153 milhões de habitantes, como pode ser analisado pelo gráfico I de censo demográfico da população brasileira, durante o século XX. Esse “boom” populacional fomentou o crescimento da área da saúde devido à demanda por mão de obra para atender uma população que se expandia cada vez mais, o que fez com que mais escolas fossem abertas, tendo um total de 113 escolas médicas até o final do século XX (LAMPERT, 2008).

Em relação à humanização da área, percebe-se um distanciamento da relação profissional-paciente. Se antes a falta de tecnologias para tratamento e diagnóstico fazia com que houvesse uma tênue relação de acompanhamento da evolução do paciente e conseqüente observação, as mudanças sociais, culturais e tecnológicas estreitaram esses laços. O desejo e o prazer do cuidar passam a ser algo predominantemente distante e entra em cena um viés tecnicista da prática, com o passar dos anos, o que mais tarde implicará na tentativa de mudança dos currículos não apenas da saúde, mas de outras áreas com fim de trazer novamente à tona esses aspectos perdidos (RIOS, 2008).

Apesar do grande crescimento do número de escolas médicas, no século XX, em especial, na década de 1960, verifica-se um período de desaceleração em consequência de um crescimento rápido e desordenado, notificado mediante alertas que sinalizavam uma ampla deterioração da qualidade do ensino ofertado. No entanto, novamente, em consonância com as demandas, na década de 1990, emerge, outra vez, uma tendência de abertura de novas escolas e ampliação de vagas que perpassa para o novo século XXI. Com isso, questões relativas às condições do ensino-aprendizagem continuam sendo alvo de preocupação das instituições e estudiosos, com enfoque especial na qualificação do quadro de docentes. Essa preocupação vem da responsabilidade da escola de formar um profissional que possua os requisitos em termos de conhecimento, atitudes e responsabilidades necessárias para atender com qualidade a população (LAMPERT, 2008).

Em se tratando da grande área da saúde e bem estar social,

segundo censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), até o dia 30 de Abril de 2000, último ano do século XX, somavam-se 1142 vagas em cursos de graduação presenciais nessa área de conhecimento e um total de 26 tipos de cursos. Isso, por sua vez, representa, em comparação com o anterior século XIX, um enorme crescimento e diversificação da área, haja vista que, a partir do embrião da formação em saúde no Brasil, instaurada pelas escolas de Cirurgia e Anatomia, foi gerada uma gama diversa de subespecializações profissionais em saúde, à medida que novas necessidades foram geradas pelo aumento populacional e pela criação de novas tecnologias e descobertas na área.

Por conseguinte, vale salientar que, com o grande avanço na área das tecnologias de comunicação e desenvolvimento da sociedade, mais pessoas puderam ter acesso à educação, e esta, por sua vez, passou a ter um viés globalizado. Essa característica apesar de possibilitar benefícios como a crescente introdução de tecnologias na esfera de ensino-aprendizagem, também ressignificou o cerne da educação ao transformá-la em instrumento do capital, acarretando uma gradual comercialização desse setor. (OLIVEIRA, 2009)

A educação superior privada, desde o seu princípio, se desenvolveu de maneira intensa com o passar dos anos, chegando a superar com rapidez o número de universidades públicas e, conseqüentemente o número matrículas nestas. Em termos numéricos, de acordo o INEP, no ano de 1993, 59% das matrículas nos cursos presenciais em nível superior estavam na esfera privada de educação e, após duas décadas, no ano de 2013, a participação privada já havia evoluído para 71% do total de alunos matriculados em cursos de ensino superior. Desses dados, quatro entre os dez cursos com os maiores números de matriculados eram da área de saúde e bem estar social, sendo eles: Enfermagem, Farmácia, Psicologia e Fisioterapia, segundo o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), 2015 (FRANCO; POZ, 2018).

É fato que o ensino superior privado reconfigurou a esfera educacional e trouxe muitas mudanças para esse setor, possivelmente, sob influências de regulamentações, modelos de expansão e inserção de

muitos mecanismos de mercado, como a introdução de grandes agrupamentos econômicos que trouxeram um viés mercadológico para o setor. Não obstante, apesar dessas problemáticas, o desenvolvimento da educação propiciou a sua democratização, aumentando o acesso a muitos brasileiros tanto no ensino em saúde como no ensino como um todo. Já que, como notado nos cursos em geral, diversos cursos de saúde, já desde o início da década de 1990 detinham a maior parte das matrículas em instituições privadas (FRANCO; POZ, 2018).

Nesse crescimento da educação, a participação e desenvolvimento do ensino à distância (EAD) tem significativa presença na expansão das graduações em saúde. Analisando o quadro geral do período de 2003 a 2013, o número de matrículas nessa modalidade de ensino, aumentou do ano inicial desse período até o último, em mais de um milhão e quinhentas mil matrículas, tendo, portanto, um aumento substancial de cerca de 3000% segundo o Inep (2013).

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a educação a distância corresponde a uma modalidade de ensino-aprendizagem pautada na utilização de artifícios tecnológicos para conexão de docentes e discentes em meio virtual, devido à separação física e temporal. Essa modalidade educacional é respaldada por uma legislação, definida oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, específica e está presente nas esferas básica e superior de educação.

Ao longo do tempo, surgiram diversos conceitos de educação a distância e todos os autores compartilhavam de pontos em comum. No entanto, cada autor ressalta alguma característica em especial. Dessa forma, vale salientar (BERNARDO, 2009):

- o conceito de Holmberg em 1977, que salientava a diversidade das maneiras de estudo.

O termo Educação a Distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A Educação a Distância beneficia-se do planejamento, direção e instrução

da organização do ensino.

- a separação física e o uso de tecnologias de telecomunicação são características ressaltadas no conceito de Chaves, em 1999.

A Educação a Distância, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o orientador e o aprendente estão separados, no tempo ou no espaço. No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador.

Foi no século XVIII, no ano de 1728, que se deu início ao método de ensino que pode ser classificado como educação a distância, sendo originado por um curso, que era fornecido pela Gazeta de Boston, onde o Prof. Caleb Philipps, de Short Hand, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Posteriormente, diversas iniciativas particulares foram surgindo, realizadas por vários professores (ALVES, 2011). Portanto, esse acontecimento pode ser considerado o marco inicial da educação a distância, possuindo uma grande importância para a humanidade.

A história da educação a distância no Brasil, no entanto, teve os primeiros registros somente no século XX, dois séculos depois de seu surgimento na Europa, devido ao iminente processo de industrialização. Dentro desse contexto, a educação a distância surgiu com o objetivo de atender à demanda por trabalhadores. O primeiro relato ocorreu, em 1904, quando o Jornal do Brasil registrou nos classificados, um anúncio que oferecia profissionalização por correspondência para datilógrafo. Posterior a esse acontecimento, foi possível estabelecer diversos marcos históricos, como em 1923, quando teve início a educação a distância por meio do rádio, devido ao grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto, que criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, oferecendo cursos de português, francês e telefonia, por exemplo. Já em 1947, foi criada a Universidade do Ar, sendo patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e pelo Serviço Social do

Comércio (SESC), com o intuito de oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam por meio de apostilas e corrigiam os exercícios com os monitores. A experiência durou 14 anos; entretanto, a experiência do SENAC com a Educação a Distância continua até hoje, logo, pode-se comprovar que é um método consolidado e efetivo (ALVES, 2011).

Vale ressaltar que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação à Distância (SEED), comportava-se como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, promovendo a integração das tecnologias de informação e comunicação, e das estratégias de educação à distância aos métodos didático-pedagógicos. Ademais, promovia a pesquisa e o desenvolvimento, voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

Existem diferentes modos de efetuar a educação a distância e, conforme a abordagem utilizada, pode ser que contribua ou não para o processo de construção do conhecimento. Segundo o José Armando Valente (2014), existem três tipos de abordagem de ensino a distância, que apresentam semelhanças e diferenças entre si, possuindo, portanto, diferentes graus de efetividade para o aluno.

Sendo assim, na abordagem conhecida como “broadcast”, o professor organiza a informação em uma sequência que é enviada ao aluno, por meio de recursos tecnológicos, por exemplo, a Internet. Nesse caso, o professor armazena o conteúdo, em um servidor e os alunos acessam o conteúdo e as atividades por meio da Internet. O importante nessa abordagem é que o professor não interage com o aluno e, portanto, não sabe se a informação está sendo compreendida ou assimilada pelo discente. No outro extremo desse espectro, existe a abordagem denominada de “estar junto virtual”, que significa criar condições para o professor “estar junto” ao aluno, vivenciando e auxiliando-o a resolver seus problemas, indo além do curso realizado a distância, porque a informação fica disponível e torna-se possível verificar se a informação foi de fato compreendida.

Além dessas duas já levantadas, existe uma terceira abordagem, intermediária, a “escola virtual”, no qual o processo educacional é

centrado no professor, que detém a informação e transmite para o aluno. Entretanto, nessa abordagem existe interação entre o aluno e o professor, que é feita pela Internet não só para o professor, mas também para o aluno enviar informações. Dessa forma, o docente transmite o conteúdo ao aluno que recebe e o processa, convertendo-o em conhecimento. Com o intuito de verificar se a informação foi realmente processada, o professor pode apresentar ao aprendiz situações problema, em que ele usa as informações fornecidas para resolver.

Ao ser questionado se vale ou não a pena a graduação por meio do ensino a distância, não existe uma resposta simples e direta. A resposta pode ser positiva ou negativa, depende do que é o mais compatível com a realidade de quem a procura, analisando os seus objetivos, suas expectativas e seu perfil. Dentro desse contexto, existem vantagens e desvantagens do ensino à distância.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as desvantagens, como, as distrações sofridas pelo aluno caso o local de estudos não seja adequado, já que o aluno pode sentir dificuldade em focar quando não está em um ambiente estudantil. Além disso, o aluno tem uma necessidade de se comprometer e planejar superior ao de um curso presencial, posto que é o aluno quem decide quando vai assistir às aulas e quando irá realizar as atividades. Caso o aluno se dedique pouco, o seu desempenho será prejudicado, mas se exagerar e não estabelecer horários para estudo e descanso adequados, pode se sentir sobrecarregado.

Em segundo lugar, vale destacar as vantagens, como as mensalidades mais baratas, quando comparadas ao ensino presencial, uma vez que as instituições de ensino conseguem eliminar alguns custos por não precisarem ter uma estrutura física e, conseqüentemente, repassam a economia aos alunos, além de escalarem a quantidade de participantes. Ademais, possui maior flexibilidade de horários e localização, quando comparado com o ensino presencial, dado que os professores expõem os conteúdos ao vivo em um determinado horário e esse material é disponibilizado para que os alunos possam acessar em outros horários. Dessa forma, cada aluno pode assistir às aulas no horário e no local que desejarem. Todavia, é importante ser dito que os cursos possuem a mesma validade das faculdades presenciais, sendo garantido pelo Ministério da

Educação (MEC), por meio do Decreto 5.622, de 19.12.2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB). Em virtude disso, o número de estudantes que optam pelo ensino à distância no Brasil aumenta cada vez mais, como pode ser constatado no gráfico do Censo EAD.BR em 2018.

Gráfico 4.9 - Evolução do total de matrículas em cursos regulamentados totalmente a distância desde 2009

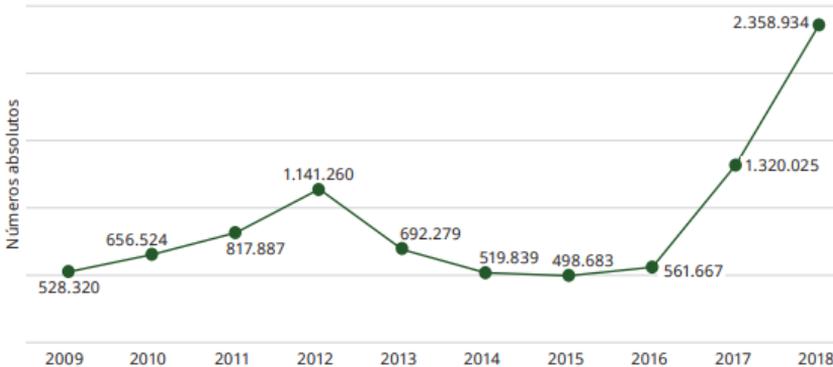
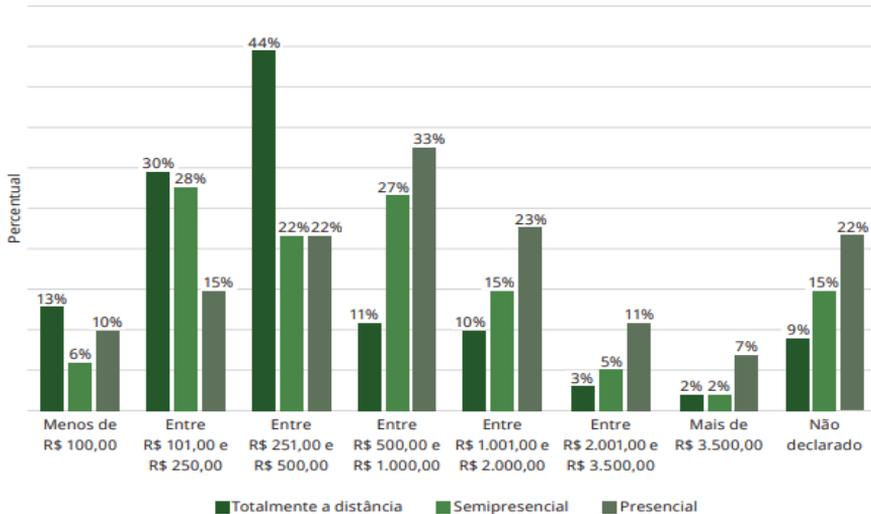


Gráfico 2.16 - Faixas de valores dos cursos totalmente a distância, semipresenciais e presenciais por mês



Fonte: BR, EAD. Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2018. Curitiba: Ibpx, 2018.

Em 2020, com o surgimento do Novo coronavírus (Covid-19), a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a disseminação comunitária, em todos os continentes, caracteriza uma pandemia. Situação que provocou inúmeras transformações em diferentes setores da sociedade, dado que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou a quarentena e o isolamento social nos países afetados. Dessa forma, uma solução adotada pelas instituições ensino básico e superior, com o intuito de evitar a aglomeração de pessoas e, conseqüentemente, a disseminação do vírus, foi aderir a educação a distância, já que não existe uma previsão exata para o término das medidas de distanciamento social e os alunos não podem ficar sem aulas. Dentro desse contexto, o uso de recursos tecnológicos se faz extremamente necessário.

O Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de amenizar as conseqüências da quarentena, autorizou as escolas da educação básica e as instituições de ensino superior distribuir carga horária de 800 horas em um período diferente aos 200 dias estabelecidos por lei, por meio da Medida provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020. Além disso, a medida também autoriza que a instituição de educação superior poderá abreviar a duração dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, desde que o aluno, cumpra no mínimo setenta e cinco por cento da carga horária do internato do curso de medicina e nos cursos de enfermagem, farmácia e fisioterapia, cumpram no mínimo setenta e cinco por cento do estágio curricular obrigatório (BRASIL, 2020).

Ademais, o Ministério da Educação (MEC), mediante a portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020, autoriza, enquanto durar a situação de pandemia do Covid-19, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais. E especificamente para o curso de Medicina, fica autorizada a substituição apenas das disciplinas teórico-cognitivas do primeiro ao quarto ano do curso e ao internato (BRASIL, 2020).

MÉTODOS TRADICIONAIS DE ENSINO

O método de ensino tradicional tem sido utilizado por décadas

para a formação de profissionais na área da saúde, fazendo com que os discentes e docentes tenham maior facilidade de adaptação e proporcionando uma melhor relação de custo benefício relacionada à otimização de tempo na perspectiva de muitos educadores e gestores.

Gomes (2010) afirma que o ensino superior em saúde não tem inovações e tem sido alvo de críticas da comunidade acadêmica, todavia é claro que o ensino realizado desde o início do século no Brasil tem demonstrado significativos avanços e as estratégias utilizadas apresentam um aumento da capacidade de raciocínio clínico dos profissionais formados.

A apresentação das disciplinas no método tradicional segue a mesma lógica e diretrizes impostas pela maioria das instituições de ensino, seja na formação da pré-escola básica até o ensino médio. Usualmente os processos são definidos para que os alunos tenham uma carga horária determinada de disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Biologia, Química e outras. Apesar da Resolução nº 3, de 21 de Novembro de 2018 relatar que a “formação geral básica é o conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do ensino fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles”, poucas instituições de ensino médio têm o compromisso de proporcionar atividades que despertem o interesse e agucem a capacidade do aluno em buscar conhecimento de forma autônoma e dinâmica.

Apesar da influência de Paulo Freire na educação brasileira e da sua compreensão de que o professor não é detentor de todo o saber, o modelo de educação tradicional tem sido replicado de ano em ano e de docente para docente, proporcionando os mesmos erros que foram disseminados por décadas. Ademais, todas as variáveis devem ser consideradas para as análises, pois as estruturas do sistema de educação público não são capazes de resolver todos os problemas metodológicos enfrentados no cotidiano acadêmico.

A escola que é oriunda da revolução industrial foi preparada para tirar os alunos do campo e trazê-los para as indústrias, tendo como principal objetivo a garantia de um vínculo estável com o desenvolvimento

econômico, ensinando vários conceitos sem ter a confiabilidade de que serão utilizados. Essa forma de educação passiva onde o professor é detentor de todo saber e os alunos ficam à mercê do que foi planejado para o seu entendimento prioriza o processo ditatorial e acaba por desestimular o pensamento crítico e priorizar o conhecimento unilateral e vertical.

As concepções relacionadas ao ensino podem ser exemplificadas pelos termos utilizados atualmente, pois os conteúdos lecionados são denominados como disciplina, o que subentende-se uma forma rígida e autoritária de ensino, e o planejamento é determinado como grade curricular o que remete à um enjaulamento de todo o processo pedagógico e de ensino.

As avaliações ainda são feitas em caráter punitivo e os docentes motivam os alunos para obter o conhecimento uma vez que serão avaliados para que fique registrado as suas notas e consigam assim a tão sonhada aprovação. Entretanto, o conhecimento deve ser visto de outra forma ou analisado de maneiras diferentes.

As escolas modernas, principalmente o ensino superior, deveriam apresentar um indicador que avaliaria o aprendizado por hora, onde seria analisado o que o aluno aprendeu e como o conteúdo pode ser utilizado para a sua capacitação profissional frente aos diversos desafios do mercado de trabalho, e não as avaliações de forma imperativa como são feitas atualmente.

A forma de ensino deve ser repensada e as Instituições de Ensino Superior devem entender que as metodologias atuais não contribuem para uma formação interativa e com entendimentos acerca da aplicabilidade para as profissões. Na área da saúde, os estágios iniciados somente após determinada conclusão de conteúdo são vistos como benefícios, no entanto, a interatividade entre discentes e pacientes deveria acontecer a partir do ingresso na academia, tendo assim visões diferentes do processo de saúde-doença. Entenda-se que essa interação não proporcionaria tratamentos médicos aos quais os alunos ainda não tiveram acesso, todavia a convivência com os seus possíveis pacientes poderá gerar incentivo necessário para o aprendizado e compreensão daquilo que pode ser feito e estudado, mesmo que seja posteriormente a sua interação.

A pandemia gerada pela disseminação do Novo Coronavírus acelerou o processo de digitalização do velho ensino, contudo há uma necessidade de criar um ensino digital reformulado. Deve-se atentar para as diferenças entre esses conceitos, pois quando se percebe que a digitalização do velho não trás a interatividade do ensino digital conclui-se que ainda é necessária uma evolução muito grande nos processos tecnológicos.

As precárias infraestruturas de várias instituições de educação do ensino superior contribuem para que o método de ensino tradicional não seja alterado, uma vez que as racionalizações das estratégias de aprendizado ficam mais fáceis de compreensão tendo sempre como orientação o que já foi lecionado ao longo dos ensinos fundamental e médio.

As primeiras reformas das escolas médicas do início do séc XIV, que nessa altura passaram a ser denominadas Academias Médico Cirúrgicas, ampliaram os curso de medicina para cinco anos, contudo a forma de ensino que era perpetuada pela severa mão do império, para o até então Brasil colonial, manteve sua estrutura até a intervenção de D Pedro I que concedeu o direito de diplomar seus alunos e dando assim surgimento aos doutores das escolas nacionais. (GONÇALVES, 2008)

De acordo com Silva (2004, p 112) “Os serviços ou campos de estágio devem apresentar uma equipa de profissionais dinâmicos, actualizados e empenhados no processo ensino/ aprendizagem dos alunos de modo a que sejam um referencial para o formando”, privilegiando assim uma interação entre os mais diversos veículos de ensino utilizados pelos docentes. Ainda de acordo com Silva (2004) a formação da enfermagem passa por diversas interações e deve ter como preconização o bom preparo teórico e prático. Ademais, os ensinamentos ainda se referem ao aprendizado de estruturas educacionais mais rígidas em que o discente necessita de uma abordagem holística, conjugando os seus conhecimentos adquiridos de forma fragmentada, mas que necessitam de aplicação conjunta e articulada.

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMA (ABP)

A utilização da metodologia de Aprendizagem Baseada em

Problema (ABP) ou Problems-Based Learning (PBL), tem sido utilizada por várias instituições de ensino na área da saúde, principalmente para o curso de medicina. Originada na universidade McMaster, em 1969, a aprendizagem baseada em problema tem como principal fundamentação o tratamento da prática clínica como base para a formação pedagógica, norteando dessa forma as condições para que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas, técnicas e atitudes aplicáveis para o cuidado dos pacientes, tendo em consideração a capacidade de estudar e aprender na sua formação tudo aquilo que será utilizado na prática do cotidiano.

De acordo com o Júnior (2008), a reforma da educação médica e as adaptações dos currículos as realidades do sistema de saúde foram abordadas há mais de um século, tendo assim, já demonstrado uma necessidade de reforma no modelo educacional vigente, trazendo consigo a capacidade de renovação daquele que se tornou o curso com maiores responsabilidades inerente ao tratamento para os pacientes em geral.

Segundo Gomes (2009) os vários trabalhos publicados ao longo de anos corroboram com resultados mais positivos para o aprendizado ABP em comparação com o método tradicional, formando assim profissionais com maior competência e habilidades nos primeiros períodos. No entanto, após análise estatística não há apresentação de resultados significativos que privilegiem um ou outro método em períodos mais avançados.

O ABP tem como diretriz o envolvimento dos alunos desde os primeiros anos da educação médica na prática da Comunidade, implementando assim soluções criativas que surgiram muitas vezes através de orientações das utentes e que os professores acataram para contribuir com o sucesso desse método, tornando-se assim o processo de ensino e aprendizagem mais vibrante e dinâmico.

Apesar de sua implementação ser divergente do método tradicional, a aprendizagem baseada em problemas tem sofrido várias adequações ao longo dos anos. Conforme relatado por Miklos (2019). O modelo do ABP deve levar em consideração características particulares na sua implementação, ou seja, devendo ser adaptável a cada realidade específica, o que desagradou inicialmente alguns defensores mais entusiasmados desse processo inicial que o consideravam somente como

uma alternativa ao método de ensino tradicional.

O processo de desenvolvimento de habilidades técnicas citado por Gomes (2009), no que diz respeito às práticas médicas específicas, apresentou avaliações mais vantajosa nos cursos que utilizam a ABP do que nos modelos tradicionais, tendo assim a compreensão de que partes importantes do processo de estudo, como diagnóstico físico e prescrição, apresentaram fortes evidências de uma melhoria quando os métodos foram comparados.

Ainda segundo Gomes (2009), foi realizado um levantamento bibliográfico e construído o quadro abaixo descrito, onde ficam evidentes os diversos pontos positivos do método de aprendizado de aprendizagem baseado em problemas frente ao currículo tradicional. É importante ressaltar que algumas áreas avaliadas como ginecologia, obstetrícia e psiquiatria, em um dos autores, apresentou melhor desempenho e avaliação nos critérios de conhecimento, raciocínio clínico e comportamento.

Vale perceber que, como pontos negativos, nos diversos estudos avaliados, os autores constataram que as dificuldades de comunicação e envolvimento emocional, bem como o estudo do processo de doença, tiveram uma melhor avaliação em dois dos estudos apresentados para o método tradicional.

Os diversos trabalhos utilizados em revisões do modelo tradicional e da aprendizagem baseada em problemas traz a percepção de que uma evolução é cada vez mais necessária e que o pensamento crítico deve ser implementado para que a formação educacional tenha cada vez mais profissionais preparados para enfrentarem as dificuldades e intercorrências do cotidiano. Sendo assim, capazes de proporcionar aos seus pacientes um tratamento digno, adequado e condizente com melhorias de qualidade de vida e capacitação profissional.

Comparação entre Aprendizagem Baseada em Problemas e currículo tradicional

Estudo	Positivos	Negativos	Indiferentes
Crandall et al 7			Não houve diferenças significativas entre os dois grupos em relação a atitudes com os pacientes indigentes.
Distelhorst et al 8	Desempenhos mais bem avaliados em ginecologia/obstetria, psiquiatria e clínica médica como um todo, bem como em relação a conhecimento e raciocínio clínicos e comportamento não cognitivo.		Não houve diferença na 1ª e 2ª fases do Exame de Licenciatura Médica dos Estados Unidos.
Hill et al 9	Maior preparo em seis das oito áreas avaliadas.		Não houve diferença em duas das oito áreas avaliadas.
Hoffman et al 10	Melhores resultados dos graduandos na 1ª e 2ª fases do Exame de Licenciatura Médica. Avaliações dos supervisores mais positivas em 12 das 17 competências, no 1º ano de residência médica.		Não houve diferença estatística significativa em 5 das 17 competências.
Jones et al 11	Graduandos mais preparados em 12 das 19 competências avaliadas e em 8 das 13 habilidades específicas avaliadas. Os supervisores consideraram que os graduandos eram melhores do que os do grupo controle em 5 das 18 competências listadas.	Graduandos avaliaram que o estudo do processo da doença (fisiopatologia) é melhor no método tradicional.	Não houve diferença entre as respostas dos graduandos e as do grupo controle em relação a 7 das 19 competências e em 5 das 13 habilidades específicas avaliadas. Segundo os supervisores, não houve diferença nas 13 habilidades específicas avaliadas.
O'Neill et al 12	Graduandos sentiram-se mais bem preparados para lidar com incertezas, com seus limites e para tomar decisões na pré-residência.	Dificuldade de comunicação e envolvimento emocional	
Peter et al 13	Avaliações dos graduandos mais positivas em 3 dos 8 aspectos do domínio da medicina humanística, bem como em 2 dos 9 aspectos do domínio da aprendizagem social.		Não houve diferenças em 4 dos 8 aspectos do domínio da medicina humanística; nos 4 aspectos no domínio da aprendizagem ao longo da vida; e em 7 dos 8 aspectos do domínio da aprendizagem social.
Tamblyn et al 14	Após a transição do currículo tradicional para ABP, houve aumento significativo no cuidado preventivo e na continuidade do cuidado, bem como melhora nos indicadores de desempenho relativos ao diagnóstico e a prescrição de medicamentos.		Não foram encontradas diferenças nas taxas de prescrição de medicamentos contraindicados para idosos.
Wamough et al 15, 16	Avaliações dos graduandos mais positivas em 16 das 31 competências listadas. Avaliações dos supervisores mais positivas em 15 das 31 competências listadas.	Avaliações dos graduandos mais negativas em 2 das 31 competências. Avaliações dos supervisores mais negativas em 1 das 31 competências.	Não houve diferenças nas avaliações dos graduandos em 15 das 31 competências listadas. Não houve diferenças nas avaliações dos supervisores em 15 das competências listadas.

Fonte: GOMES, Andréia Patrícia; REGO, Sergio. Transformação da educação médica: é possível formar um novo médico a partir de mudanças no método de ensino-aprendizagem?

PERSPECTIVAS FUTURAS

Na atual conjuntura, a globalização e o avanço tecnológico na sociedade têm provocado transformações constantes nos ambientes de trabalho e conseqüentemente, exigindo um profissional capaz de adaptar-se a mudanças e motivado a continuar aprendendo ao longo do tempo. Dessa forma, o uso da tecnologia tem fomentado também mudanças na área da educação, gerando novas maneiras de educar, aprender e se relacionar com as pessoas.

Dentro dessa realidade, o ensino a distância não só significa a democratização da educação e a formação profissional, mas também contribui para a melhoria da qualidade do ensino fornecido pelas instituições educacionais, produzindo uma colaboração positiva entre o ensino presencial e o ensino a distância, na medida em que as inovações exigidas pelo ensino à distância acabam influenciando positivamente o ensino presencial. Ademais, vale ressaltar que o isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19, fez com que a educação evoluísse dois anos em apenas seis meses, já que a forma de promover o ensino caminhava para a atual realidade, o ensino híbrido.

Apesar que o futuro seja considerado uma metáfora, é possível prever que nos próximos anos, a humanidade vai experimentar o ensino de uma maneira completamente diferente. Dado que o avanço da tecnologia vai transformar o modo em que as instituições de ensino se relacionam com seus alunos, desde a educação infantil até o ensino superior. Portanto, agora pode ser abordado sobre as tendências de ensino-aprendizagem.

Ao decorrer do curso, a confirmação de presença em sala de aula, por meio de celulares ou biometria, alimentará uma base de dados sobre o comportamento do estudante. Assim, a instituição poderá oferecer aulas de reforço para aqueles que apresentarem desempenho abaixo da média ou acesso ao conteúdo ministrado em sala para os que não estiverem presentes. Além disso, com um sistema individual de aprendizado será possível aprimorar as aulas, uma vez que a ferramenta possui a capacidade de identificar o método de aprendizado mais efetivo, tanto em cursos à distância, como presencial.

Contudo, a utilização de tablets, lousas interativas e computadores faz parte do processo das transformações e será amplamente utilizada, tanto na educação infantil, quanto no ensino superior. Dessa maneira, as formas de utilização da realidade virtual em sala de aula irão ser inúmeras, por exemplo, mostrando o esqueleto e os músculos de um ser humano durante uma aula de anatomia ou fazendo passeios e viagens que têm relação com o conteúdo ensinado, sendo possível conhecer museus ou cidades históricas em outros países, usando a realidade virtual. No entanto, viajar fisicamente a algum local ou observar um cadáver forneceria uma experiência mais ampla, mas nem sempre isso é viável. Por isso, utilizar a realidade virtual é uma opção para permitir esse tipo de experiência para todos os alunos.

Conclui-se que a educação fez significativos avanços no decorrer da sua história, em conformidade com o aumento populacional, principalmente no século XX, devido ao advento de inúmeras tecnologias que revolucionaram o setor educacional e de saúde. As evoluções atingidas pela sociedade nas relações humanas exigiram uma maior qualificação profissional, trazendo para a formação de discentes e docentes uma imprescindível necessidade de especialização, adaptação e inovação. Arelado a essas mudanças, o expressivo aumento do número de universidades, trouxe um novo significado para a educação, que se tornou uma importante ferramenta de democratização da cultura e do saber.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.

AMARAL, Jorge Luiz do. **Duzentos anos de ensino médico no Brasil. 2007. 207f.** 2018. Tese de Doutorado. Tese (doutorado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. Disponível em <http://www.portalmédico.org.br/arquivos/duzentos_anos_de_ensino_medico_no_brasil.pdf>. Acesso em 13/8.

BERNARDO, Viviane. Educação a Distância: Fundamentos e Guia

Metodológico. Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, 2004.

BRASIL. Medida provisória N° 934, de 1° de abril de 2020. O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do **caput** e no § 1° do art. 24 e no inciso II do **caput** do art. 31 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 abril 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm>. Acesso em: 25 julho 2020.

BRASIL. Portaria N° 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC n° 343, de 17 de março de 2020, n° 345, de 19 de março de 2020, e n° 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 17 junho 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 25 julho 2020.

FRANCO, Thais de Andrade Vidaurre; POZ, Mario Roberto Dal. A participação de instituições de ensino superior privadas na formação em saúde no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 3, p. 1017-1037, 2018.

GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 1, p. 80-87, 2001.

GOMES, Andréia Patrícia; REGO, Sergio. Transformação da educação médica: é possível formar um novo médico a partir de mudanças no método de ensino-aprendizagem?. **Revista brasileira de educação médica**, v. 35, n. 4, p. 557-566, 2011.

GOMES, Romeu et al. Aprendizagem Baseada em Problemas na formação médica e o currículo tradicional de Medicina: uma revisão

bibliográfica. **Revista brasileira de educação médica**, v. 33, n. 3, p. 433-440, 2009.

GONÇALVES, Maria Bernadete; BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. Considerações sobre o ensino médico no Brasil: consequências afetivo-emocionais nos estudantes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 3, p. 482-493, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. 2004.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Sinopses estatísticas da educação superior. 2013. Disponível em: . Acesso em: 1 agosto. 2020.

JÚNIOR, A. C. C. T. et al. Aprendizagem baseada em problemas: uma nova referência para a construção do currículo médico. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 18, n. 2, p. 123-131, 2008.

LAMPERT, Jadete Barbosa. Dois séculos de escolas médicas no Brasil e a avaliação do ensino médico no panorama atual e perspectivas. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 78, n. 1, 2008.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17, p. 04-06, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

PEREIRA, Wander. Uma história da Odontologia no Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v. 25, n. 47, 2012.

Portal Ministério da Educação. **Secretaria de Educação a Distância**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/seed2004.pdf>>. Acesso em: 22 julho 2020.

SERVANT-MIKLOS, Virginie FC; WOODS, Nicole N.; DOLMANS, Diana HJM. Celebrating 50 years of problem-based learning: progress, pitfalls and possibilities. 2019

SILVA, Daniel Marques da; SILVA, Ernestina Maria. Ensino clínico na formação em enfermagem. **Millenium**, p. 103-119, 2004.

TEIXEIRA A. O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.

VALENTE, José Armando. Diferentes abordagens de educação a distância. Artigo Coleção Série Informática na Educação–TV Escola, p. 1-7, 1999.

A PARTICIPAÇÃO DO DISCLOSURE, MINIMIZANDO O CUSTO DAS EMPRESAS NA FORMAÇÃO DO CAPITAL

Rosemary Torres de Oliveira Alves

Mestre em Gestão Financeira
rosetorresalves@gmail.com

Ronaldo Torres de Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis
rt.oliver@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais empresas brasileiras tendem a abrir seu capital. Sabendo que as demonstrações financeiras não apresentam a mesma informação para todo tipo de investidor, é necessário pesquisar sobre a transparência das mesmas, mostrando sua real importância, para que os investidores tenham maior segurança na alocação de seus recursos, e as empresas possam minimizar seus custos, na formação de seu capital. Perante isto, Oliveira *et al* (2008, p. 193) afirma que:

No atual ambiente corporativo de extrema competição e busca desenfreada pela eficiência nos negócios, torna cada vez mais importante a preocupação estratégia dos empresários, para que sua empresa conquiste a confiança dos investidores.

Assim para Oliveira, *et al* (2008, p. 196), “*disclosure* significa a imediata divulgação das ações e fatos relevantes que afetam o presente e o futuro da organização”, portanto é de fundamental importância para o investidor ter em seu conhecimento, de forma mais transparente, a real situação econômica das entidades investidas. Assim, para o mesmo autor, a evidenciação está ligada às necessidades informativas, garantindo informações diferenciadas aos diversos tipos de usuários que irão recebê-las e delas se valerem para os diversos tipos de tomadas de decisões.

Entretanto, o *disclosure*, não esclarece só as informações positivas, é de fundamental importância que as empresas divulguem suas informações negativas, como prejuízos, desde que seja fundamentado, ou seja, a transparência permita que usuários das informações possam realizar julgamentos adequados e tomar decisões não enviesadas.

Assim, o nível do *disclosure*, e o custo de capital das empresas, apresentam duas linhas de pensamento, uma voltada para a liquidez dos mercados e a outra para a perspectiva de estimação do risco. Sobre a primeira linha de pensamento, Lima (2003), devido a falta de liquidez do mercado e ao desinteresse de investidores por suas ações, revelam informações privadas e com isso, reduzem seus custos de capital. Os autores Diamont e Verrecchia (1991, *apud* Lima et al, 2006) construíram um modelo em que o *disclosure* melhora a liquidez futura de uma ação pelo o aumento de demanda de grandes investidores reduzindo, com isso, o custo de capital, portanto essa pesquisa foi comprovada por Bloomfield e Wilks (2000, *apud* Lima et al, 2006, P. 2) que, através de um laboratório de mercado financeiro, perceberam que o aumento da qualidade de *disclosure* implicou em uma demanda dos investidores por ações, ainda que os preços estivessem elevados.

Por outro lado, analisando a segunda linha de pensamento, as empresas tentam reduzir os riscos estimados por investidores ofertando um maior nível de *disclosure*. Um investidor atribui maior risco sistemático a um ativo com baixa informação em relação ao outro que contenha mais informações, conduzindo o ativo com baixo *disclosure* a baixos preços e demanda.

Este estudo tem como objetivo apresentar a importância do *disclosure* nas demonstrações financeiras, para que os investidores do mercado de capitais se sintam seguros na alocação de seus recursos. Pretende-se ainda demonstrar que, com a prática do *disclosure* as empresas podem reduzir seus custos na formação de seu capital, demonstrado através de boas práticas de governança corporativa, do uso adequado de notas explicativas e da eficiência dos relatórios da administração.

CONCEITOS DISCLOSURE

Oliveira *et al* (2008, p. 196) relata que, “o *disclosure* está ligado às

necessidades informativas, garantindo informações diferenciadas aos diversos tipos de usuários que irão recebê-las e delas se valerem para os diversos tipos de tomadas de decisões.” Assim para o mesmo autor, “*disclosure* significa a imediata divulgação das ações e fatos relevantes que afetam o presente e o futuro da organização”, portanto é de fundamental importância para o investidor ter em seu conhecimento, de forma mais transparente, a real situação econômica das entidades investidas, onde a evidênciação está ligada às necessidades informativas.

Segundo Iudícibus (2004, p. 123), “o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários. Porém Iudícibus diz que é preciso traçar um perfil médio dos investidores e verificar em cada circunstância de espaço e tempo, a qualidade e a quantidade de informação que pode digerir.

Entretanto NIYAMA e GOMES (1996, *apud* PONTE ET AL 2007 p.51) afirma que:

Disclosure [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciam na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Porém, relata Hendriksen; Breda (2009, p. 512 e 513) que “no sentido mais amplo da palavra, divulgação simplesmente quer dizer veiculação de informação. [...] no sentido mais estrito cobre coisas como a discussão e análise pela administração”. Ainda, segundo o mesmo autor a quantidade de informações a ser divulgadas depende, em parte, da sofisticação do leitor que a recebe.

Baseado neste pensamento, Iudícibus (2004) afirma que a evidênciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidênciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma, apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Já o pronunciamento básico conceitual do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) nos parágrafos 26; 29; 31e 33 relata que:

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões, a relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar com propriedade aquilo que se propõe a representar, para ser confiável, deve representar com propriedade as transações e outros eventos que ela diz representar.

De acordo com essa linha de pensamento, a *Financial Accounting Standards Board (fasb)* entende que a divulgação financeira deve fornecer informação útil à tomada de decisões racionais de investimento, concessão de créditos etc.por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários. A informação deve ser compreensível para os que possuem um conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e estão dispostos a estudar a informação com diligência razoável.

Sendo assim, é de fundamental importância os fatos que as empresas devem evidenciar, tanto em caráter obrigatório quanto de forma voluntário. Conforme Goulart (2003, p. 60 *apud* Lima et al, 2006, p. 2) “para a garantia da transparência faz-se necessário que as empresas divulguem tanto as informações positivas como também as negativas”.

O nível do disclosure, e o custo de capital das empresas, apresentam duas linhas de pensamento, Hail (2002, p. 743 *apud* Lima et al, 2006, p. 2) “as classificam como uma voltada para a liquidez dos mercados e a outra para a perspectiva de estimação do risco”. Sobre a primeira linha de pensamento, segundo Lima (2006), devido a falta de liquidez do mercado e ao desinteresse de investidores por suas ações, revelam informações privadas e com isso, reduzem seus custos de capital.

Os autores Diamont e Verrecchia (1991, *apud* Lima et al, 2006, p. 2) construíram um modelo em que o *disclosure* melhora a liquidez futura de uma ação pelo o aumento de demanda de grandes investidores reduzindo, com isso, o custo de capital, portanto essa pesquisa foi recentemente comprovada por Bloomfield e Wilks (2000 *apud* Lima et al, 2006, p. 2) que, através de um laboratório de mercado financeiro, perceberam que o

aumento da qualidade de *disclosure* implicou em uma demanda dos investidores por ações, ainda que os preços estivessem elevados.

Por outro lado, analisando a segunda linha de pensamento, as empresas tentam reduzir os riscos estimados por investidores ofertando um maior nível de *disclosure*, um investidor atribui maior risco sistemático a um ativo com baixa informação em relação ao outro que contenha mais informações, conduzindo o ativo com baixo *disclosure* a baixos preços e demanda.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Evolução histórica

De acordo com os estudos realizados por vários pesquisadores, apesar de a governança corporativa ser praticada à séculos, os estudos mais sistemáticos sobre ela são relativamente recente. Sendo assim, é importante o conhecimento de sua criação ao longo dos tempos. Portanto segundo Tricker (2000 *apud* Álvares; Giacometti; Gusso 2008, p.4) “apesar de a exploração teórica da questão da governança corporativa se recente sua prática é antiga”.

Segundo Álvares; Giacometti; Gusso nos anos 70, a questão da governança corporativa ressurge, em virtude de alguns eventos ocorridos nos Estados Unidos, através da insatisfação dos acionistas de companhias que haviam falido e que buscavam compensação junto a diretores, conselheiros e auditores resultou em maior ênfase no controle, no nível dos conselhos, e em demandas de participação mais importantes dos comitês de auditoria e que estes fossem compostos por membros externos.

Observou o crescimento do debate sobre a questão dos *stakeholders* e o papel das grandes corporações na sociedade. Essencialmente argumentava-se que elas têm outras responsabilidades além daquelas com os acionistas. Nesse sentido, os conselhos devem se reportar aos *stakeholders* (clientes, fornecedores, empregados, comunidade local e Estado), que são passíveis de serem afetados por suas decisões.

Já nos anos 80 a governança corporativa torna se relevante no fim da década, em virtude das investigações relativas aos colapsos corporativos e das evidências de excessos cometidos pelos conselhos de algumas

empresas. Em vários países (Austrália, Japão, Estados Unidos e Inglaterra), executivos e empresas tornam-se suspeita de práticas questionáveis de governança.

Andrade e Rossetti (2004, *apud* Álvares; Giacometti; Gusso, p.7-8) explicam as razões que motivaram desde a segunda metade dos anos 80, o ativismo por mudanças nas práticas de governança corporativa. Assim destacam três problemas que ocasionou o despertar da governança:

- 1º) As falhas nas relações entre acionistas e corporações.
- 2º) A constituição dos conselhos colegiados pro forma e pouco eficazes na vigilância dos interesses dos proprietários.
- 3º) A atuação da direção, cujos interesses, muitas vezes, conflitam com os dos acionistas, controladores ou minoritários.

Os autores apontam fatores internos e externos à empresas que se somaram a tais razões, em anos mais recentes.

Quadro 1 - Fatores externos e internos que motivaram o ativismo nos anos 80

Fatores externos	Fatores internos
<ul style="list-style-type: none"> • As mudanças macro ambientais, que podem ser sintetizados em três expressões: abertura, desfronteirização e macro alianças. 	<ul style="list-style-type: none"> • As mudanças societárias desencadeadas pelas alterações nas condições externas. Ocorreu uma onda de privatização, fusões, cisões, aquisições, alianças estratégicas e associações que significou a aglutinação, nos conselhos e diretorias executivas, de atores com diferentes formações profissionais, originários de negócios e culturas distintos.
As revisões institucionais desencadeadas pelo ativismo dos investidores institucionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Realinhamento estratégico decorrente das reestruturações das empresas.
<ul style="list-style-type: none"> • As reações das autoridades reguladoras e das instituições do mercado de capitais aos escândalos corporativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realinhamento estratégico decorrente das reestruturações das empresas.

Fonte: adaptado pelos autores

Já nos anos 1990, Álvares; Giacometti; Gusso relata que os conselhos de administração começaram a sofrer grande pressão advinda, primeiro, dos investidores institucionais, que redescobriram o poder dos investidores e tornaram-se proativos na questão da governança corporativa; segundo da mídia e terceiro, da ameaça de litígio, relata os autores.

Assim, os autores relatam que, a emergência dos códigos de boas práticas tem caracterizado também o atual movimento de governança corporativa. Onde no reino unido foi influenciado pelo relatório elaborado por um comitê. O relatório tem um código que enfatiza, por exemplo, a importância de conselheiros independentes e do comitê de auditoria. Outros países como a França, África do Sul, Canadá e Hong Kong, também lançaram códigos, que tem em comum a preocupação com o abuso de poder, a recomendação do uso do comitê de auditoria e de conselheiros independentes, a separação do papel de chairman e Ceo e a maior proteção dos acionistas minoritários.

Porém, na visão de Silva (2006) foi nos anos 50 que a governança corporativa começou a ser discutida, onde o autor mostra de forma simplificada toda evolução. Demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Evolução da Governança Corporativa

Anos 50 e 60	<ul style="list-style-type: none"> - Forte presença do acionista familiar majoritário. - Conselheiros não atuantes - Conselheiros não têm conhecimento sobre negócios do acionista gestor.
Anos 70	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de grandes conselhos brasileiros, como: Docas, Monteiro Aranha, Alpargatas. - fundada nos Estados Unidos a <i>National Association of corporate Directors</i> (NACD). - Início da independência do conselho. - Instituída a primeira Lei das Sociedades por Ações, brasileira, nº 6404-76, que estabelece competências do conselho de administração. - Criação da comissão de valores mobiliários (CVM) mediante a Lei nº 6404-76 e Lei nº 6385-76.
Anos 80	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do acionista. - Abertura de capital, fundos de investimento, fundos de pensão, participação de bancos. - mercado de capitais pequeno no Brasil. Poucas empresas

	<p>apresentavam liquidez.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Robert Monks, muda o rumo da governança corporativa, atacando a falta de transparência na administração das companhias e defendendo a atuação mais eficaz dos acionistas na geração de mais valor e riqueza
Anos 90	<ul style="list-style-type: none"> - Maior força para os conselhos. - Definição do papel da Auditoria externa devido aos grandes escândalos nacionais e internacionais, envolvendo pareceres dos auditores, como nos casos nacionais: Banco Nacional, Econômico, Bandeirantes, Noroeste, Bamerindus.
1992	<ul style="list-style-type: none"> - surgimento da governança corporativa. - Aparece o primeiro código das melhores práticas da <i>Cadbury Commission</i> na Inglaterra, conhecido como <i>Cadbury Report</i>.
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças nos comandos presidências de grandes corporações decorrentes das pressões dos conselhos, tais como: General Motors, IBM, Kodac, American Express, Sears, Compaq, Time Warnet.
1994	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento da <i>Corporate Governance Guidelines</i> da General Motors.
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Criado o Instituto Brasileiro de Conselho de Administração (IBCA), que depois passou a ser chamado de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do Código das Melhores Práticas da NACD Report.
1997	<ul style="list-style-type: none"> - Aproximadamente 50 empresas brasileiras registradas na New York Stock Exchange com operações de ADR. - A Lei nº 9457-97 preserva as responsabilidades do conselho e aumenta o poder da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para fiscalizar.
1999	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Organization for Economic Co-operation and Development</i> (OCDE), organização multilateral que congrega os 29 países industrializados mais desenvolvidos do mundo, elaborou os <i>Principles of corporate governance</i>, para ajudar os países membros na avaliação e melhoria institucional da boa governança corporativa. - O Instituto brasileiro de Governança corporativa amplia o código em maio de 1999, quando a expressão governança corporativa ainda era desconhecida no Brasil.
Anos 2000	<ul style="list-style-type: none"> - Criação dos níveis diferenciados de governança e do novo mercado pela bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA).
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Em abril de 2001, houve uma primeira revisão, considerando tanto o avanço legislativo quanto o regulatório, confirmando a importância da governança corporativa.

Fonte: Adaptado pelos Autores

Princípios e Objetivos

Segundo Álvares; Giacometti; Gusso (2008), a necessidade e a busca do fortalecimento de economias de mercado, colocaram a governança corporativa como fator primordial para a atração de investimentos, e como uma forma de criação de valor perante um ambiente de negócios bastante competitivo. Ainda segundo os autores, a boa governança está calcada em princípios que inspiram e norteiam o funcionamento das empresas e outras organizações e lhes propiciam maior credibilidade e criação de valor. É fundamental a adoção de princípios sólidos para integrar os mercados e as comunidades que atuam.

Sendo assim o instituto brasileiro de governança corporativa IBGC Instituto Brasileiro de governança Corporativa (2004, *apud* Silva, 2006, p. 23-24) os princípios básicos de governança são definidos como:

- **Transparência:** mais do que a “obrigação de informar”, a administração deve cultivar o “desejo de informar”.

Quando se tem uma boa comunicação interna e externa, isso gera um clima de confiança, tanto internamente, quanto externamente, nas relações com terceiros.

A comunicação não deve ficar restrita apenas ao desempenho econômico-financeiro, mas também contemplar outros fatores, como os intangíveis, que norteiam a ação empresarial e criam valor.

- **Equidade:** tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam os acionistas, sejam as demais partes interessadas (*stakeholders*).

Não são aceitas atitudes ou políticas discriminatórias.

- **Prestação de contas com responsabilidade (*accountability*):** os agentes da governança devem prestar contas a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem durante os seus mandatos.

- **Responsabilidade corporativa:** os conselheiros e executivos devem zelar pela visão de longo prazo e sustentabilidade da organização; devem também incorporar assuntos de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Ainda segundo Silva a função social da companhia inclui a geração de riqueza e de oportunidades de empregos, qualificação e diversidade da

força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia e melhoria da qualidade de vida mediante ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Este princípio envolve a contratação preferencial de recursos, referente ao trabalho e aos insumos, oferecidos pela própria comunidade.

Práticas de governança corporativa

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relata que governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade, otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger as partes interessadas tais como, investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.

O objetivo, segundo a CVM, é o aumento do valor da companhia, pois boas práticas de governança corporativa repercutem na redução de seu custo de capital, o que aumenta a viabilidade do mercado de capitais como alternativa de capitalização.

Assim Silva (2006, p. 46) diz que “a governança corporativa cuida das relações entre acionistas e a alta administração de uma companhia, de modo que, através do gerenciamento da organização, resulte em seu valor de mercado” dessa forma o autor relata os seguintes aspectos para geração de valor. A governança é tida como importante valor corporativo, mas ela sozinha não gera valor. A geração de valor acontece quando se tem um negócio estrategicamente bem conduzido e administrado. Considerando o item anterior, as boas práticas de governança corporativa resultarão em uma gestão bem melhor, maximizando a geração de valor para acionistas e outras partes interessadas.

Segundo Oliveira *et al* (2008) governança corporativa representa o conjunto das práticas adotadas pelas corporações empresariais nos aspectos relacionados a transparência e publicidade dos atos praticados pela diretoria, executiva e demais representantes legais; divulgação das informações e fidedignidade das ações; observância e o controle de legalidade; dever do respeito estrito das leis; prestação de contas e o dever de diligência e responsabilidade dos administradores e acionistas das companhias.

No entanto o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) relata que governança corporativa é o conjunto de práticas e

relacionamentos entre os acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital.

Sendo assim, em 11 de junho de 2002, a CVM divulgou uma cartilha que contém recomendações relativas às boas práticas de governança corporativa, enfatizando que a adoção de tais práticas comumente significa a utilização de padrões de conduta superiores aos exigidos pela lei, ou pela regulamentação da própria CVM.

Com a publicação dessa cartilha, a CVM buscou estimular o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro por meio da divulgação de práticas de governança corporativa. Com objetivo de orientar nas questões que podem influenciar significativamente a relação entre administradores, conselheiros, auditores independentes, acionistas controladores e acionistas minoritários.

Transparência e assembleias

Segundo Oliveira *et al* (2008) as assembleias gerais devem ser realizadas em data e hora que não dificultem o acesso dos acionistas. O edital de convocação deve conter descrição precisa dos assuntos a serem tratados. O conselho deve incluir na pauta matérias relevantes e oportunas levantadas por acionistas minoritários, independentemente do percentual exigido por lei para convocação de assembleias gerais de acionistas.

Segundo Oliveira é recomendável que se realize assembleias ordinárias mais próximo possível ao fim do exercício fiscal a que ela se refere. As recomendações visam facilitar a participação de acionistas no conclave. Assegurar a perfeita informação e permitir que haja um maior número possível de assuntos de interesse da companhia evitando novas assembleias.

A companhia deve tornar plenamente acessíveis a todos acionistas quaisquer acordos de que tenha conhecimento, bem como aqueles que sejam intervenientes. A recomendação visa enfatizar que o conhecimento do acordo de acionistas, assim como do estatuto social, é fundamental para que, os acionistas tenham uma perfeita avaliação dos seus direitos e do funcionamento da sociedade.

A companhia deve adotar e dar publicidade a procedimento

padrão que facilite ao acionista obter a relação com suas respectivas quantidades de ações, no caso de acionista detentor de pelo menos 0,5% de seu capital social, de seus endereços para correspondência.

Proteção aos acionistas minoritários

De acordo com Oliveira *et al* (2008, p. 199) “as decisões de alta relevância devem ser deliberadas pela maioria do capital social, cabendo a cada ação um voto, independentemente de classe ou espécie”. Dentre as decisões de maior importância destacam-se: Aprovação de laudo de avaliação de bens que serão incorporados ao capital social; Alteração do capital social; Redução do dividendo obrigatório; Fusão, cisão ou incorporação; Transações relevantes com partes relacionadas.

Contudo Álvares; Giacometti; Gusso (2008, p. 45) relata que:

O tratamento igualitário de acionistas minoritários e de grupos controladores pode ser importante nas decisões de investimentos. Mediante divulgação adequada, o tratamento igualitário permite aos investidores a correta leitura da situação da empresa e a precificação de seus valores mobiliários.

Ainda segundo Álvares; Giacometti; Gusso (2008), a formalização dos direitos dos acionistas deve esclarecer e especificar direitos políticos e patrimoniais, bem como direitos entre sócios e entre estes e a sociedade. Entre esses direitos os autores destacam, direito essencial do voto, nesse caso, é oportuno mencionar que o da quota ou ação (mesmo preferencial), deveria ter direito a voto sempre, pois garante a democratização do capital social. Direito essencial de participação nos lucros, nesse caso, deve-se garantir sempre a equidade do fluxo de recursos a todos acionistas sem distinção, se possível, assegurando o pagamento de dividendo mínimo obrigatório e cumulativo. Direito essencial de fiscalização de gestão dos negócios sociais, nesse caso, tanto na sociedade anônima quanto na limitada, deve haver total transparência de relatórios e informações. Direito essencial de retirar-se da sociedade ou vender suas ações nas mesmas condições do bloco controlador.

Conselho de administração

Segundo Oliveira *et al* (2008), o conselho de administração atua protegendo o patrimônio da companhia, perseguindo a consecução de seu objeto social e orientando a diretoria, a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. O conselho de administração deve ter de cinco a nove membros tecnicamente qualificados, como pelo menos dois membros com experiência em finanças e responsabilidade de acompanhar mais detalhadamente as práticas contábeis adotadas.

Assim, os autores definem conselho de administração como sendo, órgão colegiado de natureza deliberativa que se caracteriza por ser o indicador de rumo dos negócios sociais da empresa, fazendo por meio de decisão conjunta da maioria de seus membros que discutem e votam diversas diretrizes estratégicas.

Porém, Oliveira (2006) relata que o conselho de administração sendo um, órgão deliberativo, o mesmo não deve atuar como polícia, mas contribuir para a alavancagem dos resultados da empresa. O autor relata ainda que na prática um conselho bem estruturado, constituídos por conselheiros competentes e cuja atuação seja adequada, representam o centro nervoso de otimizadas governanças corporativas.

Portanto, Silva (2006) explica que: o que caracteriza deliberativo é o fato de somente o órgão poder manifestar a sua vontade recorrendo à deliberação da maioria de seus membros reunidos, após discussão e voto. Assim o autor menciona que o conselho de administração é recomendado para todas as empresas, independente de sua forma societária. As atividades do conselho de administração devem ser normatizadas em um regimento interno, com o objetivo de tornar claras as responsabilidades e atribuições e prevenir situações de conflito com a diretoria executiva. O conselho de administração deve estimular a criação do comitê de auditoria, com a finalidade de analisar as demonstrações financeiras, promover a supervisão e a responsabilização da área financeira, assegurar que a diretoria crie controles internos confiáveis. Deve haver clara definição das qualificações dos conselheiros e eles são avaliados anualmente.

Dando seguimento em sua obra o autor relaciona as principais funções do conselho como segue no quadro abaixo:

Quadro 3 - Funções do conselho de Administração

1. Estipular objetivos de desempenho.
2. Escolher, remunerar, fiscalizar e substituir os executivos principais.
3. Rever a remuneração da alta administração e dos conselheiros.
4. Aprovar as principais políticas.
5. Acompanhar a operação e o desempenho da empresa.
6. Aprovar os orçamentos.
7. Aprovar os planos de negócios.
8. Escolher a auditoria independente.
9. Aprovar a indicação de novos conselheiros de maneira formal e transparente.
10. Nomear representantes da empresa.
11. Discutir e decidir assuntos ligados aos acionistas.
12. Analisar grandes dispêndios de capital, aquisições e alienações.
13. Rever e orientar a estratégia corporativa.
14. Fiscalizar e administrar conflitos potenciais de interesse da diretoria, dos conselheiros e dos acionistas.
15. Assegurar a integridade dos sistemas contábil e financeiro da companhia, inclusive a auditoria independente, e a existência de sistemas adequados de controle.
16. Verificar a eficácia das práticas de governança adotada e fazer modificações quando necessário.
17. Supervisionar o processo de divulgação e comunicações.
18. Assegurar o cumprimento da legislação em vigor e considerar os interesses dos acionistas
19. Tratar todos os acionistas com igualdade
20. Atuar com informações confiáveis, fundamentadas, agir de boa-fé, com critério, resguardar as devidas precauções, fazer prevalecer o interesse da empresa e dos acionistas.

Fontes: adaptado de Silva (2006)

Comitê de auditoria

Oliveira (2006, p. 55) conceitua comitê da seguinte forma:

Comitê é a reunião estruturada de várias pessoas para emitir, por meio de discussão organizada, uma opinião a respeito de um assunto previamente estabelecido, e que, nascida de

debates, seja mais adequada em um contexto específico da empresa, bem como facilmente incorporada e adequadamente implementada.

Desta forma, o autor relata que no caso do conselho de administração e da governança corporativa, os comitês ganham um papel especial por terem vários profissionais representativos dos acionistas e não atuarem no dia-a-dia da gestão dos negócios e das atividades das empresas. Assim, o comitê de auditoria tem a finalidade de coordenar os processos de análise e controle das práticas administrativas, contábeis, legais e éticas da empresa, bem como apresentar soluções globais para divergências.

De acordo com Silva (2006, p. 26) “toda organização de grande porte deveria ter auditoria independente.” Sendo assim, Silva relata que os auditores devem ser contratados por tempo predefinido, depois de uma avaliação formal e documentada, elaborada pelo comitê de auditoria e ou conselho de administração sobre o seu desempenho e a sua independência, para que não haja nenhum conflito de interesse, principalmente quando os mesmos auditores prestarem outros tipos de serviços.

Desse modo, Oliveira et al (2009) compreende que um comitê de auditoria deve ser composto por membros do conselho de administração com experiência em finanças e incluindo pelo menos um conselheiro que represente os minoritários e deve supervisionar o relacionamento com os auditores.

Conselho fiscal

Segundo Álvares; Giacometti e Gusso (2008, p. 164) o conselho fiscal é “por excelência, o órgão fiscalizador da administração e, portanto, para ter sua eficácia máxima, deve possuir um caráter permanente, embora a lei autorize o funcionamento facultativo”. Dessa forma os autores relatam que o conselho fiscal deve ser composto por conselheiros externos ou independentes, e que possam ajudar os acionistas na preservação do patrimônio, avaliando sempre os riscos e comprometimento das empresas, entre outras atividades.

Ainda segundo Álvares; Giacometti e Gusso (2008), legalmente o conselho fiscal deve, entre outras atividades examinar livros,

demonstrações contábeis, verificar o cumprimento da lei e do estatuto ou contrato social, bem como fiscalizar todos os atos da administração, cabendo-lhe denunciar quaisquer erros ou fraudes.

Os autores ainda relacionam alguns aspectos relevantes que visam a eficácia na atuação do conselho fiscal, colher assinatura do termo de investidura e posse dos conselheiros, definir plano de trabalho e agenda anual documentados, efetuar um número mínimo de reuniões por ano, compatíveis com o bom exercício das atividades e com a responsabilidades do conselho, convidando executivos para apresentar informações sobre temas relevantes, consultar e obter opiniões formais de especialistas, quando necessário.

Além de organizar a documentação disponível, interagir com auditores internos e independentes sobre seu trabalho, pareceres e recomendações, atuar como comitê de auditoria, caso este não exista, notadamente em empresas que tenha títulos negociados no mercado financeiro internacional, possuir regimento próprio e participar nas reuniões do conselho de administração ou do comitê de auditoria quando a pauta de reunião incluir assunto de competência do conselho fiscal, atuar individualmente, em caso de necessidade de questionamento junto a administração.

Dessa forma Oliveira *et al* (2009, p. 201) explica que “o conselho fiscal deve ser composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros”. Onde os titulares de ações preferenciais e os titulares de ações ordinárias, excluído o controlador, terão direito de eleger igual número de membros eleitos pelo controlador. Ainda, segundo os autores o conselho fiscal deve adotar um regimento com procedimentos sobre suas atribuições, com foco no relacionamento com o auditor, e que não limite a atuação individual de nenhum conselheiro.

Dentro da linha de pensamento de oliveira, Silva (2006) relata que os membros que compõem o conselho fiscal devem ter conhecimento a respeito do segmento de atuação da empresa e desejável diversidade de experiências profissionais, pertinentes às funções do conselho, bem como independência profissional.

NOTAS EXPLICATIVAS

Os parágrafos 4º e 5º do art. 176 da lei nº 6404/76, tratam das Notas Explicativas e relatórios contábeis que serão elaborados no final de cada exercício social.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas deverão indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos e riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) Os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) O aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
- d) Os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) A taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) O número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) As opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) Os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º);
- i) Os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e resultados futuros da companhia.

Segundo Hendriksen e Breda (2009) os atuais relatórios deram origem ao que pode ser chamado de era da nota explicativa. Assim devem

ser tomados algumas precauções no que deve ser mencionado em notas explicativas, para que, os relatórios não transformem em um conjunto de informações textuais, que apaguem a verdadeira função dos relatórios contábeis.

Porém, Sá (2007), relata que os conceitos não devem ser vazios e nem ensejar dúvidas, quanto ao que pretende limitar em sua apresentação. Conceitos não se mesclam quando específicos são as razões ou processamento que os justificam. Assim, para Sá não se deve confundir “demonstração” e “complementar informações”, desta forma denomina notas explicativas como sendo, um complemento, não uma demonstração.

Já Iudícibus; Martins e Gelbcke (2003, p.410) mencionam que “Um dos grandes desafios da contabilidade relativamente à evidenciação, tem sido o dimensionamento da qualidade e da quantidade de informações que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis em determinado momento”.

Ainda segundo Iudícibus; Martins e Gelbcke, (2003) como parte do esforço desenvolvido neste campo, as informações complementares as demonstrações contábeis são as notas explicativas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos. Porém, Iudícibus; Martins e Gelbcke (2003), relatam que a evidenciação é um dos objetivos básicos da contabilidade, de modo a garantir aos usuários informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da companhia, as notas explicativas que interagem as demonstrações financeiras devem apresentar informações de maneira ordenada e clara.

Portanto, Hendriksen e Breda (2009, p. 525), chamam a atenção para os excessos cometidos em notas explicativas onde relatam que: “O uso generalizado de notas explicativas tem dificultado o desenvolvimento adequado das próprias demonstrações, pois tem resultado na substituição de melhor informação no corpo da demonstração por notas explicativas”.

Ainda segundo Hendriksen e Breda, (2009) o objetivo de emprego de notas explicativas deve ser o fornecimento de informação que não pode ser apresentadas adequadamente, sem reduzir a clareza das demonstrações. Deste modo Hendriksen e Breda citam as principais vantagens e desvantagens do uso de notas explicativas como segue:

QUADRO 4 - Vantagens e Desvantagens de notas explicativas

Vantagens notas explicativas	Desvantagens de notas explicativas
Apresentar informação não quantitativa como parte do relatório financeiro.	Tendem a ser de difícil leitura e entendimento sem estudo considerável e, portanto, podem vir a ser ignoradas.
Divulgar ressalvas e restrições a itens contidos nas demonstrações.	As descrições textuais são mais difíceis em termos de utilização de utilização para a tomada de decisões do que resumos de dados quantitativos nas demonstrações.
Apresentar mais detalhes do que é possível nas demonstrações.	Por causa da crescente complexidade das empresas, há o risco de abuso das notas explicativas, lugar do desenvolvimento apropriado de princípios visando à incorporação de novas relações e novos eventos nas demonstrações propriamente ditas.
Apresentar material quantitativo ou descritivo de importância secundária.	

Fonte: adaptado pelos autores

Já Iudícibus; Martins e Gelbcke (2003), relatam que para que os analistas e demais usuários das demonstrações contábeis possam melhor avaliar a situação da empresa e seus resultados, bem como julgar a razoabilidade de índices de rentabilidade, de liquidez e outros, é muito importante que se conheça qual o objetivo social da empresa, ou seja, qual é sua atividade, suas bases de operações e mercado e qual o estágio do empreendimento, se a empresa estiver em implantação ou em expansão.

Assim, Hendriksen e Breda, (2009), afirmam que alguns dos direitos de acionistas são evidentes nas classificações e descrições encontradas no balanço e outras podem ser divulgadas por meio de notas entre parênteses às demonstrações. Devem ser divulgadas no balanço e em notas explicativas as mudanças significativas desses direitos em termos de participação no lucro e nos ativos líquidos da empresa, decorrentes de transações ou eventos durante o exercício.

Informações entre parênteses

Para Hendriksen e Breda (2009), se não for possível descrever inteiramente os itens componentes das demonstrações contábeis, explicações adicionais ou definições podem ser apresentadas como notas entre parênteses após os títulos nas demonstrações. Assim, para Hendriksen e Breda, essas notas, porém, não devem ser longas, ou acabarão reduzindo a importância dos dados principais sintetizados na demonstração.

Os autores mencionam outros dados não quantitativos que podem ser apresentados em notas entre parênteses, dentre eles uma indicação do procedimento ou método específico de avaliação utilizado, para dar ao leitor uma compreensão melhor do significado dos dados, as características especiais que dão maior significado à importância relativa do item, como o fato de que certos ativos foram oferecidos como garantia real, ou certos passivos têm preferência em relação a outros, detalhes a respeito do valor de um ou mais itens incluídos na classificação mais ampla apresentada, avaliações alternativas, como o preço corrente de mercado, referências à informação correlata contida em outras demonstrações ou em outras partes do relatório.

Quadros complementares

De acordo com Hendriksen e Breda (2009), para que os dados financeiros sejam apresentados numa demonstração de maneira mais compreensível, devem ser retiradas das demonstrações, sendo apresentadas em quadros complementares. Esses quadros são as vezes incluídos entre as notas explicativas e outras as vezes numa seção após as demonstrações e as notas explicativas.

Os autores relatam que em muitos relatórios anuais atualmente publicados, os quadros complementares são incluídos numa seção separada dos relatórios, com o título de “destaques financeiros” ou em alguma seção semelhante no relatório que precede as demonstrações financeiras formais.

Relatório da administração

Segundo Oliveira et al (2008, p. 204), “o relatório dos

administradores também é importante no processo de evidenciação, que consiste basicamente em informações para usuários externos”.

Desta forma, Oliveira et al (2008), afirma que o relatório da administração permite o fornecimento de informações adicionais que sejam úteis aos usuários no processo de tomada de decisão. A administração pode fornecer importante contribuição aos usuários, elaborando o relatório com projeções e tendências futuras.

De acordo com Lauretti (2009), tanto o relatório anual da administração quanto o relatório anual da sociedade anônima, referem-se ao conjunto de textos, pareceres e demonstrações contábeis que a sociedade anônima é obrigada a divulgar após o encerramento de cada exercício social.

Já Iudícibus; Martins e Gelbecke, (2003, p. 455), destaca que:

O relatório da administração, por seu turno, representa um necessário e importante complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados de informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões.

Ainda segundo os autores, é importante lembrar que os usuários objetivam analisar a situação atual e de resultados passados da empresa fornecidos pela demonstração contábil, sendo fundamental que a administração possa dessa maneira elaborar o relatório fazendo uma completa análise dos seus resultados passados, com indicativas das tendências futuras.

Em sua obra Oliveira *et al* (2008) recomenda as seguintes informações que podem constituir um relatório de administração: Descrição dos negócios, produtos e serviços. Comentários sobre a conjuntura econômica geral. Recursos humanos, número de empregados no término dos dois últimos exercícios e *turnover* nos dois últimos anos, segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimentos em treinamentos; fundo de seguridade e outros planos sociais.

Investimentos, descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados. Pesquisa e desenvolvimento, descrição sucinta dos projetos, recursos alocados,

montantes aplicados e situação dos projetos. Proteção ao meio ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montantes aplicados. Novos produtos e serviços, descrição de novos produtos e serviços e expectativas a eles relativas, também fazem parte do relatório.

Reformulações administrativas, descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização. Investimentos em controladas e coligadas, indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões. Direitos dos acionistas e dados de mercado, políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsas de valores. Perspectivas e planos para exercício em curso e futuros, poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente baseada em premissas e fundamentos explicitamente colocados, sendo que esta informação não se confunde com projeções por não ser quantificada. Companhia de participações, o relatório deve contemplar as informações acima mencionadas mesmo que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

Porém, Iudícibus; Martins e Gelbcke, (2003) relatam que existe um consenso preliminar quanto a forma de apresentação do Relatório da Administração. Essa forma não significa uma padronização, para não prejudicar a flexibilidade que esse relatório deve apresentar, mas inclui os requisitos básicos a serem observados em suas elaborações. Por exemplo, existe um acordo quanto aos tópicos principais a serem enfocados, ou seja; devem incluir uma discussão e análise, pelos administradores, contemplando: As atividades globais do grupo (análise corporativa); informações mais detalhadas das atividades de ramos ou segmentos individuais (análise setorial); análise dos resultados e da posição financeira do grupo (análise financeira).

Portanto Hendriksen e Breda (2009), afirma que a:

administração é bem participativa e muitas vezes podem aumentar a utilidade de informações financeiras identificando certas transações, outros eventos e circunstâncias que afetam a empresa, explicando seu impacto financeiro.

Desta maneira Lauretti (2009) relata que a CVM define no parecer

nº 15, de 28/12/87, a importância do relatório da administração, transcrevendo os seguintes parágrafos:

“A divulgação de informações úteis, fidedignas e detalhadas, que possibilitem o conhecimento da companhia e de seus objetivos e políticas, é um direito essencial dos acionistas. O relatório da administração não pode ser excluído desta premissa; assim tanto a falta de informação quanto a inclusão de estudos e fatos genéricos que não dizem respeito à situação particular da companhia constituem não atendimento ao interesse e ao direito do investidor”.

“O relatório como peça integrante das demonstrações financeiras, deverá, pois, complementar as peças contábeis e notas explicativas observada a devida coerência com a situação nelas espelhadas, formando um quadro completo das posturas e do desempenho da administração na gestão e alocação dos recursos que se encontram a ela confiados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescimento do mercado de capitais, as empresas que necessitam formar seu capital, para se manter forte na acirrada competição global, é importante que tenham uma gestão eficiente na qual proporciona uma melhor comunicação com seus investidores sejam eles controladores e principalmente aqueles que por possuir um menor valor, possa se sentir prejudicado quando forem alocar seu capital. Portanto, as empresas que conseguirem formar uma boa governança corporativa, se mantendo com adequada transparência de seus resultados, e mostrando como estes são administrados e fiscalizados, com a formação de comitês, conselhos eficientes e independentes e principalmente comunicarem com igualdade com seus *stakeholders*. E demonstrando com isso quais são os riscos nos quais estão expostos, trazem aos investidores uma visão de confiança fazendo com que sejam agregados valores para as empresas. Mostrando que, o *disclosure*, tem ampla participação na formação do capital, já que as empresas, com maior nível de transparência atraem um maior número de investidores, aumentando a demanda por suas ações, valorizando-as e como resultado reduz seus custos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Elismar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO Eduardo. **Governança corporativa, um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico: Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários): **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. Disponível em: <[www.cvm.gov.br/port/public/cartilha /cartilha.doc](http://www.cvm.gov.br/port/public/cartilha/cartilha.doc)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Elizeu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

JUNIOR, Jose Hernandez Perez; Begalli, GLAUCOS, Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3ª ed. São Paulo: Atlas 2002.

KPMG. **Criando valor com responsabilidade corporativa** KPMG. Business Magazine nº6. São Paulo, ago. 2006.

LAURETTI, Lélío. **Relatório Anual, o que uma sociedade por ações deve informar aos investidores**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de et al. **Influência do disclosure voluntário no custo de capital de terceiros**. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/11.pdf>. Acesso em: 15

abr. 2010.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de et al. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na prática**. São Paulo, Atlas 2006.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, José Antonio, MENDES, Gilmar de Melo. **Governança Corporativa, estratégia para geração de valor**. Rio de Janeiro: Vozes,2004.

SÁ, Antônio Lopes, **Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis**, Revista Jus Vigilantibus, sexta feira 4, de Maio de 2007. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/25007>. Acesso em 15 mai. 2010.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas**, São Paulo: Atlas, 2006.

STEINBERG, Helbert et al. **A dimensão humana da Governança Corporativa, Pessoas criam as melhores e as piores práticas** 3^a ed. São Paulo: Gente.2003.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade Geral, introdução à contabilidade societária**. 2^a ed. São Paulo: Atlas 2008.

Apoio:



ISBN 978-65-990403-4-4

